

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR SOCIEDADE E
DESENVOLVIMENTO – PPGSeD**

JORGE NEI NEVES

**NARRATIVAS QUE VEM DO “LIXO”: COOPERATIVISMO E IDENTIDADE
DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DA COOPERESÍDUOS EM
CAMPO MOURÃO-PR**

**CAMPO MOURÃO – PR
2018**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR SOCIEDADE E
DESENVOLVIMENTO – PPGSeD**

JORGE NEI NEVES

**NARRATIVAS QUE VEM DO “LIXO”: COOPERATIVISMO E IDENTIDADE
DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DA COOPERESÍDUOS EM
CAMPO MOURÃO-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Sociedade e Desenvolvimento.

Linha de pesquisa:

Formação humana, políticas públicas e produção do espaço

Orientador: Prof. Dr. Marcos Clair Bovo

Co-orientador: Prof. Dr. João Carlos Leonello (*in memoriam*)

CAMPO MOURÃO – PR

2018

Dados Internacionais da Catalogação (CIP)
Bibliotecária Responsável: Vânia Jacó da Silva CRB 1544-9

Neves, Jorge Nei

N518n Narrativas que vem do “lixo”: cooperativismo e identidade dos catadores de materiais recicláveis da Cooperesíduos em Campo Mourão-PR / Jorge Nei Neves. -- Campo Mourão, PR : UNESPAR,2018.
xiv, 138 f.

Dissertação (Mestrado) – UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSD), 2018.

Área de Concentração: Sociedade e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Clair Bovo;

Coorientador: Dr. João Carlos Leonello.

1. Educação. 2. Cooperativismo 3. Resíduos Sólidos. 4. Narrativas. 5. Identidades
6. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento. I. Título.

CDD 21.ed. 372.357

331.12

JORGE NEI NEVES

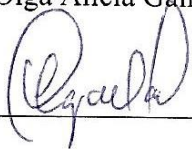
**NARRATIVAS QUE VEM DO “LIXO”: COOPERATIVISMO E IDENTIDADE
DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DA COOPERESÍDUOS EM
CAMPO MOURÃO-PR**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Clair Bovo (Orientador) – UNESPAR/ Campo Mourão



Prof. Dr.^a Olga Alicia Galhardo Milánes – UPH/ Cuba



Prof. Dr.^a Luzia Marta Bellini – UEM/ Maringá



Data de Aprovação

04/07/2018

Campo Mourão – PR

*Aos cooperados e cooperadas da COOPERESÍDUOS.
Em memória do Prof. Dr. João Carlos Leonello, inspirador dessa pesquisa.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Grande Criador. A Ele, todas as coisas.

À Universidade Estadual do Paraná, pelo ensino público, gratuito e de qualidade.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento – PPGSeD.

Ao meu orientador Prof. Dr. João Carlos Leonello (*in memoriam*), minha imensa gratidão por tudo. Agradeço ao Universo pela honra de ter caminhado com ele. Senti muito sua partida tão precoce do nosso meio.

Ao meu orientador Prof. Dr. Marcos Clair Bovo, que assumiu essa empreitada comigo, sendo um grande incentivador para que essa pesquisa tivesse êxito final. Suas orientações foram decisivas para a concretização da dissertação.

Às professoras Dr.^a Liliane da Costa Freitag, UNESPAR – Paranaguá/PR e Dr.^a Cristina Satiê de Oliveira Pátaro, UNESPAR – Campo Mourão/PR, pelas valiosas contribuições durante a banca de qualificação.

Às professoras Dr.^a Luzia Marta Bellini, UEM – Maringá-PR e Dr.^a Olga Alicia Gallardo Milanés, UPH – Cuba, que compuseram a banca examinadora de defesa, pelas ponderações significativas na avaliação final da pesquisa.

Às amigas e colegas de curso Andréia Faxina Wiese e Márcia Valéria Aguilar Carraro Seixas, pela grande amizade e companheirismo ao longo dessa caminhada de pesquisa.

Aos demais colegas de curso: Ada Otoni Ferreira Fontanella, Haline Nogueira da Silva Domingues, Rafael Almeida Calegari, Leandro Moreira Luz, Christiane Karla Spielmann, Débora Cristina Przybysz e Andréia Ricci da Silva Carvalho, por dividirem importantes momentos nesse percurso de formação acadêmica.

A Roberval Zago da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Campo Mourão e Lídia Tomoco Miyagui Mizote do Fórum Local da Agenda 21, pela recepção e importantes informações prestadas sobre a COOPERESÍDUOS e a coleta seletiva de Campo Mourão.

Aos cooperados e cooperadas da COOPERESÍDUOS pelo carismático acolhimento e pelas narrativas cedidas que tornaram possível essa pesquisa. Levarei vocês pra sempre em minha memória.

Às amigas: Maria Aparecida Tesseroli, Divanir Nunes Domingues, Tatiane Ribas Machado e Graziela Bosquirolli Argenta, pelo grande apoio em momentos fundamentais dessa jornada. Eterna gratidão a toda ajuda e incentivo recebidos.

Aos meus colegas de trabalho do Colégio Estadual Santo Antonio e Colégio Estadual Prof^a Alba Keinert, pela torcida no sucesso dessa etapa de qualificação acadêmica e profissional.

Aos meus amigos Neuri e Ludima, por venderem as passagens de ônibus da empresa Nordeste em Pinhão, sendo gentis e compreensivos e por tornarem viáveis os deslocamentos à Campo Mourão, mesmo quando as condições financeiras não permitiam.

À minha família: minha mãe Maria Elena e ao meu pai José Nei por tudo o que representam na minha existência. Meus exemplos de vida; às minhas queridas irmãs Suzana e Silvana pela amizade, companheirismo e incentivo de sempre; Sobrinha e sobrinhos; Amo todos vocês!

Aos meus filhos e filhas de quatro patas, caninos e felinos, por serem compreensivos nas ausências e pelo amor incondicional que tornou suportável muitos dias nebulosos ao longo da jornada.

Ao grande amor da minha vida, minha esposa Andréia Luciane dos Santos. Sinto orgulho em ser seu colega de curso no PPGSeD. Acho que fomos o primeiro casal do Programa a cursar o mestrado juntos. Essa pesquisa só foi possível por você. Palavras não são suficientes para compensar a gratidão que sinto por tudo.

Enfim, a todos e todas que direta ou indiretamente contribuíram para que essa pesquisa tivesse êxito. Meus mais sinceros agradecimentos.

Tenho a impressão de ter sido uma criança brincando à beira-mar, divertindo-me em descobrir uma pedrinha mais lisa ou uma concha mais bonita que as outras, enquanto o imenso oceano da verdade continua misterioso diante de meus olhos.

Isaac Newton

RESUMO

NEVES, Jorge Nei. **Narrativas que vem do “lixo”**: cooperativismo e identidade dos catadores de materiais recicláveis da COOPERESÍDUOS em Campo Mourão-PR. 136 f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2018.

A falta de oportunidade de emprego, a baixa escolaridade e a ausência de políticas de inclusão, entre tantos fatores, tem levado milhares de brasileiros, homens e mulheres, de diferentes faixas etárias, a encontrar nas ruas, em meio aos detritos, a condição de manter sua dignidade e sua cidadania. É neste contexto, que essa pesquisa objetiva analisar a Cooperativa Resíduo Solidário (COOPERESÍDUOS) em Campo Mourão-PR, destacando as identidades construídas pelos catadores no aspecto do cooperativismo. A metodologia utilizada foi constituída de pesquisa qualitativa, por meio do método dialético, seguido da análise de leis federais, estaduais e municipais e do levantamento de dados técnicos em órgãos públicos. As análises quantitativas também foram relevantes para a compreensão do funcionamento da Cooperativa entre os anos de 2013 a 2016. Também foi realizada a observação participativa na cooperativa na qual aplicamos junto aos cooperados um *survey*. Por fim, realizamos entrevistas semiestruturadas objetivando compreender as relações que os cooperados estabelecem com a cooperativa por meio das narrativas das trajetórias de vida. Os resultados da pesquisa indicam que os catadores trazem consigo as implicações da marginalidade da atividade de catação. Esses trabalhadores, ao declarar: “não sou um trabalhador do lixo”, querem ressignificar sua existência e a sua profissão, por meio de uma nova identidade individual e de classe, alterando o estigma de invisibilidade a que estão submetidos. Acima de tudo, a cooperativa se coloca como uma alternativa de economia solidária diante da organização do mercado e do capital.

Palavras-chave: cooperativismo, resíduos sólidos, reciclagem, narrativas, identidades.

ABSTRACT

NEVES, Jorge Nei. **Narratives that come from "trash"**: cooperativism and identity of recyclable materials collectors of COOPERESÍDUOS in Campo Mourão-PR. 136 f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2018.

The lack of employment opportunities, low levels of schooling and the absence of inclusion policies, among many factors, have led thousands of Brazilians, men and women of different age groups, to find in the streets, among the debris, the condition of maintain their dignity and citizenship. It is in this context, that this research aims at analyzing Cooperativa Resíduos Solidário (COOPERESÍDUOS) in Campo Mourão-PR, highlighting the identities built by the collectors in the aspect of cooperativism. The methodology used consisted of qualitative research, through the dialectical method, followed by the analysis of federal, state and municipal laws and the collection of technical data in public agencies. The quantitative analyzes were also relevant to the understanding of the operation of the Cooperative between the years of 2013 to 2016. Participatory observation was also carried out in the cooperative in which we applied a *survey* to the cooperatives. Finally, we conduct semi-structured interviews aiming to understand the relationships that the cooperative establish with the cooperative through the narratives of the life trajectories. The results of the research indicate that the scavengers carry with them the implications of the marginality of the harvesting activity. These workers, in declaring, "I am not a garbage worker," want to re-signify their existence and their profession, through a new individual and class identity, changing the stigma of invisibility to which they are subjected. Above all, the cooperative stands as an alternative of solidarity economy before the organization of the market and capital.

Key words: cooperativism, solid waste, recycling, narratives, identities.

LISTA DE SIGLAS

ABES	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária
ABIHPEC	Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRELPE	Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais
ASSOCIGUÁ	Associação dos Trabalhadores com Materiais Recicláveis e Prestação de Serviços Vila Guarujá
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEMPRE	Compromisso Empresarial para Reciclagem
CNI	Confederação Nacional da Indústria
COAMO	Cooperativa Agropecuária Mourãoense
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COOPERESÍDUOS	Cooperativa Resíduo Solidário
CRES	Coordenadoria de Resíduos Sólidos
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPESA	Instituto de Projetos e Pesquisas Socioambientais
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
NBR	Norma Brasileira Registrada
PERS/PR	Plano Estadual de Resíduos Sólidos
PL	Projeto de Lei
PMGRS	Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROVOPAR	Programa do Voluntariado Paranaense
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SEAMA	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
SEMA/PR	Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Paraná
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Síntese do marco legal da Política Nacional de Resíduos Sólidos em 2010.....	69
Quadro 2: Marco legal sobre os resíduos sólidos no Estado do Paraná	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Proporção entre coleta de lixo e coleta seletiva entre 2013 a 2016 mês a mês	83
Tabela 2 - Proporção entre coleta de lixo e coleta seletiva entre 2013 a 2016 no Município de Campo Mourão – Síntese	84
Tabela 3 – Estudo gravimétrico realizado em 2016 para elaboração do PMGRS pela empresa DRZ Geotecnologia e Consultoria	85
Tabela 4 - Entrada e saída de materiais recicláveis 2013-2016	96

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Faixa etária dos(as) cooperados(as)	101
Gráfico 2: Nível de escolaridade	103
Gráfico 3: Tipo de residência	104
Gráfico 4: Renda mensal da família	105
Gráfico 5: Tempo de atuação na cooperativa	106

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1: ABORDAGENS CONCEITUAIS NA COMPREENSÃO DA ATIVIDADE DOS TRABALHADORES DA RECICLAGEM	21
1.1 Cooperativismo e Economia Solidária: uma proposta de autogestão, geração de renda e inclusão dos trabalhadores	22
1.2 Globalização, sustentabilidade e desenvolvimento: apontamentos sobre a construção de direitos sociais	32
1.3 Reciclagem: os resíduos sólidos no espaço urbano e os desafios do ofício de catador	41
1.4 Entre reminiscências e pertencimentos: a memória e a identidade na prática da reciclagem	51
CAPÍTULO 2: AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE RECICLAGEM E SEUS DESDOBRAMENTOS EM CAMPO MOURÃO/PR: UMA ANÁLISE DA COOPERESÍDUOS	65
2.1 A política nacional dos resíduos sólidos no Brasil	66
2.2 O Plano Estadual de Resíduos Sólidos no Estado do Paraná	75
2.3 A política municipal de Campo Mourão na gestão dos resíduos sólidos	78
2.4 Cooperativismo, trabalho e renda: uma análise da Cooperativa Resíduo Solidário (COOPERESÍDUOS)	86
CAPÍTULO 3: CATADORES DA SOBREVIVÊNCIA: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS TRABALHADORES DA RECICLAGEM NA COOPERESÍDUOS	99
3.1 Aspectos socioeconômicos dos trabalhadores da COOPERESÍDUOS	100
3.2 Trabalho cooperativo e relações de poder: a construção de vínculos entre os cooperados	107
3.3 Trabalho cooperativo e a construção de identidades: “eu não sou um trabalhador do lixo”	115

CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS.....	129
ANEXO 1	138

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos muito se tem falado sobre a necessidade de preservação ambiental, sobre a escassez dos recursos naturais, sobre a adoção de uma logística reversa, buscando viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos, objetivando seu reaproveitamento ou dando outra destinação final que seja ambientalmente correta.

Apesar do grande destaque nos meios de comunicação e de se tornar pauta nas agendas governamentais sobre a necessidade de uma gestão adequada dos resíduos sólidos, muito pouco se discute ou se apresentam ações efetivas aos que estão no extremo da cadeia de reciclagem: os catadores.

Anônimos e invisíveis no cenário urbano, esses “catadores da sobrevivência”, buscam em meio ao descarte da sociedade, meios para garantir uma ocupação e promoção de renda, sendo miscigenados com o produto do seu trabalho.

A falta de oportunidade de emprego, a baixa escolaridade e a ausência de políticas de inclusão, entre tantos fatores, tem levado milhares de brasileiros, homens e mulheres de diferentes faixas etárias, a encontrar nas ruas, em meio aos detritos, a condição de manter sua dignidade e sua cidadania.

Essa pesquisa surge justamente da observação desses sujeitos no espaço urbano. Quem são esses indivíduos? Que situações e circunstâncias os levaram a executar tal atividade? Que histórias de vida esses sujeitos carregam consigo? Que memórias e identidades são construídas e apropriadas em meio ao contexto de vida em que estão inseridos?

Foi diante desses questionamentos que nos aproximamos em 2015, de um empreendimento solidário denominado Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Pinhão, situado nesse município, no Estado do Paraná, a fim de conhecer a dinâmica dos trabalhadores, como uma proposta de atividade extracurricular aos alunos do Ensino Médio de um Colégio Estadual no qual atuamos como docente na disciplina de História.

Em uma das ocasiões em que estávamos na Associação, fomos fazer o registro de uma foto junto com os catadores, quando um dos associados, bastante jovem, nos disse que não participaria daquele momento. Ao questionarmos os motivos da sua decisão ele nos explicou que era estudante e seus colegas de classe não sabiam que ele trabalhava como catador e que o registro da foto poderia acabar com essa discrição e ele poderia tornar-se alvo de zombaria entre os companheiros de turma. Como ele não participava das atividades

de coleta na rua, apenas fazia a triagem do material recolhido dentro da Associação, era possível omitir a atividade que ele desenvolvia.

Da mesma forma, outros associados mais jovens também optavam por não realizar o trabalho de coleta nas ruas do município, preferindo o resguardo que as atividades internas da Associação proporcionavam, cabendo aos catadores mais velhos à tarefa de ir à busca dos materiais para reciclagem, não sem certo constrangimento.

Diante de tal contexto, decidimos nos aprofundar na compreensão de como esses trabalhadores eram vistos pela sociedade, mas principalmente, como eles viam-se a si mesmos como trabalhadores da reciclagem e como a Associação contribuía para a apropriação da identidade que construíam a partir do trabalho que desenvolviam ali.

Acompanhamos as atividades da Associação juntamente com seus trabalhadores até dezembro de 2016. Era grande a falta de condições de manter a entidade funcionando pela precariedade da estrutura e de recursos e principalmente por não conseguir concorrer com a iniciativa privada, que dispunha de meios superiores aos da Associação para executar a atividade de coleta nas ruas do município. Os catadores, sem condições de prosseguir, deram por encerradas as atividades daquele empreendimento.

A partir dessa circunstância, mudamos o foco de investigação para a Cooperativa Resíduo Solidário (COOPERESÍDUOS) em Campo Mourão, Paraná onde passamos a acompanhar os trabalhos ali desenvolvidos entre janeiro a novembro de 2017.

Consideramos importante trazer esses apontamentos iniciais para a compreensão do caminho que percorremos até chegar ao estágio de investigação em que nos encontramos hoje, até mesmo como uma dívida enquanto pesquisador, com os trabalhadores que conhecemos durante o tempo em que acompanhamos a Associação no município de Pinhão.

Para contextualização de nosso objeto de pesquisa, levantamos algumas informações de referência sobre o município de Campo Mourão, onde se situa a Cooperativa Resíduo Solidário (COOPERESÍDUOS).

O município de Campo Mourão se localiza na região Centro-Ocidental do Estado do Paraná, a 477 km da capital Curitiba. Emancipado através da Lei 02/47, sancionada pelo governador Moysés Lupion, em 10 de outubro de 1947. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2010, foi de 0,757 e a população estimada em 2017, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de 94.153 habitantes. O município tem uma

economia predominantemente agrícola e possui grandes cooperativas agroindustriais, entre elas, a Cooperativa Agropecuária Mourãoense (COAMO).

É nesse contexto, que buscamos com essa pesquisa, responder à problemática: que identidades são construídas pelos catadores da COOPERESÍDUOS nas atividades com resíduos sólidos por meio da relação com o cooperativismo?

Essa pesquisa tem como objetivo geral analisar a Cooperativa Resíduo Solidário (COOPERESÍDUOS) destacando as identidades construídas pelos catadores no aspecto do cooperativismo. Para tanto, elencamos os seguintes objetivos específicos: a) compreender os conceitos que norteiam o debate sobre os resíduos sólidos destacando o trabalho do catador no cenário urbano enquanto trabalhador da reciclagem; b) discutir as relações cooperativas no âmbito dos resíduos sólidos, analisando como a alternativa de organização solidária contribui para o desenvolvimento integrado e autogestionário da COOPERESÍDUOS; c) analisar como se evidenciam por meio da memória e das vivências a construção das identidades pessoais e coletivas dos cooperados.

A pesquisa se estrutura dentro da perspectiva interdisciplinar. É importante destacar que o lugar de onde falamos é o campo da História, contudo, dadas as características e objetivos que propusemos percorrer, serão imprescindíveis as contribuições de outros campos do conhecimento como a Sociologia, a Filosofia, a Economia, a Ecologia, e a Geografia, por meio de aportes teóricos fundamentais que norteiam nossas discussões a partir do primeiro capítulo.

Não especificaremos, nesse momento, quais autores estaremos utilizando em cada área do conhecimento por serem inúmeros, contudo, ao longo das argumentações apresentadas na pesquisa, percebemos em que medida cada um contribuiu nas proposições de nossas análises.

Concordamos com Prigogine (1996), ao afirmar que, “a ciência é um empreendimento coletivo. A solução de um problema científico deve, para ser aceita, satisfazer exigências e critérios rigorosos. No entanto, esses constrangimentos não eliminam a criatividade, são desafios para ela” (PRIGOGINE, 1996, p. 198).

Para Vasconcelos (2002), as práticas interdisciplinares são entendidas como as que promovem

[...] mudanças estruturais, gerando reciprocidade, enriquecimento mútuo, com uma tendência à horizontalização das relações de poder entre os campos implicados. Exigem a identificação de uma problemática comum, com levantamento de uma axiomática teórica e/ou política básica e de uma plataforma de trabalho conjunto, colocando em comum os princípios

e conceitos fundamentais de cada campo original, em um esforço conjunto de decodificação em linguagem mais acessível dos próprios campos originais e de tradução de sua significação para o campo comum, identificando as diferenças e eventuais convergências entre esses conceitos e permitindo uma comparação contextualizada. Desta forma, abre-se caminho para uma fecundação e uma aprendizagem mútua, que não se efetuam por simples adição ou mistura linear, mas por uma recombinação dos elementos internos (VASCONCELOS, 2002, p. 113-114).

Quanto aos procedimentos metodológicos adotados na produção dessa dissertação, tivemos como ponto de investigação, a pesquisa qualitativa, por meio do método dialético. De acordo com Gil (1999), “a dialética fornece as base para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc” (GIL, 1999, p.32).

Também utilizamos na pesquisa a análise do registro de diferentes informações, tais como: leis federais, estaduais e municipais; levantamento de dados técnicos e informações de órgãos públicos. É importante destacar que as abordagens quantitativas também serão relevantes para a compreensão do funcionamento da Cooperativa entre os anos de 2013 a 2016.

Para conhecer cotidianamente a realidade investigada, buscando ampliar as possibilidades de compreensão, realizamos uma observação participativa na cooperativa. As observações foram feitas entre os meses de janeiro e julho de 2017.

Essa metodologia buscou potencializar as análises das percepções, dilemas, impasses e a autossustentação que os catadores buscam via cooperativa. Para Gil (1999),

A observação participante “consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Nesse caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. Daí por que se pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo (GIL, 1999, p. 113).

Tencionando estabelecer um perfil dos cooperados, aplicamos junto com eles um *survey* elaborado através do formulário de pesquisa Google Forms. Esse procedimento foi realizado com o objetivo de compreender de uma forma objetiva e direta o delineamento dos catadores que compõe a COOPERESÍDUOS.

Subsequentemente à aplicação do *survey*, realizamos entrevistas semiestruturadas, procurando explorar outros elementos que não aparecem na oficialidade dos registros formais da entidade, e que pela própria característica, a metodologia anterior também não

fornece os subsídios necessários para compreender os trabalhadores da cooperativa de modo mais abrangente em determinadas análises.

As entrevistas foram realizadas com o objetivo de aprofundarmos as narrativas das trajetórias de vida e as relações que se estabelecem a partir da participação na COOPERESÍDUOS. Foram selecionados para esse procedimento os 14 cooperados que atuam no empreendimento. Como uma alternativa de preservar nossos entrevistados e opção metodológica, substituímos o nome dos trabalhadores por abreviações: TR1, TR2, e assim sucessivamente.

A partir dos objetivos e procedimentos metodológicos que foram propostos para a pesquisa, estruturamos essa dissertação em três capítulos. Apresentamos a seguir, de forma mais específica, os elementos que compõe a organização de cada um deles.

O 1º capítulo intitulado “Abordagens conceituais na compreensão da atividade dos trabalhadores da reciclagem”, aborda aspectos teóricos conceituais importantes para o desenvolvimento da pesquisa. Discutimos através de um estudo bibliográfico, com as contribuições de diferentes autores e campos do conhecimento, os conceitos de cooperativismo, economia solidária, desenvolvimento, reciclagem, memória e identidade. Esses referenciais buscam subsidiar o entendimento de conceitos essenciais que norteiam o debate sobre essa atividade, assim como a análise da figura do catador no cenário urbano e seus enfrentamentos enquanto trabalhador da reciclagem.

No 2º capítulo denominado “As políticas públicas na reciclagem e seus desdobramentos em Campo Mourão/PR: uma análise da COOPERESÍDUOS”, percorremos a Política Nacional dos Resíduos Sólidos no Brasil por meio da legislação e das políticas públicas afirmadas nas últimas duas décadas. Apresentamos também esses desdobramentos no Estado do Paraná, por meio da análise das políticas estaduais e do Plano Estadual de Resíduos Sólidos. Nesse capítulo procuramos fazer uma caracterização do município de Campo Mourão no aspecto dos resíduos sólidos, a fim de situarmos em qual contexto se estabelece o objeto principal de nossa pesquisa, a cooperativa. Analisamos ainda a COOPERESÍDUOS, a partir de sua constituição e organização interna, observando seus números de entrada e saída de recicláveis e valor bruto de venda, para compreendermos o funcionamento da cooperativa entre os exercícios 2013 a 2016.

Por fim, no 3º capítulo “Catadores da sobrevivência: a construção da identidade dos trabalhadores da reciclagem na COOPERESÍDUOS”, buscamos identificar o perfil socioeconômico do conjunto dos trabalhadores e como ocorrem as relações de poder

dentro da organização da cooperativa, relacionadas à gestão participante dos catadores. Analisamos também a relação entre o que os trabalhadores trazem de si por meio de suas memórias e vivências e o que eles recebem do grupo, na construção e percepção de sua identidade enquanto cooperados. Fizemos uso dos apontamentos das observações que levantamos nas ocasiões em que ali estivemos durante o ano de 2017, dos resultados do *survey* aplicado aos trabalhadores e das narrativas coletadas nas entrevistas semiestruturadas que foram realizadas.

CAPÍTULO 1

ABORDAGENS CONCEITUAIS NA COMPREENSÃO DA ATIVIDADE DOS TRABALHADORES DA RECICLAGEM

*Sob a história, a memória, e o esquecimento, Sob a memória
e o esquecimento a vida. Mas escrever a vida é outra
história. Inacabamento (RICOEUR, 2007, p. 513).*

Com o advento da globalização e a conjuntura econômica estabelecida a partir desse processo, a concorrência se tornou acirrada dentro de uma economia instável, principalmente nos países periféricos desse sistema, com um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e excludente. As empresas, para atender à demanda dos consumidores e as exigências de um sistema capitalista de produção, se esforçam para oferecer produtos inovadores, atrair consumidores e se manterem no mercado.

Também nesse contexto, se constituíram os empreendimentos solidários através do associativismo e cooperativismo, como alternativas de sobrevivência, diante da instabilidade econômica existente em diversos setores que estão atrelados a essa concorrência e aos desajustes sociais provocados pelo capital. É por meio de ações coletivas que muitos indivíduos conseguem se inserir no mercado de trabalho, melhorando sua condição de vida e renda.

Da mesma forma, o aumento populacional das últimas décadas acrescido desse aumento do consumo de bens e serviços, trouxe à sociedade industrial a necessidade de uma demanda significativa de recursos naturais para atender à produção de todo um contingente de mercado. Contudo, nesse processo também se apresenta o problema da destinação do resultado final do produto consumido, à que comumente a sociedade denomina de “lixo”.

Dentro da proposta do sistema capitalista, busca-se uma alternativa para tornar esses resíduos uma fonte de novos recursos que garantam o lucro. A partir daí, o que antes era descartado, passa a retornar a cadeia de produção com o reaproveitamento e transformação do “lixo” em novos produtos de valia.

Através dessas novas configurações, surge em uma das extremidades da cadeia produtiva o catador, que passa a encontrar na atividade de reciclagem, uma fonte de subsistência.

Nessa perspectiva, esse capítulo tem como objetivo discutir as relações cooperativas no âmbito dos resíduos sólidos, analisando como a alternativa de organização solidária contribui para o desenvolvimento integrado e autogestionário dos empreendimentos de reciclagem, proporcionando aos trabalhadores uma possibilidade de superação do processo de exclusão do mercado formal de trabalho e possibilitando também uma melhoria nas condições de acesso à renda. Da mesma forma, procuramos apresentar como se evidenciam, através da memória e das vivências, a construção das identidades pessoais e coletivas.

Abordaremos aqui, aspectos teóricos conceituais importantes. Diversos autores foram fundamentais, através de um estudo bibliográfico, para a compreensão dos conceitos de cooperativismo, economia solidária, desenvolvimento, reciclagem, memória e identidade. Esses referenciais irão subsidiar o entendimento de conceitos essenciais que norteiam o debate sobre essa atividade, assim como a análise da figura do catador no cenário urbano e seus enfrentamentos, enquanto trabalhador da reciclagem.

No item 1.1, serão apresentadas reflexões sobre o cooperativismo e os princípios da articulação solidária dos trabalhadores, por meio de referenciais importantes para essa pesquisa, que darão suporte teórico para a construção dos capítulos subsequentes.

1.1 Cooperativismo e Economia Solidária: uma proposta de autogestão, geração de renda e inclusão dos trabalhadores

A prática cooperativa remonta à própria existência humana, contudo, seus princípios modernos advêm da relação capitalista e do processo de industrialização e da divisão social do trabalho.

Nesse sentido, Veiga e Fonseca (2001), afirmam que o primeiro registro de uma organização cooperativa ocorre na Inglaterra:

As cooperativas tiveram sua origem nas reações defensivas de trabalhadores contra altos preços dos bens de primeira necessidade. A mais antiga cooperativa, com existência documentada, parece ter sido iniciada em 1760 por trabalhadores empregados nos estaleiros de Woolwich e Chatham, na Inglaterra. Eles fundaram moinhos de cereais em base cooperativa para não terem de pagar os altos preços cobrados pelos moleiros que dispunham de um monopólio local. No mesmo ano, o moinho de Woolwich foi incendiado e os padeiros foram acusados do sinistro. Essa cooperativa só foi registrada para a história por causa deste incidente (VEIGA, FONSECA, 2001, p.19).

Segundo Carneiro (1981), o termo “cooperação” foi utilizado pela primeira vez em 1821, por Robert Owen, galês, considerado um dos fundadores do socialismo utópico e do princípio do cooperativismo. O autor aponta que:

A história nos revela que existiram movimentos de cooperação em todo o mundo antes de Robert Owen, [...] cuja base se assentava no que poderíamos chamar de ajuda mútua, mas é inquestionável que o princípio cooperativo, como doutrina, nasceu de Robert Owen, por duas razões essenciais: a primeira, foi a concepção de uma nova forma social de vida, baseada no trabalho e na sua distribuição, e a segunda, foi a tentativa de organizar esse princípio como um sistema definido por uma palavra criada por Owen com o nome de COOPERATION (CARNEIRO, 1981, p.70).

Atualmente, as cooperativas vêm se difundindo como alternativa de organização e produção frente aos desafios colocados pela ideologia neoliberal e de globalização. Para Rech (2000), se tona relevante, “o resgate, permanentemente renovado, das ideias da participação, do entrosamento, do trabalho conjunto, onde a fraternidade e a vida para todos sejam essenciais”. O autor afirma também que: “é importante reafirmar as vantagens das relações humanas, os benefícios da inter-ajuda, a fé numa sociedade em que todos sejam pessoas, com os mesmos direitos e as mesmas possibilidades” (RECH, 2000, p.7). Concordamos com Rech (2000), ao afirmar que, na contraposição ao sistema capitalista, a prática cooperativa desenvolve os princípios solidários e de participação coletiva, possibilitando a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Os autores Veiga e Fonseca (2001), apresentam uma perspectiva similar, demonstrando que o sistema de cooperação se estabelece como uma maneira de superação ao capitalismo, sendo, portanto, um sistema mais justo e democrático, atendendo às reais necessidades da classe trabalhadora. Os autores reconhecem que essa estrutura possibilita “um desenvolvimento integral do indivíduo por meio do coletivo” (VEIGA, FONSECA, 2001, p.17). Nesse aspecto, ainda destacam:

O cooperativismo procura proteger a economia dos trabalhadores e se caracteriza por garantir a participação mais ampla possível da população nos frutos da atividade econômica. É, portanto, uma forma alternativa de pensar e realizar o trabalho e coordenar a economia. A *economia solidária* utiliza o poder de articulação coletiva dos indivíduos a partir de suas trajetórias mais ou menos compartilhadas; parte de um referencial teórico e prático longamente acumulado na história das classes trabalhadoras; reconhece que sua força está na participação e na comunicação; necessita estar integrada ao território e as redes de informação; usa de pressão coletiva para organizar apoio político e para barganhar no mercado; e necessita ter a capacidade de articular potenciais

humanos e sociais como uma componente estratégica de transformação e de realização de seus objetivos (VEIGA, FONSECA, 2001, p.18).

O preceito cooperativista precisa estar articulado com o espaço local dos indivíduos, propondo uma relação micro-macro, do local ao global. Para Veiga e Fonseca, “é no município onde vive que o cidadão encontra a sua primeira escola de cidadania” (2001, p.18). É desse espaço que os trabalhadores irão estabelecer suas relações com o mercado.

A relação cooperativa permite aos trabalhadores a decisão de como o trabalho será executado e de que forma serão feitas a divisão das sobras. Conforme Carneiro (1981), nas grandes empresas há um provisionamento de fundos para capital de giro. Nas cooperativas, “esse valor vai aparecer como sobra, como excedente que deverá ser devolvido proporcionalmente às operações de cada cooperado, ou, por decisão soberana dos associados, acrescidos ao capital, para ser imobilizado ou investido” (CARNEIRO, 1981, p.125).

O salário transforma-se em remuneração coletiva, dando aos cooperados a liberdade da decisão sobre o capital de funcionamento e a divisão das sobras em partes iguais ou na proporção do trabalho, dentro de um princípio democrático, que é um elemento essencial da cooperação.

Para Maia (1985), a cooperativa precisa buscar melhores condições de vida para seus membros. Os cooperados precisam se sentir participantes da gestão dessa sociedade para discutir os empreendimentos necessários, procurando resultados satisfatórios. Segundo a autora,

[...] a cooperativa poderá ser uma possível resposta ao mercado informal, não só garantindo uma maior estabilidade de trabalho e conseqüente remuneração, como, principalmente, possibilitando a organização de seus componentes, mantendo a liberdade básica de ocupação de tempo e não a escravidão, as rotinas massacrantes, próprias da divisão do trabalho no regime capitalista. As formas de produção adotadas na cooperativa, ao contrário, privilegiam o poder inventivo do homem, a resposta criativa aos desafios de dominação da natureza pelo ser humano, em busca de seus anseios, de sua liberdade como sujeito da história (MAIA, 1985, p.98).

A partir desses apontamentos teóricos, evidenciamos a relevância das organizações cooperativas, seu papel econômico e social na busca pela superação dos abismos provocados pelo sistema capitalista. O cooperativismo é, pois, uma alternativa de alocação de trabalhadores no mercado formal de trabalho, garantindo-lhes a independência financeira, exercício da cidadania e da práxis da democracia.

A concepção de economia solidária está relacionada à prática da cooperação entre os indivíduos. Diferentes autores trazem suas abordagens sobre esse conceito, discutindo a sua importância nas relações de produção no contexto da globalização e do sistema capitalista.

Para Singer (2002), a economia solidária surge como uma resposta ao rompimento de vínculos e direitos sociais advindos do processo de industrialização. O autor assegura que,

A economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. A Grã-Bretanha foi à pátria da Primeira Revolução Industrial, precedida pela expulsão em massa de camponeses dos domínios senhoriais, que se transformaram no proletariado moderno. A exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado. As crianças começavam a trabalhar tão logo podiam ficar de pé, e as jornadas de trabalho eram tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade impediam que a produtividade pudesse se elevar (SINGER, 2002, p. 24).

Singer (2002) afirma que a existência de uma sociedade mais igualitária demanda que “a economia fosse solidária em vez de competitiva” no sentido de que “os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir” (SINGER, 2002, p. 9). Isso seria uma alternativa ao desequilíbrio de riquezas e a exploração do trabalho vivenciados pela lógica do capital. Segundo ele,

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada *igualmente* pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a *associação* entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o seu princípio básico. Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. *Ninguém manda em ninguém*. E não há competição entre os sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual (SINGER, 2002, p. 9).

A existência das forças cooperativas não retira a importância do Estado que deve continuar regulando a redistribuição de recursos, por meio da aplicação da renda de impostos e subsídios de crédito aos empreendimentos cooperativos com menor êxito de desenvolvimento (SINGER, 2002, p. 10).

Essa desigualdade determinada pelas relações do capital seria minimizada pela economia solidária. Para Singer,

O que importa entender é que a desigualdade não é natural e a competição generalizada tampouco o é. Elas resultam da forma como se organizam as atividades econômicas e que se denomina *modo de produção*. O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito de liberdade individual. A aplicação destes princípios divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora do capital e a classe que (por não dispor de capital) ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe. O resultado natural é a competição e a desigualdade (SINGER, 2002, p. 10).

A economia solidária, portanto, se estabelece como um princípio de oposição e superação desses padrões de diferenças econômicas e das forças de dominação e exploração provocadas pelos que detém a posse do capital sob os trabalhadores que alienam a sua força de trabalho. Na contraposição ao capital, à economia solidária,

[...] é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda (SINGER, 2002, p. 10).

Outro aspecto importante é a promoção da experiência democrática que se evidencia na solidariedade econômica. Os indivíduos passam a ser parte das relações de produção, não apenas nas práticas laborativas, como também nas decisões e resultados obtidos dentro do empreendimento cooperativo. Dessa forma, Singer afirma que:

A empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão. Quando ela é pequena, todas as decisões são tomadas em assembleias, que podem ocorrer em curtos intervalos quando há necessidade. Quando ela é grande, assembleias-gerais são mais raras porque é muito difícil organizar uma discussão significativa entre um grande número de pessoas. Então os sócios elegem delegados por seção ou departamento, que se reúnem para deliberar em nome de todos. Decisões de rotina são de responsabilidade de encarregados e gerentes, escolhidos pelos sócios ou por uma diretoria eleita pelos sócios (SINGER, 2002, p. 18).

Essa representatividade do trabalhador seria, por conseguinte, um dos aspectos de grande relevância na proposta do empreendimento solidário, tornando-o principal agente de desenvolvimento, emancipando-o e proporcionando a ele melhores condições de trabalho, renda e vivência.

Singer (2000) apresenta que os números de empreendimentos solidários vêm se multiplicando nos últimos anos no Brasil. Esta explicação seria uma resposta ao

desemprego e às condições precárias de trabalho, assim como a informalidade que atinge milhões de trabalhadores (SINGER, 2000, p. 26).

Para Souza (2000), a economia solidária está em um processo de expansão e desenvolvimento, promovendo a mudança nos modos de pensar dos indivíduos, trazendo outros ganhos além dos econômicos, mas também a noção de pertencimento ao grupo, o companheirismo, a autonomia e os direitos individuais e coletivos (SOUZA, 2000, p. 10).

Segundo Gaiger (2004), a gestão partilhada ou autogestão apresenta três efeitos significativos:

[...] ela inibe as tentações de reintroduzir a divisão social do trabalho e de adotar práticas não igualitárias, a começar pelo simples fato de que todos participam das decisões, inclusive os eventuais prejudicados, que nelas passam a incorporar o seu ponto de vista; ela eleva o grau de comprometimento dos indivíduos, reforça os laços mútuos e favorece a criação de um ambiente de *confiança mútua*, no qual o comportamento e a abnegação de cada um em favor do interesse comum apoiam-se na expectativa de que assim se conduzirão os demais, o que resulta em benefícios maiores no imediato e sela um modelo consensualmente definido para futuras colaborações; como terceiro efeito, a partilha da gestão predispõe ao zelo, à maior atenção e cuidados para evitar desperdícios e otimizar o processo produtivo, o que reduz sua porosidade e incrementa ganhos em eficiência (GAIGER, 2004, p. 389).

Para o autor, a gestão e o trabalho partilhados se reforçam e desenvolvem nos trabalhadores “o sentimento de responsabilidade pelos resultados do empreendimento, pela renda de cada um e pela sobrevivência de todos” (GAIGER, 2004, p. 390). Nessa relação, superam-se os interesses individuais através dos vínculos de solidariedade, proporcionando ganhos morais e extra materiais com as concessões realizadas pelos indivíduos com um desprendimento bilateral entre os envolvidos. Gaiger também destaca que a economia solidária diminui os antagonismos atuais como: “o capital e o trabalho, entre o econômico e o social, entre a ética e a economia, entre o interesse próprio e a coletividade” (GAIGER, 2004, p. 401).

É importante ressaltarmos que o cooperativismo solidário é oposto às relações cooperativas de grandes empreendimentos, como no cooperativismo dos produtores do agronegócio. Nesse aspecto, Gadotti (2009) apresenta que essa diferença se evidencia “na sua concepção econômica de produção e consumo” (GADOTTI, 2009, p. 42-43). Para o autor,

O agronegócio pode ser eficiente do ponto de vista produtivo, mas tem sido também um modelo concentrador de renda e agressivo ao meio ambiente. Enquanto a economia solidária cria postos de trabalho, o agronegócio vem desativando postos de trabalho. A diferença entre a

cooperativa de trabalho (associado) e a cooperativa de produtores está justamente na presença ou ausência da autogestão, visto que, materialmente, na cooperativa de trabalhadores, estes se associam para deter os meios de produção e, na cooperativa de produtores, estes se associam para beneficiar a produção de suas propriedades, realizando o trabalho por meio de empregados subordinados, dependentes e pagos por meio de salário, sem participação na gestão (GADOTTI, 2009, p. 42-43).

Pensar a solidariedade econômica, a cooperação, a coletividade, é uma tarefa de educar o indivíduo para uma relação com o outro, do ponto de vista da singularidade. Para Gadotti “todo ser humano precisa de alteridade”, onde esses atributos tornam-se uma condição necessária para a promoção da condição humana, respeitando-se as particularidades de cada um, sendo, portanto, “um dever educacional e uma responsabilidade social e política de todos e todas” (GADOTTI, 2009, p. 45).

Na concepção de Gadotti, a economia solidária se propõe como algo além de um modo de produção, sendo também uma condição de vida. Em suas palavras,

O espírito da economia solidária é cooperar, viver melhor juntos. Ela nos obriga a ver as pessoas sob outro olhar. Todos pensam juntos. Todos decidem juntos. Os ganhos não são só materiais. São também não materiais. O espírito da economia solidária é empoderar as pessoas pela dissolução do poder nelas, em todos e todas. Por isso, a educação é essencial para o avanço da economia solidária. Empoderar não é “ter mais” poder individual, mas reinventar o poder, conquistar mais autonomia, “ser mais”, como dizia Paulo Freire (GADOTTI, 2009, p. 48).

Sendo assim, a economia solidária se apresenta como o gérmen de um novo modelo de sociedade, onde as relações de rede são fundamentais para a sua continuidade. Para Gadotti, “um empreendimento solidário isolado não conseguirá sobreviver no ambiente capitalista [...] precisa estar em rede. É uma demanda de todos os empreendimentos solidários” (GADOTTI, 2009, p. 82).

No Brasil, a economia solidária tem uma forte relação com a luta dos movimentos sociais pela conquista de direitos. Não se trata de um esforço recente nesse sentido, mas que ganhou um impulso significativo nas últimas décadas.

Segundo Moretto e Pochmann (2002), o processo de redemocratização nos anos 1980 coloca em evidência a organização “dos segmentos marginalizados de veicular seus interesses, levando à expressão de uma demanda crescente por direitos de cidadania”. De acordo com esses autores, o avanço dessa organização social trará ainda, de modo mais intenso, a imposição pelo atendimento das demandas não respondidas de bens e serviços e também pela efetivação de políticas públicas que supram as insuficiências estruturais nas

áreas de “alimentação, transporte, moradia, saúde, educação, comunicação, trabalho, etc.” (MORETTO, POCHMANN, 2002, p. 55).

Nesse entendimento, Barbosa (2007) reitera que a organização em cooperativas e associações é uma objeção ao cenário de agravamento das disfunções sociais. A autora apresenta a seguinte análise:

A desocupação, a baixa qualidade dos empregos e a desproteção social como consequências do ajuste que o capital vem realizando nos últimos anos para atender a sua crise de acumulação provocam graves danos sociais aos trabalhadores do centro e periferia capitalistas. Deles decorre a iniciativa de constituir práticas amenizadoras do não-assalariamento para subsistência de trabalhadores desempregados, iniciativa que, na parte latina das Américas, recebeu o nome de *economia solidária* (BARBOSA, 2007, p. 21).

A economia solidária enquanto política pública se estabelece a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) – Lei n. 10.683 de 28 de maio de 2003; Decreto n. 4764 de 24 de junho de 2003, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, através de Luiz Inácio Lula da Silva na presidência da República, assim como no aspecto civil, a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que “articula as experiências de economia solidária no território nacional e passa a representá-las junto aos governos e fóruns internacionais” (BARBOSA, 2007, p. 22). Essas novas demandas aparecem,

[...] como uma das respostas à nova sociabilidade imposta pelo capital, sendo hoje uma efetiva prática social [...] Envolve segmentos heterogêneos de trabalhadores, desde os extremamente vulnerabilizados, com baixa escolarização e que nunca fizeram parte do mercado de trabalho contratualmente formalizado, até os trabalhadores antes assalariados, empurrados para as relações de trabalho precarizados via auto-emprego (BARBOSA, 2007, p. 23).

De acordo com Barbosa, a economia solidária decorre da ineficiência social provocada pelo capitalismo por meio da concentração de renda, da luta de classes, da precarização do trabalho e das relações trabalhistas. Há também a própria ausência do Estado em trazer para sua pauta política o enfrentamento efetivo das complexidades e desproteção sociais. Segundo a autora,

As experiências de economia solidária parecem situar-se numa das veredas dessas mudanças societárias, quando o Estado se descompromete com a inda incipiente perspectiva social de universalização de direitos, entre eles o trabalho assalariado, ao mesmo tempo em que ensaia maior apoio a iniciativas de auto-emprego. O campo é de mudanças na realidade concreta e no modo de conceber a vida e a convivência social,

algo em torno de uma suposta autonomização civil com o lema *a sociedade por conta própria*. (BARBOSA, 2007, p. 23).

Para Sabaté (2002), a dissonância provocada pelo capital por meio da crescente globalização não se ajusta às necessidades dos indivíduos. Segundo ele, “esse hiato, ou divórcio, tem gerado problemas de desemprego, subocupação, de precarização do trabalho, de desregulamentação trabalhista, de crescimento das desigualdades” promovendo um “retrocesso da distribuição e do acesso ao patrimônio, com incremento da pobreza generalizada, que observamos nas estatísticas oficiais” (SABATÉ, 2002, p. 34).

Sobre esse aspecto, Kapron (2002) apresenta que a economia solidária é um sistema:

[...] necessário para a sobrevivência das pessoas, necessário para a realização humana, para gerar e distribuir a renda, para acessar a produção, financiar o reinvestimento dentro dessa lógica, ou seja, há necessidade, sim, de pensar, de conceber uma economia solidária de forma sistêmica e articulada. Estou convencido de que se os empreendimentos da economia solidária, o grupos, associações, cooperativas, empresas, atuarem isoladamente, e buscarem a competição no mercado, estarão fadados, como a maioria das empresas, à extinção. Porque a lógica da competição é a lógica de geração e de falência de empresas; de concentrar e, portanto, excluir do mercado. Assim, afirmo e reafirmo essa ideia da articulação em rede, de cooperação dos empreendimentos [...] afirmo, também, que economia solidária não é só solidariedade na produção, mas também na organização e na articulação com todos os setores sociais (KAPRON, 2002, p. 50-51).

A relação solidária na economia deve ir além apenas da veiculação à promoção do trabalho e renda. Conforme as colocações de Pinto (2006), a organização cooperativa precisa apontar “novos significados”, “novas solidariedades”, assim como promover uma “requalificação do trabalho, da produção, do consumo e das trocas”. O autor também afirma que esse processo implica na construção de novas identidades para os indivíduos, de modo que ocorra uma percepção de si mesmo de uma forma diferenciada. Outro aspecto importante para ele é a de que,

Caso se tome o sentido mais expressivo contido nas práticas da economia solidária é razoável supor que se trata da extensão da participação social sobre a organização da produção e da distribuição da riqueza, que hoje se encontra sob o domínio privado. Tal como experiências participativas que incidem sobre a economia distributiva operada via Estado, a economia solidária estende o raio da ação política particularmente sobre a economia mercantil, responsável por organizar a produção da riqueza social (PINTO, 2006, p. 74).

O fortalecimento das organizações solidárias tem acompanhado a uma crescente articulação entre os diversos fóruns locais e regionais no país. O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) tem sido uma importante ferramenta no fortalecimento desses vínculos. Da mesma forma, a SENAES aponta que as iniciativas de economia solidária vêm aumentando e passam a promover um “intercâmbio e movimento dos gestores públicos para incentivar a troca de experiências e o fortalecimento das políticas públicas de economia solidária” (LIMA, 2013, p. 32). Para Lima, essas experiências coletivas trazem,

[...] além do trabalho e renda, novas referências de valores, habilidades e atitudes, envolvendo o respeito e cuidado com o meio ambiente e com a diversidade presente na vida. Entretanto, é necessário ressaltar que a economia solidária não pretende ser a solução mágica para a saída da crise do emprego e para a modificação da sociedade, mas possibilita a inclusão social e a criação de outras formas de trabalho baseadas na autogestão, na solidariedade e na valorização dos saberes empíricos (LIMA, 2013, p. 147).

Outro aspecto bastante importante e recorrente destas iniciativas é a participação feminina nos empreendimentos. Conforme Guérin (2005), “as mulheres são frequentemente as primeiras atrizes das práticas da economia solidária”. A autora destaca ainda que essas experiências possibilitam um maior reconhecimento dessas mulheres, oferecendo “uma oportunidade inédita para avançar na luta contra as desigualdades entre os sexos” (GUÉRIN, 2005, p. 13).

Guérin aponta ainda que a economia solidária precisa ser reconhecida “pelos Estados e pelas organizações internacionais”. Isso, segundo ela, garantiria o seu futuro. Nas palavras da autora,

É incumbência dos atores da economia solidária prosseguir suas ações, suas reivindicações, assim como seus esforços em busca de união; mas é responsabilidade das autoridades públicas apoiar esses esforços sem demora, sem esperar por resultados tangíveis, o que pressupõe o reconhecimento de que elas próprias precisam dessa força de contestação para que sejam ao mesmo tempo mais justas e eficazes (GUÉRIN, 2005, p. 219).

Dessa forma, consideramos que a economia solidária desenvolvida nos empreendimentos cooperativos e associativos propicia, não apenas uma alternativa de inclusão formal ao mercado de trabalho na superação do desemprego, e conseqüentemente como oportunidade de sobrevivência, mas, sobretudo, é responsável pela transformação no modo de ser e pensar do indivíduo, oportunizando a vivência de novos valores e conceitos sobre a vida em sociedade e sobre a relação consigo e com o outro.

Novos padrões de produção e consumo passam a ser buscados, baseados não mais na exploração e na desigualdade, mas superando esse atributo posto pela ordem do capital, assim como se transita a construir uma equidade social que supere as contradições da competição e satisfações exclusivamente individuais, para um conceito que permita uma vivência altruísta e coletiva.

Como contribuição do cooperativismo e da economia solidária, verifica-se que eles suscitam um processo de desenvolvimento não apenas do indivíduo, como já mencionado pelos autores aqui apresentados, mas também um desenvolvimento do local ao global. Para compreensão da categoria desenvolvimento, passamos a apresentar em seguida, as suas conceituações a partir de referenciais teóricos que estarão elencados no item subsequente.

1.2 Globalização, sustentabilidade e desenvolvimento: apontamentos sobre a construção de direitos sociais

Inúmeras discussões têm sido feitas nas últimas décadas, sobre os impactos do advento da globalização, por analistas e pesquisadores de diferentes áreas. Propomo-nos aqui a trazer alguns aportes conceituais e analíticos de diferentes autores sobre o tema e buscamos compreender sua relação com o desenvolvimento e a sustentabilidade, aspectos importantes dentro das propostas de cooperativismo e economia solidária já apresentados nessa pesquisa.

Segundo Santos (2008), o processo de globalização se apresenta hoje como uma “fabrica de perversidades”, trazendo consigo toda a sorte de mazelas sociais. Para o autor,

A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização (SANTOS, 2008, p. 20).

Além das próprias questões sociais e econômicas a globalização provoca novos arranjos políticos, identitários e geográficos. Não é possível dissociar dessas análises as territorialidades que são diretamente impactadas nesse processo.

Compreendemos o conceito de território a partir das definições de Santos (2008) em que “o território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem” nesse sentido, o território ganha uma dimensão mais abrangente, pois, “é o chão e mais a população, isto é,

uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. É no território que ocorrem as trocas materiais e imateriais sendo possível compreendê-lo como “território usado, utilizado por uma dada população” (SANTOS, 2008, p.97).

Sobre essas ressignificações das territorialidades provocadas pela globalização, Haesbaert e Limonad (2007) apontam que:

[...] se as velhas territorialidades pareciam mais nítidas ou mais fáceis de ser identificadas, hoje há uma complexificação e uma sobreposição muito maior de territórios. Muitas vezes não se tratam de novas territorialidades enquanto construção de novas identidades culturais; a novidade está mais na forma com que muitas destas territorialidades, imersas sob o jugo da construção identitária padrão dos Estados-nações, ressurgem e provocam uma redefinição (ou mesmo indefinição) de limites político-territoriais, alterando a face geográfica do mundo neste fim de milênio. Da intensificação do fluxo de pessoas de diferentes classes, línguas e religiões à intensificação do fluxo de mercadorias, capital, informações, tudo parece mais móvel, relativizando as fronteiras territoriais tradicionais como forma de controle. Hoje o espaço nacional cede rapidamente lugar aos espaços locais, seletivamente escolhidos para se inserirem nos circuitos da globalização (HAESBAERT, LIMONAD, 2007, p. 48).

De acordo com Muls (2008), os territórios “são um construto sócio-econômico e institucional”. O papel das instituições é de suma relevância na forma e na dinâmica em que se constituem as economias locais. Para o autor, a análise,

[...] inscreve-se nessa perspectiva e sublinha o papel das instituições na construção, com as firmas, dos recursos necessários aos processos de produção e de inovação no seio dos territórios. Uma abordagem precisa do papel das instituições no funcionamento e na evolução dos territórios se impõe, privilegiando e integrando em uma só análise a dinâmica territorial e a dinâmica das instituições (MULS, 2008, p.8).

Para Bauman (2007), os espaços e economias locais são diretamente atingidos pela globalização, pois, “as cidades se tornaram depósitos sanitários de problemas concebidos e gerados globalmente” isso demanda o confronto com conjunturas além das condições disponíveis a esses indivíduos, visto que são impelidos a “encontrar soluções locais para problemas e dilemas concebidos globalmente” (BAUMAN, 2007, p. 89).

Segundo Santos (2008), a exclusão causada pela globalização torna necessária “uma tomada de consciência”, especialmente nos lugares onde há uma maior privação de recursos. O autor ainda defende que “a compreensão do que se está passando chega com clareza crescente aos pobres, e aos países pobres, cada vez mais numerosos e carentes”. Sendo assim, essa nova tomada de consciência apontada por ele, promoveria uma mudança na busca de novas soluções aos problemas da globalização. Na sua análise, estas soluções,

“não seriam centradas no dinheiro”, mas sim “no próprio homem”, sendo, portanto, “a base e o motor da construção de um novo mundo” (SANTOS, 2008, p.118).

Outro elemento evidente que compõe essas transformações já mencionadas está relacionado aos próprios indivíduos. O movimento de globalização torna as relações interpessoais cada vez mais frágeis e inconsistentes. Bauman (2007) apresenta nesse aspecto o seguinte entendimento:

O novo individualismo, o enfraquecimento dos vínculos humanos e o definhamento da solidariedade estão gravados num dos lados da moeda cuja outra face mostra os contornos nebulosos da “globalização negativa”. Em sua forma atual, puramente negativa, a globalização é um processo parasitário e predatório que se alimenta da energia sugada dos corpos dos Estados-nações e de seus sujeitos (BAUMAN, 2007, p. 30).

Conforme Bauman (2007), a globalização acentua a competição em contraposição à solidariedade. Além disso, os indivíduos passam a contar com o seus únicos recursos que, para ele, são,

[...] lamentavelmente escassos e evidentemente inadequados. A dilapidação e decomposição dos vínculos coletivos fizeram deles, sem pedir seu consentimento, indivíduos *de direito*, embora o que aprendam nas atividades de suas vidas seja que verdadeiramente tudo no atual estado de coisas milita contra sua ascensão ao modelo postulado de indivíduos *de facto*. Uma brecha ampla (e, ao que podemos ver, crescente) separa a quantidade e a qualidade dos recursos que seriam necessários para a produção efetiva da segurança e da liberdade em relação ao medo, do tipo faça-você-mesmo, mas ainda assim confiáveis e fidedignas, da soma total das matérias-primas, ferramentas e habilidades que a maioria dos indivíduos pode razoavelmente esperar vir a adquirir e manter (BAUMAN, 2007, p. 74).

Na mesma direção de análise dos autores acima, Capra (2005) assegura que os índices de pobreza e exclusão social tem sua evidência no contexto do capitalismo global que também modifica as relações entre capital e trabalho. Além disso,

À medida que os fluxos de capital e informação interligam redes que se espalham pelo mundo inteiro, eles ao mesmo tempo excluem dessas redes todas as populações e territórios que não têm valor nem interesse para a busca de ganhos financeiros. Em decorrência dessa exclusão social, certos segmentos da sociedade, certos bairros, regiões e até países inteiros tornam-se irrelevantes do ponto de vista econômico (CAPRA, 2005, p. 155).

Junto a essas considerações, Capra também discorre sobre a relação do capitalismo com seus impactos sobre os direitos humanos e a dignidade humana. Para Capra,

Uma vez que a vida humana engloba necessidades biológicas, cognitivas e sociais, os direitos humanos devem ser respeitados nessas três dimensões. A dimensão biológica inclui o direito a um ambiente sadio e

alimentos seguros e saudáveis; o respeito à integridade da vida acarreta necessariamente a rejeição do registro de patentes de formas de vida. Os direitos humanos na dimensão cognitiva são, entre outros, o direito de acesso à educação e ao conhecimento e a liberdade de opinião e de expressão. Na dimensão social, por fim, o primeiro direito humano – nas palavras da ONU – é “o direito à vida, à liberdade e à segurança da pessoa”. Há muitos direitos humanos na dimensão social – da justiça social ao direito de reunir-se pacificamente, passando pelos direitos à integridade cultural e à autodeterminação (CAPRA, 2005, p. 224).

A partir das reflexões apresentadas sobre a globalização e seus impactos nos aspectos da organização econômica, política, social e cultural dos territórios, é imprescindível realizar a definição da categoria desenvolvimento, pois também se torna um seguimento intrínseco ao capital global. Seguiremos aqui, os aportes teóricos conceituais de Furtado (1984, 1986) e Franco (2000, 2002) para as análises dessa temática.

A concepção de desenvolvimento para Furtado (1986) considera que,

[...] o ponto de partida da ideia de desenvolvimento sejam simples intuições explicáveis em certas condições históricas, que tiveram sua primeira expressão no conceito vago de progresso. Do ponto de vista da análise econômica, o passo decisivo foi dado quando se definiu o conceito de fluxo de renda, cuja expansão é suscetível de expressão quantitativa. Com efeito, o aumento do fluxo de renda, por unidade de força de trabalho utilizada, tem sido aceito, desde a época dos clássicos, como o melhor indicador do processo de desenvolvimento de uma economia (FURTADO, 1986, p. 77).

Furtado (1986) busca, em suas abordagens, promover uma análise econômica que esteja referenciada amplamente com os aspectos sociais. Para ele, o conceito de desenvolvimento perpassa a noção de crescimento, contudo, está acima dela. Conforme o autor, esse conceito,

[...] se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa. Essa complexidade estrutural não é uma questão de nível tecnológico. Na verdade, ela traduz a diversidade das formas sociais e econômicas engendrada pela divisão do trabalho social. Porque deve satisfazer às múltiplas necessidades de uma coletividade é que o conjunto econômico nacional apresenta sua grande complexidade de estrutura. Esta sofre a ação permanente de uma multiplicidade de fatores sociais e institucionais que escapam à análise econômica corrente (FURTADO, 1986, p. 77).

De acordo com suas afirmações, o desenvolvimento parte de uma necessidade de determinação, onde são imprescindíveis as manifestações de criatividade que envolvem inovação e cultura.

Uma vez que a ideia de desenvolvimento refere-se diretamente à realização das potencialidades do homem, é natural que ela contenha, ainda que apenas implicitamente, uma mensagem de sentido positivo. As

sociedades são consideradas desenvolvidas na medida em que nelas o homem mais cabalmente logra satisfazer suas necessidades, manifestar suas aspirações e exercer seu gênio criador. A preocupação com a morfogênese social deriva dessa outra ideia simples de que é mediante a invenção e implementação de novas estruturas sociais que se cumpre o processo de desenvolvimento (FURTADO, 1984, p.105).

O desenvolvimento se estabelece, portanto, com a incorporação dos indivíduos nessa busca pelo crescimento, a partir da superação das desigualdades, melhorando as condições de existência, oportunizando mudanças efetivas e avanços tecnológicos. Sendo assim,

A ideia de desenvolvimento está no centro da visão de mundo que prevalece na época atual. A partir dela o homem é visto como um fator de transformação, tanto do contexto social e ecológico em que está inserido como de si mesmo. Dá-se como evidente que o homem guarda um equilíbrio dinâmico com esse contexto: é transformando-o que ele avança na realização de suas próprias virtualidades. Portanto, a reflexão sobre o desenvolvimento tem implícita uma teoria geral do homem, uma antropologia filosófica (FURTADO, 1984, p.105).

Segundo Furtado (1984), uma primeira medida para a superação do subdesenvolvimento é não reproduzir o perfil e o modelo de vida das principais economias do mundo, intituladas desenvolvidas. Para ele, seria uma dos grandes dilemas das sociedades latino-americanas na periferia do sistema capitalista. Em suas palavras,

[...] a crise que agora aflige o nosso povo não decorre apenas do amplo processo de reajustamento que se opera na economia mundial. Em grande medida, ela é a manifestação antecipada de um impasse que se apresentaria necessariamente em nossa sociedade, que pretende reproduzir a cultura material do capitalismo mais avançado privando a grande maioria da população de bens e serviços essenciais (FURTADO, 1984, p. 29).

Assim sendo, Furtado (1984) propõe a realização de reformas estruturais para a superação dos distúrbios sociais. Segundo o autor, era indispensável compreender como a sociedade pode controlar a concentração do capital. Era imperiosa a saída de uma economia com requintes ainda coloniais de concentração de riquezas para a construção de um sistema econômico nacional que garantisse a equidade de direitos, de condições de sobrevivência e redistribuição de renda entre os cidadãos. O Estado seria o grande impulsor para a efetivação das transformações na sociedade. Para o autor, portanto,

Cumpramos pensar em desenvolvimento a partir de uma visualização dos fins substantivos que desejamos alcançar, e não da lógica dos meios que nos é imposta do exterior. A superação do impasse estrutural que está no fundo de nossa crise somente será lograda se o desenvolvimento futuro conduzir a uma crescente homogeneização de nossa sociedade e abrir

espaço à realização das potencialidades de nossa cultura (FURTADO, 1984, p. 30).

Sendo assim, consideramos em grande medida, o pensamento de Furtado sobre a concepção de desenvolvimento bastante atual, que propicia de modo potencial um amplo debate para a construção de uma sociedade mais homogênea, que supere os abismos criados pela concentração de riquezas, precarização dos meios de trabalho e subsistência e todas as demais disfunções colocadas pelo capital global.

Seguindo em nossas análises, apresentamos as contribuições de Franco (2000, 2002) sobre o desenvolvimento local e suas relações com a sustentabilidade. É importante evidenciar inicialmente como o autor define seu entendimento nessa categoria. Franco (2000) aponta que,

A palavra local, aqui, não é sinônimo de pequeno e não alude necessariamente à diminuição ou redução. O conceito de local adquire, pois, a conotação de alvo socioterritorial das ações e passa, assim, a ser retro definido como o âmbito abrangido por um processo de desenvolvimento em curso, em geral quando esse processo é pensado, planejado, promovido ou induzido. Entretanto, quando se fala em desenvolvimento local, faz-se referência, habitualmente, a processos de desenvolvimento que ocorrem em espaços subnacionais, sendo que, no Brasil, na maioria dos casos, tais espaços são municipais ou microrregionais (envolvendo certa quantidade de municípios dentro da mesma unidade federativa) (FRANCO, 2000, p. 27).

Esse desenvolvimento, segundo o autor, relaciona-se com as dinâmicas empregadas para o avanço das potencialidades de uma determinada comunidade. Contudo, diversos fatores são preponderantes, como a participação efetiva da sociedade ao assumir suas responsabilidades, tomar iniciativas e buscar o empreendimento de novos negócios (FRANCO, 2000, p. 28-29).

Para Franco (2000), o desenvolvimento se apresenta a partir de diferentes dimensões: “econômica, social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica, que mantêm umas em relação às outras, relativo grau de autonomia”. Essas dimensões, por conseguinte, de maneira conjunta, determinam e condicionam o processo de desenvolvimento (FRANCO, 2000, p. 30).

Outro aspecto evidenciado por Franco (2000) é de que o desenvolvimento precisa ser sustentável. Em suas análises, entende que para se desenvolver, “é preciso crescer, mas crescer sustentavelmente – que dizer: produzir mais e melhor, ou melhor, mais quando isso signifique melhor, sem inviabilizar a vida das gerações futuras”, garantindo uma

oportunidade de isonomia nas condições de vida a todos os indivíduos (FRANCO, 2000, p. 36).

Nesse aspecto, também se destaca a relevância de que os sujeitos não tenham acesso apenas à renda, mas à redistribuição do capital, acesso aos meios de conhecimento, sejam participantes de forma direta no poder ou então tenham possibilidade de interferir nas deliberações públicas do local onde vivem (FRANCO, 2000, p. 36-37).

Para o autor, o capital humano corresponde aos níveis de conhecimento e escolarização atingidos por uma determinada sociedade. Da mesma forma que o capital social relaciona-se com os níveis de organização atingidos por esses indivíduos. Para ele,

Existe uma relação direta entre os graus de associacionismo, confiança e cooperação atingidos por uma sociedade democrática organizada do ponto de vista cívico e cidadão e a boa governança e a prosperidade econômica. Tal relação pode ser compreendida como capital social. Baixos níveis de capital social indicam baixos níveis de desenvolvimento social (FRANCO, 2000, p. 38).

Correspondente aos demais autores já trabalhados, Franco, ao tratar da temática do desenvolvimento, procura estabelecer a relação deste conceito com a harmonia social através da equidade de direitos e condições de vida e também com o ambiente, em uma relação sustentável. Destacamos aqui, o mérito apontado pelo autor sobre o reaproveitamento na produção de resíduos por meio da prática da reciclagem. Dessa forma, destaca que:

[...] processos que incorporem a característica da reciclagem podem ser mais facilmente planejados no âmbito local. No âmbito local podemos ter a visão de que padrões sustentáveis de produção e consumo devem ser cíclicos para serem sustentáveis, tendendo para um padrão de *emissão zero* de resíduos, ou seja, fazendo com que os resíduos de uma atividade produtiva se transformem em insumos para a atividade produtiva seguinte, conservando assim, as condições ambientais herdadas. É quase automática a conclusão de que a reciclagem constitui uma característica atribuível às comunidades que resolvam assumir um processo de desenvolvimento comprometido com a conquista da sustentabilidade (FRANCO, 2000, p. 54-55).

A noção de desenvolvimento local proposta por Franco (2000) percorre também a organização dos sujeitos em empreendimentos associativos e cooperativos, a fim de buscar as satisfações das necessidades mútuas entre os indivíduos. Segundo ele, além dessas organizações coletivas, as parcerias entre o governo, as empresas e a sociedade organizada, refletem em um proveito de todos os atores envolvidos nesse processo (FRANCO, 2000, p. 55).

Dessa forma, Franco (2000) aponta ainda que o desenvolvimento local integrado e sustentável é uma maneira de se confrontar e superar a pobreza. Segundo o autor,

A superação da pobreza – e o enfrentamento dos seus fenômenos acompanhantes no caso do Brasil: as desigualdades sociais e regionais, a exclusão social e as vulnerabilidades que assolam grande parte da população do país – não poderá se efetivar somente a partir de políticas compensatórias, ou seja, daquelas políticas voltadas para compensar as defasagens de inserção no processo de desenvolvimento produzidas pelo “modelo econômico” ou advindas de desvantagens grupais historicamente herdadas, como a apartação da cidadania dos afrodescendentes e a feminização da pobreza. Políticas compensatórias são e serão sempre necessárias, mas não são nem serão suficientes em nosso caso (FRANCO, 2000, p. 84-85).

Dessa maneira, o desenvolvimento local integrado e sustentável, torna-se um mecanismo para se ascender às condições de vida dos que vivem à margem da sociedade, privados do exercício de seus direitos e da satisfação pessoal (FRANCO, 2000, p. 85).

Sobre a globalização, Franco (2000) afirma que o desenvolvimento local integrado e sustentável, torna-se uma “estratégia contra-hegemônica” no processo de exclusão provocada pelo capital. Esse desenvolvimento proporciona a condição da existência de uma “agenda positiva de globalização”. Essas estratégias locais,

[...] promovem e assumem a condução do seu próprio processo de desenvolvimento, a inserção competitiva de localidades periféricas associadas em rede, de *clusters* setoriais e territoriais, em mercados aos quais, de outra maneira, nunca teriam acesso, porém sem entrar na “lógica” da oligopolização e sem deixar de reverter os benefícios dessa inserção para o desenvolvimento humano e social dessas localidades (FRANCO, 2000, p. 87).

Outra referência apresentada por Franco (2000) é o condicionamento do desenvolvimento na transformação do capital humano e social. A relação com o meio a partir dessas transformações pressupõe uma capacidade de crescimento sustentável. Portanto, “o conceito de sustentabilidade é inerente ao conceito de desenvolvimento”. Se o desenvolvimento não está comprometido com a preservação, ou seja, não é sustentável, não está imbuído de valores de cooperação e solidariedade, pode ser até ser concebido como uma forma de crescimento, mas nunca posto como desenvolvimento (FRANCO, 2002, p. 51).

O autor também destaca que o desenvolvimento é, igualmente, um aspecto político. A política seria o mecanismo para a regulação dos interesses, das ideias, dos conflitos, de uma determinada sociedade nas vias de cooperação ou competição. Por isso, a mudanças

no capital humano e social tornariam viável o desenvolvimento, pois, para Franco, ele também é um fator social (FRANCO, 2002, p. 93).

O coeficiente econômico é sem dúvida fundamental para se conceber o processo de desenvolvimento. Todavia, para Franco,

É impossível promover o desenvolvimento sem estimular a multiplicação das atividades produtivas, sem democratizar o acesso à propriedade produtiva ou, em outras palavras, sem socializar a riqueza. Na ausência dessas coisas, podemos, sim, ter crescimento econômico, mas este será provavelmente, um crescimento sem desenvolvimento (FRANCO, 2002, p. 104).

Segundo o autor, a economia, por ela mesma, não oportuniza a democratização da riqueza, pois,

Deixada a si mesma, numa sociedade em que já estão concentrados, além da riqueza e da renda, o conhecimento e o poder, a economia – mesmo em crescimento – não é capaz de democratizar a riqueza porque não é capaz de estabelecer oportunidades iguais de acesso à propriedade produtiva e condições iguais de sucesso para os diversos empreendimentos (FRANCO, 2002, p. 107).

De forma a corroborar com os apontamentos expressos sobre o desenvolvimento, queremos finalmente destacar as análises de Muls (2008), afirmando que o desenvolvimento local precisa estar apoiado na “construção de redes”, sendo elas, uma das essências no fortalecimento desse processo. Para o autor,

Essas redes são a forma de expressão da reação autônoma que, se não liberta o território das restrições impostas pelas leis de funcionamento que lhes são exógenas, pelo menos coloca, para o território, a possibilidade de redirecioná-las ao seu favor. As redes são a expressão das formas de ajustamento entre as restrições extraterritoriais e as reações territoriais e nesse sentido a própria condição para o desenvolvimento local (MULS, 2008, p.11).

Foram apresentadas aqui concepções teóricas de diferentes autores a partir dos conceitos de globalização, território, sustentabilidade e desenvolvimento. Esses aportes são importantes para a compreensão das dinâmicas econômicas e sociais estabelecidas a partir das relações colocadas pelo sistema de capital nos níveis local e global.

Esse sistema é, portanto, o condutor dos grandes impactos nas organizações sociais, nas relações de trabalho, acumulação de renda e na subordinação de grande parte das populações a uma condição de exploração, subemprego, sem acesso aos bens de consumo, moradia, saúde, tecnologia e conhecimento.

Entre as oportunidades de geração de renda e acesso ao mercado de trabalho, mesmo que em parte informal, surge como uma resposta ao próprio capital e aos mecanismos de estimulação ao consumo, a cadeia da reciclagem.

Apresentaremos a seguir, algumas configurações da atividade de reciclar resíduos sólidos no Brasil, garantindo a subsistência de milhares de pessoas, que têm na reciclagem seu universo de sobrevivência.

1.3 Reciclagem: os resíduos sólidos no espaço urbano e os desafios do ofício de catador

Para boa parte da população, a questão do lixo é resolvida com a coleta de rotina feita pelos órgãos de limpeza pública dos municípios brasileiros, pois, lixo entregue à coleta, significa “problema” solucionado.

A atividade de coleta de resíduos não é uma atividade recente, embora tenha ganhado grande destaque nas últimas décadas, assim como a figura do catador nas ruas.

Segundo Juncá (2001, p. 62), no Brasil, a denominação tem uma grande representatividade com a figura do “velho garrafeiro”, a partir do início do século XX.

A própria literatura, já há muito tempo fazia referência a esses trabalhadores, conforme podemos evidenciar a seguir:

Todos esses pobres seres vivos tristes, vivem do cisco, do que cai nas sarjetas, dos ratos, dos magros gatos dos telhados, são os heróis da utilidade, os que apanham o inútil para viver, os inconscientes aplicadores à vida das cidades, daquele axioma de Lavoisier: nada se perde na natureza. A polícia não os prende, e, na boêmia das ruas, os desgraçados são ainda explorados pelos adelos, pelos ferros-velhos, pelos proprietários das fábricas [...] Coitados! Andam todos na dolorosa academia da miséria [...] Ainda há os cursos suplementares dos apanhadores de papéis, de cavacos e de chumbo. Alguns envergonham-se de contar a existência esforçada. Outros abundam em pormenores e são um mundo de velhos desiludidos, de mulheres gastas, de garotos e de crianças, filhos de família, que saem, por ordem dos pais, com um saco às costas, para cavar a vida nas horas da limpeza das ruas [...] (RIO, 1997, p. 87-99).

A crônica “Pequenas Profissões”, de autoria do escritor carioca João do Rio, foi primeiramente publicada em 1904, no jornal *A Gazeta de Notícias*, sob o título de “Profissões Exóticas” e faz parte da obra intitulada “A Alma Encantadora das Ruas”. Nela, João do Rio já demonstrava, no início do século XX, a abordagem das profissões exóticas ou subempregos existentes na cidade do Rio de Janeiro e as estratégias de sobrevivência

das camadas mais pobres da sociedade.

Charles Baudelaire, poeta francês, em 1857, já fazia alusão ao ofício do catador nas ruas de Paris, no poema chamado “*Le vin des chiffonniers*” (O vinho dos trapeiros).

Escrita em 1967, pelo escritor e dramaturgo brasileiro Plínio Marcos, a peça “Homens de Papel” procurava demonstrar o drama dos que estão submetidos ao subemprego. A peça conta a vida de um grupo de homens e mulheres, catadores de papel, que são vítimas de exploração pelo comprador, que determina os preços que são pagos aos catadores conforme lhe convém.

Também na década de 1950, Carolina Maria de Jesus, moradora da favela do Canindé em São Paulo, registrava as suas dificuldades de sobrevivência trabalhando como catadora. Escrevendo em cadernos que encontrava no lixo, utilizava-os como diário, dando origem a uma de suas mais conhecidas obras: “Quarto de despejo”, publicado em 1960. O diário conta a vida difícil dos favelados de Canindé e das condições de miséria e meios de sobrevivência.

Embora um ofício e um problema urbano histórico, atualmente, os grandes debates feitos sobre a escassez dos recursos naturais e a necessidade da constituição de uma mentalidade de preservação ambiental, tem trazido à tona justamente o questionamento do que ocorre com esse lixo após sua coleta. Com isso,

[...] diversos setores da sociedade vêm discutindo de forma multidisciplinar, elencando propostas e envolvendo diversos segmentos agrupados, ao invés de iniciativas isoladas ou privadas em busca de soluções sobre as questões socioeconômicas e ambientais decorrentes do lixo. Dentre as soluções propostas está a reciclagem (HEIDEN, 2007, p.15).

De acordo com Eigenheer (1999, p.30), é necessário consumir cada vez mais segundo o padrão capitalista, todavia é imprescindível agir para que o produto final desse consumo, o lixo, não se torne uma ameaça.

Nesse aspecto, Calderoni (2003), afirma que o lixo,

[...] é o material mal-amado. Todos desejam dele descartar-se. Até pagam para dele se verem livres. O que é pior, o lixo é inevitável. Não se consegue parar de produzi-lo, todos os dias. Além disso, do processo produtivo resulta sempre a geração de resíduos, de suas formas distintas: em primeiro momento, como consequência do próprio ato de produzir; posteriormente, após a cessão da vida útil dos produtos. Em decorrência, pode-se dizer que praticamente toda a produção mundial de bens, realizada diariamente, mais cedo ou mais tarde, irá transformar-se em lixo. Todos os dias, o lixo, é incorrigível, sia de casa, embuçado, vai para a rua e fica posto na calçada. O que era mero incômodo torna-se, imediato, um pesado encargo público (CALDERONI, 2003, p. 25).

Para o autor, as mudanças pelas quais a sociedade atual vem enfrentando, a partir da aceleração nos processos de produção, começam ser refletidas nos impactos ambientais, que há bem pouco tempo passam a fazer parte das preocupações dos governos e da sociedade civil (CALDERONI, 2003, p. 31).

Conforme Capra (2005), o grande obstáculo à sustentabilidade é o crescente aumento do consumo material. De acordo com o autor, todas as inovações, tecnologias e produção do conhecimento têm como principal objetivo “aumentar a produtividade, o que faz aumentar, em última análise, o fluxo de bens materiais” (CAPRA, 2005, p. 268). Esses novos bens materiais, conseqüentemente, agregam a exploração de novos recursos naturais e produção cada vez maior de resíduos.

Diante desses impactos ambientais e das reflexões sobre a sustentabilidade, a própria definição de “lixo” passa a ser entendida de outras formas. Para Calderoni (2003),

Na linguagem corrente, o termo resíduo é tido praticamente como sinônimo de lixo. Lixo é todo o material inútil. Designa todo material descartado posto em lugar público. Lixo é tudo aquilo que se “joga fora”. É objeto ou a substância que considera inútil ou cuja existência em dado meio é tida como nociva. “Resíduo” é palavra adotada muitas vezes para significar **sobra** no processo produtivo, geralmente industrial. É usada como equivalente a “refugo” ou “rejeito” (CALDERONI, 2003, p. 49).

Para Demajorovic e Lima (2013), houve uma substituição do termo “lixo” para “resíduos sólidos”, segundo especialistas, para que seja feita a devida qualificação dos resíduos oriundos da produção e consumo. Dessa forma, esses resíduos sólidos “não são um número mero subproduto do sistema produtivo, sem utilidade”, mas que “possuem valor econômico agregado, ou seja, trata-se de um bem com valor econômico”, sendo assim, ao ser reintegrado ao sistema de produção agrega benefícios econômicos e socioambientais (DEMAJOROVIC, LIMA, 2013, p.42).

Desse modo, Calderoni (2003) afirma que “a legislação brasileira estabelece que o *lixo doméstico* é propriedade da Prefeitura, cumprindo-lhe a missão de assegurar sua coleta e disposição final”. No caso dos resíduos industriais, essa disposição está sob a responsabilidade da indústria, com a fiscalização e regulamentação por parte do poder público (CALDERONI, 2003, p. 50).

O autor pontua também que a reciclagem seria o termo aplicado “a lixo ou a resíduos”, a fim de processá-los novamente, possibilitando sua reutilização. “Trata-se de

dar aos descartes uma nova vida. Nesse sentido, reciclar é “ressuscitar” materiais, permitir que outra vez sejam aproveitados” (CALDERONI, 2003, p. 52).

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) através da NBR – Norma Brasileira Registrada – n.º 12980 de 1993, define coleta e resíduo da seguinte maneira:

- 1- Coleta domiciliar: Coleta regular dos resíduos domiciliares, formados por resíduos gerados em residências, estabelecimentos comerciais, industriais, públicos e de prestação de serviços, cujos volumes e características sejam compatíveis com a legislação municipal vigente (NBR 12.980,1993, item 3.29, p. 2).
- 2- Coleta seletiva: Coleta que remove os resíduos previamente separados pelo gerador, tais como: papéis, latas, vidros e outros (NBR 12.980,1993, item 3.37, p. 3).
- 3- Resíduo: Material desprovido de utilidade pelo seu possuidor (NBR 12.980,1993, item 3.84, p. 5).

Dentro da própria lógica do sistema de consumo, surge um meio de tornar o lixo lucrativo, através da reutilização dos diversos componentes de cada resíduo, possibilitando assim a reinserção desses produtos, por meio da transformação desses resíduos em novos itens destinados ao mercado, tornando o que era um “problema” em uma nova fonte de geração de lucros.

Para Calderoni (2003), os benefícios advindos da reciclagem, proporcionam uma economia na produção, isso se explica “porque a produção a partir da reciclagem utiliza menos energia, matéria-prima, recursos hídricos, reduz os custos de controle ambiental e também os de disposição final de lixo” (CALDERONI, 2003, p.29).

Segundo o autor, há uma necessidade de se conceber o desenvolvimento compatível com a manutenção do meio ambiente, respeitando as limitações e a capacidade do planeta, onde o esgotamento de recursos e a aniquilação da biodiversidade são recorrentes no processo de exploração desses recursos. Para ele, também é importante salientar que “a sustentabilidade do desenvolvimento requer implicitamente que contemple a sustentabilidade da sociedade. Esta depende de que seja assegurado o atendimento às necessidades mínimas da população” (CALDERONI, 2003, p. 57).

Calderoni (2003) também defende a interação entre “os múltiplos agentes envolvidos” para tornar possível a prática da reciclagem, pois há a necessidade, “enquanto atividade social abrangente, um desenvolvimento sistemático, cotidiano e simultâneo, tanto de órgãos governamentais, como de empresas, de sucateiros, de carrinheiros, de catadores e da população em geral” (CALDERONI, 2003, p. 68).

Sendo assim, a reciclagem demanda um aspecto interdisciplinar em sua concepção. Conforme Calderoni, “a necessidade de integração interdisciplinar decorre, em primeiro lugar, do fato de que a reciclagem tem como condição de sua existência, enquanto atividade sistemática, uma intensa interrelação social e econômica” (CALDERONI, 2003, p. 74). Para o autor, essa relação interdisciplinar envolve a participação de todos, desde o consumidor que irá atuar na separação do lixo doméstico, às empresas e aos governos.

De acordo com Gonçalves (2003), o lixo produzido é “inevitável e inexorável”, nesse caso, todos os processos promovem a geração de resíduos. Para a autora, isso ocorre “desde o mais elementar metabólico de uma célula até o mais complexo processo de produção industrial”. Contudo, a problemática do lixo não encerra com a sua deposição em um recipiente de descarte, pois “a lata do lixo não é um desintegrador mágico de matéria”. Por isso, estaríamos vivendo hoje “um ápice de desperdício e irresponsabilidade na extração de recursos naturais esgotáveis” (GOLÇALVES, 2003, p. 19).

Para Kemp e Crivellari (2008), atualmente há um avanço na consciência ambiental de parte da sociedade percebido na forma de consumo e reaproveitamento consciente, da destinação correta com o lixo e com a escassez de recursos naturais, embora ainda, é necessário um grande avanço na valorização e reconhecimento dos trabalhadores da reciclagem, vistos até então como inferiores, “reduzidos a meros executantes, considerados incapazes de pensar o que fazem” e conseqüentemente de desenvolver outros trabalhos mais eminentes (KEMP, CRIVELLARI, 2008, p. 79).

Nesse aspecto, Freitas (2005) apresenta que a sociedade capitalista de consumo ao trazer como prerrogativa do desperdício de recursos, também o faz nos aspectos displicentes no processo de reutilização dos resíduos. Onde para alguns o lixo é completamente descartável, há os que encontram na coleta e reciclagem uma forma de sobrevivência. A autora destaca que “se de um lado na sociedade contemporânea está em voga à valorização do lixo, de outro não está sendo valorizado devidamente o coletor” (FREITAS, 2005, p. 22).

A sustentabilidade, conforme Gadotti (2009), vai além de se realizar um desenvolvimento econômico em uma perspectiva qualitativa. Para o autor, sustentável,

[...] vai além da preservação dos recursos naturais e da viabilidade de um desenvolvimento sem agressão ao meio ambiente. Ele vai além da preservação dos recursos naturais e da viabilidade de um desenvolvimento sem agressão ao meio ambiente. Ele implica um equilíbrio do ser humano consigo mesmo e com o planeta, e, mais ainda, com o próprio universo. A sustentabilidade que defendemos refere-se ao

próprio sentido do que somos, de onde viemos e para onde vamos, como seres humanos. Este é um dos temas que deverão dominar os debates educativos das próximas décadas (GADOTTI, 2009, p. 46).

Gadotti (2009) afirma que a educação desempenha um papel importante nesse processo, assim como a economia solidária também se imbuíu dos temas ecológicos e de desenvolvimento sustentável. “Essa incorporação representa uma possibilidade de ampliação do âmbito dos empreendimentos de socioeconomia solidária, assim como ocorreu com a incorporação do enfoque de gênero, o enfoque dos direitos humanos e da defesa do controle social local”. Nesse viés, a sustentabilidade e solidariedade seriam “temas emergentes e convergentes” (GADOTTI, 2009, p. 55).

As contradições provocadas pelo sistema capitalista de produção colocaram, segundo Gadotti, o lucro e o livre mercado como essência de tudo o que precisa ser superado. Conforme ele aponta, “existem relações, recursos naturais, bem público, conhecimento, educação e, sobretudo, os seres humanos, que não devem estar sujeitos ao mercado livre”. Os indivíduos necessitam, além das satisfações básicas de sobrevivência, também “de dignidade, de poder para decidir sobre a sua existência, precisam de cultura, conhecimentos e saberes. Precisam, por isso, de autodeterminação” (GADOTTI, 2009, p. 58).

Dentre os princípios adotados pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), na Carta de Princípios da Economia Solidária, elaborada em junho de 2003, está à articulação entre a sustentabilidade e os princípios solidários na economia. Gadotti analisa que esse processo “levará necessariamente a uma ressignificação positiva ao desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável é também uma arena na qual várias concepções e práticas estão em luta” (GADOTTI, 2009, p. 59).

Para Romani (2004), a maneira como se gerencia o lixo é um aspecto da cidadania e que ainda carece de mudanças. Sendo assim,

Sistemas tradicionais de limpeza urbana, com olhar limitado a aspectos técnico-operacionais, devem ser substituídos por uma gestão participativa e integrada dos resíduos urbanos. Essa mudança de paradigma, com dimensões mais amplas em termos de ações e de atores, teve como reflexo mais recente a criação, em setembro de 2003, do Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de lixo, determinada pelo presidente da República. O principal objetivo do grupo é a formulação de um projeto de combate à fome, no âmbito do Programa Fome Zero, associado à inclusão social dos catadores e a erradicação dos lixões (ROMANI, 2004, p.16).

Como parte dessa nova cadeia de produção que se constitui a partir da reciclagem,

aparece a figura do catador, do carrinheiro (como costuma ser chamado), que de maneira individual ou organizados em associações ou cooperativas, dispõe dos materiais coletados para transformá-los em fonte de renda para garantir a sua sobrevivência. Segundo Gonçalves (2003),

No Brasil, há muitas décadas, a coleta seletiva ocorre informalmente com o trabalho do catador, outrora conhecido como papeleiro, garrafeiro, sucateiro, ou por denominações pejorativas como “burro sem rabo”. Seja em tempos idos ou atuais, o catador sempre esteve presente de forma mais ou menos institucional no processo de gerenciamento de resíduos. Ele trabalha na sombra das idiosincrasias de consumo da sociedade – que teima em refletir sobre consumo e geração de resíduos -, para o bem e para o mal (GONÇALVES, 2003, p. 93).

Esses trabalhadores, apesar de pertencer ao mesmo espaço urbano que os demais indivíduos, o percebem e o vivenciam de maneira distinta. Para Freitas (2005), “os desiguais, condicionados pela carência, pela falta de oportunidades de trabalho e de reconhecimento, elaboram modos de vida em que lhes permitem sobreviver na cidade, em razão de forças econômicas e sociais”. Nesse aspecto, muitos se tornam catadores pela necessidade de sobrevivência e “passam a definir-se por um estilo de vida citadino, que manifesta, objetivamente, o caráter heterogêneo dos ambientes urbanos” (FREITAS, 2005, p. 52).

Segundo Freitas (2005), “não é de hoje que esse contingente de destituídos que ocupa a cidade vem consumindo maior parte de suas forças físicas para sobreviver por um triz”. São pessoas absolutamente pobres, que sem alternativas, desempenham um trabalho desgastante, sem as mínimas condições de vida e meios de sobrevivência, enfrentando a miserabilidade sem algum tipo de reconhecimento. Das horas de trabalho, “são subtraídas à educação, aos cuidados com saúde, ao lazer, ao exercício da criatividade e cidadania” (FREITAS, 2005, p. 83).

Para Romani (2004) esses trabalhadores,

[...] conhecidos como catadores, carapirás, trapeiros, burros sem rabo, carrinheiros e carroceiros, exercem uma mesma função: encontrar nos materiais descartados por uma sociedade da qual são excluídos, um meio de sobrevivência. Legítimos agentes ambientais, esses profissionais são responsáveis por 90% dos materiais que chegam às indústrias recicladoras, desviando materiais que seriam dispostos em lixões ou aterros das cidades como inservíveis e reinserindo-os na cadeia produtiva como matéria-prima secundária (ROMANI, 2004, p. 14).

As dificuldades também se relacionam com a quantidade e a qualidade do material coletado, trazendo limitações nas negociações, que “levam-no a vender o seu esforço de

um dia inteiro de trabalho por um preço muito inferior ao valor real da mercadoria” (ROMANI, 2004, p.19).

De acordo com Gonçalves (2005), o catador,

[...] não é um novo personagem nas ruas das cidades brasileiras, o novo, aqui, é a elevação do número de catadores. Esses profissionais, através da catação informal de papéis e outros materiais encontrados nas ruas ou lixões, sustentam a indústria da reciclagem do Brasil. Eles não são mendigos, mas desempregados que devido à crise econômica, nos últimos anos, foram expulsos do mercado oficial de trabalho (GONÇALVES, 2005, p.16).

Assim como o lixo se constitui como “rejeito” dentro da lógica do consumo, o próprio catador passa a ser visto como parte desse processo de rejeição, pois em grande medida, a “catação de recicláveis ser percebida socialmente como uma atividade degradante” (RIOS, 2008, p.16).

Conforme Freitas (2005), essa discriminação faz parte do imaginário social ao estigmatizar os catadores,

[...] por suas aparências, em geral fragilizadas, e por lidarem com o que diariamente se descarta como lixo, essas pessoas costumam ser notadas apenas quando se tornam incômoda – separando papel em pontos inadequados das vias públicas; quando seus carrinhos atrapalham o trânsito; quando, pela depauperação desvelada em sua aparência, são consideradas suspeitas; ou quando passam a movimentar-se coletivamente, reivindicando o reconhecimento de seu trabalho e a afirmação de cidadania (FREITAS, 2005, p.117).

Nessa via de análise, Gonçalves (2005) destaca que “nas ruas, os catadores de lixo constroem suas histórias, lutam contra a precariedade econômica e perambulam selecionando as sobras da sociedade consumista”. Ao se organizarem com outros catadores através de associações e cooperativas, buscam “garantir o respeito aos seus direitos, e por que não dizer, para garantir a vida” (GONÇALVES, 2005, p.18).

Em grande parte esses catadores desenvolvem suas atividades de maneira informal, o que torna ainda mais excludente a sua inserção como trabalhador, assim, portador de direitos trabalhistas. O aumento do desemprego e da impossibilidade de permanecer como força laboral no mercado de trabalho formal, tem forçado um grande aumento no número de catadores nos centros urbanos.

A disponibilidade de material reciclável gerada nas cidades permitiu que um enorme contingente de força de trabalho desamparada encontrasse na atividade de catação seu caminho para sobrevivência. Ainda que os catadores sejam personagens cada vez mais presentes nos centros urbanos, o descaso dos representantes do setor público e dos movimentos sociais em relação a sua importância como agentes efetivos da coleta

seletiva contribuiu para que seu trabalho permanecesse marginalizado por décadas (DEMAJOROVIC, LIMA, 2013, p. 62).

Atualmente, o reconhecimento dos catadores enquanto categoria profissional e principalmente a criação de um movimento nacional de catadores, tem feito com que junto a outros movimentos sociais, os trabalhadores da reciclagem possam compartilhar experiências e a garantia de sua inclusão social, com melhores condições de trabalho e cidadania.

Como alternativa para minimizar esse processo de exclusão, a organização em associações e cooperativas tem se tornado uma forma de preparar esse trabalhador de maneira mais adequada, garantindo-lhes também a possibilidade de direitos trabalhistas e prevenção de acidentes e doenças, que são consequências dessa atividade. Nesse aspecto, Demajorovic e Lima (2013) afirmam que,

Diversos especialistas têm defendido o estímulo ao trabalho dos catadores por meio de parcerias entre cooperativas e prefeituras de forma a alcançar esses objetivos. O trabalho conjunto permitira uma série de benefícios para os trabalhadores cooperados, melhorando a sua renda a partir da venda direta para as indústrias e garantindo condições dignas de trabalho. De fato, nos últimos anos observa-se uma expansão do número de programas municipais em parcerias com cooperativas. Mesmo assim, essa não tem sido uma tarefa fácil, pois, enquanto se multiplicam experiências exitosas, permanece ainda uma série de desafios para que um número de cada vez maior de catadores possa se beneficiar dessas iniciativas (DEMAJOROVIC, LIMA, 2013, p 59-60).

Para Gonçalves (2005), os empreendimentos associativos e cooperativos além de proporcionar o trabalho, também fortalecem “valores como autonomia, solidariedade, cooperação, autoestima e organização dos trabalhadores, além da geração de renda e alternativa à política neoliberal”. A economia solidária, nesse aspecto, seria por meio da criação de cooperativas, um “caminho possível para a garantia dos direitos daqueles que estão excluídos do mercado formal de trabalho” (GONÇALVES, 2005, p.23).

De acordo com Heiden (2007), é necessário um movimento do poder público e da sociedade para valorização do catador. Sendo assim,

Uma das principais metas da colaboração poder público/catadores deve ser a integração dessas pessoas à vida da cidade através de um trabalho socialmente relevante, denotando como essa categoria de trabalhadores contribui para o desenvolvimento do município, e ajudando-os a vencerem o estigma de excluídos da sociedade, do preconceito de gente suja e sem capacitação, lidando com coisa suja, do trabalho que não é reconhecido e que não dá *status*, no âmbito reconhecido pela sociedade capitalista (HEIDEN, 2007, p.18).

Embora em grande maioria a atividade de coleta de resíduos recicláveis seja feita de maneira autônoma e individual ou pelas associações de catadores, é função do poder público dos municípios o gerenciamento dos resíduos sólidos. A lei federal 12.305/2010 regulamenta esse gerenciamento e prevê a responsabilidade compartilhada, assim desconcentra a responsabilidade única do Estado. Ele é o maior responsável, no entanto, já não responsável sozinho, desde o cidadão comum que produz o lixo doméstico até as indústrias, a aqueles que realizam atividades agropastoris, também respondem por prejuízos. Todos tem o dever de contribuir com a política nacional de resíduos sólidos, sendo que,

O gerenciamento dos resíduos sólidos municipais é de responsabilidade das prefeituras e depende de como os municípios brasileiros estabelecem e implementam suas políticas. Tal gerenciamento deve consistir de ações normativas, operacionais financeiras e de planejamento desenvolvidas pela administração municipal baseados em critérios sanitários, ambientais e econômicos para coletar, tratar e dispor os resíduos sólidos de uma cidade, viabilizando processos e procedimentos que garantam a proteção da saúde pública e a qualidade do meio ambiente (GONÇALVES, 2004, p.8).

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2013 afirmam que o Brasil possui mais de 400 mil trabalhadores da reciclagem que recebem mensalmente menos de um salário mínimo pelo resultado de seu trabalho, além de não terem garantidos seus direitos trabalhistas.

Segundo Demajorovic e Lima (2013), os milhares de catadores dos centros urbanos brasileiros,

[...] conseguem alimentar a enorme base de materiais reaproveitáveis que circulam pela cadeia de reciclagem até serem incorporadas novamente em inúmeros produtos e processos. Pensar em uma cadeia de reciclagem mais justa, que distribua de forma mais igualitária os ganhos gerados com a atividade, depende de um olhar mais atento para essa realidade e para ser desempenhado por cada ator social (DEMAJOROVIC, LIMA, 2013, p 121).

Esses trabalhadores são sobreviventes que encontram nas ruas, diariamente, a oportunidade de conseguir seu sustento. As associações e cooperativas tornam-se para eles uma referência de organização de capital solidário, que busca superar a lógica excludente do sistema capitalista.

De acordo com Barros e Pinto (2008), é importante ter a compreensão de que é inerente às atividades associativas e cooperativas dos catadores, os aspectos psicossocial e político.

A dimensão psicossocial refere-se, segundo os autores, “a função de organização do cotidiano desses trabalhadores, trazendo possibilidade de estruturação pessoal e comunitária”, que proporciona o reconhecimento dos mesmos, assim como “contribui para a construção de identidades estáveis e de pertença, participando ativamente do processo de construção subjetiva desses trabalhadores” (BARROS, PINTO, 2008, p. 65).

Já a dimensão política aponta para oportunidades de trabalho ao se traduzir “como ato de resistência à exclusão e à insegurança gerada pelas transformações no mundo laboral, além de criar um patamar de inclusão de pessoas em grau extremo de vulnerabilidade” (BARROS, PINTO, 2008, p. 65).

Apesar dos avanços na legislação e na construção de políticas públicas afirmativas nos últimos anos para a economia solidária, resíduos sólidos e a atividade de catação, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que de fato, a inclusão social e a vivência dos direitos fundamentais e inerentes aos seres humanos sejam exercitadas em nosso país.

Para Demajorovic e Lima (2013), outro importante avanço na agenda política é o Decreto nº 5.40/2006, pelo governo federal.

Ele determina que os órgãos públicos federais em todo o Brasil (217 órgãos, 10 mil prédios, 1400 municípios), implementem a coleta seletiva e destinem os resíduos às organizações de catadores. O Fórum Lixo e Cidadania de São Paulo (2011), por sua vez, destaca que, nos anos 2007 e 2008, organizações públicas como Funasa, BNDES, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Meio Ambiente, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Petrobras ampliaram o apoio a projetos de fortalecimento das organizações de catadores (DEMAJOROVIC, LIMA, 2013, p. 72).

Milhares de catadores e catadoras do país vivem a mesma realidade: a falta de oportunidades de trabalho, a baixa escolarização e a necessidade de resistir à ausência de condições básicas de vida, que tem levado esses profissionais a se submeter à precariedade das relações de produção aqui apresentadas, que envolve a atividade com resíduos sólidos.

A seguir, abordaremos os conceitos de memória e identidade e sua relação com as vivências e significações que são construídas pelos indivíduos, neste caso, os trabalhadores da reciclagem.

1.4 Entre reminiscências e pertencimentos: a memória e a identidade na prática da reciclagem

Já afirmava o poeta português Fernando Pessoa que “a memória é a consciência inserida no tempo”. Nessa pesquisa, a memória se constitui como uma categoria importante de análise, ao buscar junto aos catadores, suas reminiscências e com isso, percorrer a formação de suas identidades pessoais e coletivas.

Memória e identidade, embora conceitos distintos, estão interligados e aqui pretendemos analisar alguns aportes teóricos de diferentes autores que contribuirão para as discussões que nos propomos desenvolver no decorrer dos capítulos seguintes.

As afirmações de Pollack (1989) apontam que “ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas” por meio do resgate dessas “culturas minoritárias e dominadas”, nesse caso em oposição a uma “memória oficial”, buscando a reabilitação da “periferia e a marginalidade” nos processos metodológicos na oralidade da história (POLLACK, 1989, p. 4).

De acordo com Pollack (1989), nas lembranças dos indivíduos existem “zonas de sombra, silêncios, “não-ditos”. As fronteiras desses silêncios e “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento” (POLLACK, 1989, p. 8). Mesmo em que se busca lembrar ou esquecer, há uma intencionalidade pessoal ou coletiva na maneira como se resgatam as vivências, do quê, quando e como os fatos devem ser rememorados.

No terceiro capítulo dessa dissertação, traremos as análises das entrevistas realizadas com os catadores, buscando a retomada da memória produzida por eles, a partir da sua participação na Cooperativa Resíduo Solidário (COOPERESÍDUOS), objeto de estudo dessa pesquisa. Essas entrevistas levam em consideração as afirmações de Pollack (1989) ao dizer que,

[...] encontra-se um núcleo resistente, um fio condutor, uma espécie de leit-motiv em cada história de vida. Essas características de todas as histórias de vida sugerem que estas últimas devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas como relatos factuais. Por definição reconstrução a posteriori, a história de vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência. Além disso, ao contarmos nossa vida, em geral tentamos estabelecer uma certa coerência por meio de laços lógicos entre acontecimentos-chaves (que aparecem então de uma forma cada vez mais solidificada e estereotipada), e de uma continuidade, resultante da ordenação cronológica. Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros (POLLACK, 1989, p. 13).

Segundo Amado (1995), as entrevistas perpassadas pelas memórias, “transmitem e

reelaboram vivências individuais e coletivas dos informantes com práticas sociais de outras épocas e grupos”, concedendo a possibilidade de se “compreender os diversos significados que indivíduos e grupos sociais conferem às experiências que têm” (AMADO, 1995, p.135).

Ao trabalhar com as narrativas construídas por esses sujeitos, é necessário refletir sobre as apropriações que são feitas a partir dessas memórias, que segundo Pierre Nora,

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p.09).

A memória individual está conectada com a memória coletiva, uma e outra são indissociáveis. Portanto,

Quando a memória não está mais em todo lugar, ela não estaria em lugar algum se uma consciência individual, numa decisão solitária, não decidisse dela se encarregar. Menos a memória é vivida coletivamente, mais ela tem necessidade de homens particulares que fazem de si mesmos homens-memória (NORA, 1993, p. 18).

Ao utilizar a metodologia das entrevistas, entendemos que ao retomar a memória construída pelos catadores, devemos levar em consideração os aspectos da subjetividade implícita nas lembranças e na fala dos entrevistados. Por isso, as considerações de Alessandro Portelli (1996) são importantes sobre esse aspecto ao afirmar que,

Se formos capazes, a subjetividade se revelará mais do que uma interferência; será a maior riqueza, a maior contribuição cognitiva que chega a nós das memórias e das fontes orais. [...] Não temos, pois, a certeza do fato, mas apenas a certeza do texto: o que nossas fontes dizem pode não haver sucedido verdadeiramente, mas está contado de modo verdadeiro (PORTELLI, 1996, p. 4).

É relevante refletir sobre qual a percepção que esses catadores têm de si e quais apropriações de memórias e identidades desenvolvem através do trabalho que desempenham. Para Ricoeur (2007), a memória se coloca como postularia da identidade. Para o autor,

O cerne do problema é a mobilização da memória a serviço da busca, da demanda, da reivindicação de identidade. Entre as derivações que dele resultam, conhecemos alguns sintomas inquietantes: *excesso* de memória, em tal região do mundo, portanto, abuso de memória – *insuficiência* de memória, em outra, portanto, abuso de esquecimento. Pois bem, é na problemática da identidade que se deve agora buscar a causa de fragilidade da memória assim manipulada. Essa fragilidade se acrescenta àquela propriamente cognitiva que resulta da proximidade entre

imaginação e memória, e nesta encontra o seu incentivo e seu adjuvante (RICOEUR, 2007, p. 94).

Conforme Ricoeur (2007), a memória individual e a memória coletiva se inter-relacionam em seu processo de operação de trocas entre o individual e o público. Sendo assim,

Esse plano é o da relação como os próximos, a quem temos o direito de atribuir uma memória de um tipo distinto. Os próximos, essas pessoas que contam para nós e para as quais contamos, estão situados numa faixa de variação das distâncias na relação entre si e os outros. Variação de distância, mas também variação nas modalidades ativas e passivas dos jogos de distanciamento e de aproximação que fazem da proximidade uma relação dinâmica constantemente em movimento: torna-se próximo, sentir-se próximo (RICOEUR, 2007, p. 141).

De acordo com Candau (2016), “a memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é por nós modelada”. Para o autor, há uma relação dialética entre a memória e a identidade. Ambas “se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa” (CANDAU, 2016, p. 16).

Segundo Candau (2016), são nas relações entre as memórias individuais, entre os sujeitos com objetivos comuns, sob o mesmo horizonte de ação, que se constituem as memórias coletivas (CANDAU, 2016, p. 48).

Conforme o autor, há um consenso de que as identidades “sejam uma construção social, de certa maneira sempre acontecendo no quadro de uma relação dialógica com o *Outro*”. Da mesma forma, esse consenso também estabelece que a memória é “mais do que uma reconstituição fiel do mesmo” (p. 09). A memória coletiva, assim como “a identidade da qual ela é o combustível”, existe a partir de “uma relação sempre mutável mantida com o outro” (CANDAU, 2016, p. 50).

Para Candau (2016), ao trazer suas memórias individuais,

O narrador parece colocar em ordem e tornar coerente os acontecimentos de sua vida que julga significativos no momento mesmo da narrativa: restituições, ajustes, invenções, modificações, simplificações, “sublimações”, esquematizações, esquecimentos, censuras, resistências, não ditos, recusas, “vida sonhada”, ancoragens, interpretações e reinterpretaciones constituem a trama desse ato de memória que é sempre uma excelente ilustração das estratégias identitárias que operam em toda a narrativa (CANDAU, 2016, p. 71).

Entendemos que a memória, enquanto uma constituição subjetiva, é passível de alterações, novas apropriações individuais e coletivas, assim como o seu desaparecimento. Dessa forma, concordamos com Certeau (2014), ao dizer que,

Como os pássaros que só põem ovos no ninho de outras espécies, a memória produz num lugar que não lhe é próprio. De uma circunstância estranha recebe a sua forma e implantação, mesmo que o conteúdo (o promotor que falta) venha dela. Sua mobilização é indissociável de *uma alteração*. Mais ainda, a sua força de intervenção, a memória obtém de sua própria capacidade de ser alterada – deslocável, móvel, sem lugar fixo. Traço permanente: ela se forma (e seu “capital”) *nascendo do outro* (uma circunstância) e *perdendo-o* (agora é apenas uma lembrança). Dupla alteração, e de si mesma, que se exerce, o ser atingida, e de seu objeto, que ela só conserva depois que desapareceu. A memória se esvai quando não é mais capaz dessa operação. Ela se constrói ao contrário de acontecimentos que não dependem dela, ligada à expectativa de que vai se produzir ou de que devem se produzir algo estranho ao presente. Longe de ser o relicário ou a lata de lixo do passado, a memória vive de crer nos possíveis, e de esperá-los, vigilante, à espreita (CERTEAU, 2014, p.150-151).

As memórias e identidades são um constructo social a partir de lugares. Para Bauman (2007), são neles “que os seres humanos experimentam as tendências a serem formadas e coligadas, que tentam administrar a vida que compartilham, que os significados absorvidos e negociados”. O autor aponta ainda que são nos lugares “que os impulsos e desejos humanos são gerados e incubados, que eles vivem na esperança de realização e correm o risco de frustração” (BAUMAN, 2007, p. 86 – 87).

Ao recuperar a memória dos catadores com os quais nos propomos a trabalhar, nós observamos o que Freitas (2005) destaca como necessário:

Salvar do esquecimento e da perda de lembranças do que os catadores viveram no cotidiano das cidades é contribuir para que no presente e no futuro esses indivíduos vivam em condições de autonomia e liberdade. Trabalhar com a memória coletiva é compartilhar e comprometer-se com a luta pela vida de si mesmo e dos outros uma vez que a memória se caracteriza fundamentalmente pelo processo reativo que a realidade provoca no sujeito. Na realidade aqui focalizada isto significa que na medida em que os catadores conquistam o direito de falar em linguagem própria, de sua trajetória, de sua trajetória de exclusão-inclusão na cidade, acabam por compartilhar e comprometer-se com a sua história, mas também com a história que é vivida por todos que extraem da rua e ou dos lixões do País o sustento para as suas vidas (FREITAS, 2005, p. 34).

Assim como ocorre com a memória, também a identidade se atribui de um processo cultural. Conforme Castells (1985), “para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas”, contudo, “essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na autorrepresentação quanto na ação social” (CASTELLS, 1985, p. 22).

O autor também distingue “identidade” de “papéis sociais”. Para ele, os papéis “são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade”, já a identidade se estabelece como “fontes de significados para os próprios atores, por eles

originadas, e construídas por meio de um processo de individuação”. Castells também aponta que as identidades são “formadas a partir de instituições dominantes”, essa condição só se efetiva quando “os atores sociais as internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização” (CASTELLS, 1985, p. 23).

Segundo Castells (1985), a identidade, do ponto de vista sociológico, é construída. De acordo com o autor,

A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece. A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedade, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, em com em sua visão de tempo/espço. Avento aqui a hipótese de que, em linhas gerais, quem constrói a identidade coletiva, e para que essa identidade é construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam [...] (CASTELLS, 1985, p. 23 – 24).

Ao determinar que a construção social da identidade ocorra no contexto das relações de poder, Castells (1985) distingue três maneiras de como essas identidades são construídas. A primeira delas é a “identidade legitimadora”, que para o autor é “introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais” (CASTELLS, 1985, p. 24).

A segunda forma seria, segundo ele, a “identidade de resistência”. Nesse caso, ela seria “criada por atores que se encontrarem em posições / condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação”, se estabelecendo a partir de “trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade” (CASTELLS, 1985, p. 24).

Na terceira forma apresentada por Castells (1985), está a “identidade de projeto”. Nessa maneira a identidade se estabelece “quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade, e ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda estrutura social” (CASTELLS, 1985, p. 24).

Dentro da concepção de identidade construída pelos catadores que estudamos, entendemos que, como uma resposta a uma “identidade legitimadora”, estabelecida historicamente ao longo do tempo, que estigmatiza e marginaliza esses sujeitos,

engendrou-se por esses trabalhadores um posicionamento reverso, através de uma “identidade de resistência”. Cabe ainda afirmarmos que há um longo percurso iniciado pelos movimentos sociais organizados por catadores em todo o Brasil, na busca por uma “identidade de projeto”, que garanta o reconhecimento e a efetivação dos direitos devidos a eles.

Mensuramos também que esses catadores, ao construir suas memórias e identidades, as fazem no âmbito do que Williams (1969) define como “cultura da classe trabalhadora”. Segundo ele, essa cultura “não é a arte proletária, nem um particular uso da língua, nem conselhos deliberativos; é, em vez disso, a básica ideia coletiva, e as instituições, costumes, hábitos de pensamento e intenções que dela procedem” (WILLIAMS, 1969, p. 335).

De acordo com Hall (1997), as identidades pessoais são resultado das “sedimentações através do tempo”. Mesmo figurando como algo que vem “de dentro”, as identidades “são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências única e peculiarmente nossas, como sujeitos individuais”. Nesse aspecto, para Hall elas são formadas culturalmente. Segundo o autor, é necessário “pensar as identidades sociais como construídas no interior da representação, através da cultura, não fora delas” (HALL, 1997, p. 26-27).

Segundo Bauman (2005), “as identidades flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas a nossa volta, e é preciso estar em alerta constantemente para defender as primeiras em relação às últimas” (BAUMAN, 2005, p. 19). Nesse sentido, em um movimento exógeno e endógeno é que se constroem, se forjam e se fortalecem as identificações dos indivíduos consigo, com um grupo e com o meio social.

Dessa maneira, Ortiz (2003) aponta que “toda identidade se define em relação a algo que lhe é exterior, ela é uma diferença”. Conforme o autor, “dizer que somos diferentes não basta, é necessário mostrar em que nos identificamos” (ORTIZ, 2003, p. 7-8).

É importante destacar ainda, outros dois aspectos sobre a identidade. Primeiro, que ela sempre é incompleta, sendo continuamente formada (HALL, 2003, p. 38), assim como é a nós algo externo “pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros” (HALL, 2003, p. 39).

Para Goffman (1975), a sociedade determina formas de categorização dos indivíduos, dessa forma, “os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm a probabilidade de serem neles encontradas” (GOFFMAN, 1975, p. 11-12).

Entendemos que essas categorizações propostas por Goffman (1975) contribuem para a construção das identidades individuais e coletivas, sobretudo, porque muitas identidades são atribuídas de maneira externa aos indivíduos, conforme já observamos anteriormente. Por meio delas, se constitui o que o autor irá denominar de “estigma”. Através desse conceito, temos a compreensão de sua pertinência para a análise das representações sociais formadas sobre os trabalhadores da reciclagem. De acordo com Goffman, o estigma é “um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo” (GOFFMAN, 1975, p. 13).

Conforme Bauman (2005), a identidade é um fator determinante no processo de estratificação. De acordo com o autor,

Num dos polos da hierarquia global emergente estão aqueles que constituem e desarticulam as identidades mais ou menos à própria vontade, escolhendo-as no leque de ofertas extraordinariamente amplo, de abrangência planetária. No outro polo se abarrotam aqueles que tiveram negado o acesso á escolhas da identidade, que não tem o direito de manifestar as suas preferências e que no final se veem oprimidos por identidades aplicadas e impostas *por outros* – identidades de que eles próprios se ressentem, mas não têm permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar. Identidades que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam (BAUMAN, 2005, p. 44).

Essa estigmatização, segundo Freitas (2005), acompanha os trabalhadores da reciclagem que são marcados como “mendigos”, “lixeiros”, “sujismundos”. Para a autora,

[...] os catadores, embora rejeitem tais esteriótipos, sentem-se inaptos, inferiores e incapazes de construir, para si mesmos, uma imagem, e acabam por incorporar tal estigmatização, não se dando conta de que as condições em sobrevivem são expressões de profunda iniquidade, uma perversão praticada pelas cidades. Ao mesmo tempo em que as cidades se modernizam, olham esses sujeitos com desdém, como desiguais, fora da lei, por isso os excluem. Nesta condição, de catadores sentem-se impotentes, é como se, por ironia da “sorte” e “vontade divina”, fossem predestinados a mendigar a vida toda. Eles não conseguem se olhar como sujeitos merecedores de direitos. Em outras palavras: são impedidos de desenvolver a autoconstrução do indivíduo sujeito. E se sentem impotentes (FREITAS, 2005, p. 79).

Conforme Goffman (1975), a pessoa estigmatizada age como “se a sua qualidade diferencial manifesta não tivesse importância nem merecesse atenção especial” (GOFFMAN, 1975, p. 51). Ao conversarmos com alguns catadores e catadoras, tivemos notadamente essa percepção. Muitos deles não se sentem meritorios de terem suas trajetórias de vida e trabalho como objeto de investigação científica. Outros ainda procuram omitir da sociedade a atividade que desenvolvem, como uma maneira de não sofrerem discriminação. Nesse aspecto, Goffman afirma que”,

[...] quando a diferença não está imediatamente aparente e não se tem dela um conhecimento prévio (ou, pelo menos, ela não sabe que os outros a conhecem), quando, na verdade, ela é uma pessoa desacreditável, e não desacreditada, nesse momento é que aparece a segunda possibilidade fundamental em sua vida. A questão que se coloca não é a da manipulação de tensão gerada durante os contatos sociais e, sim, da manipulação de informação sobre o seu defeito. Exibi-lo ou ocultá-lo, mentir ou não mentir; e, em cada caso, para quem, como, quando e onde (GOFFMAN, 1975, p. 51).

Esse estigma se apresenta nas percepções que a sociedade tem sobre o indivíduo e as que ele traz de si mesmo. São estigmas, que para Goffman (1975), são corporificados, isto é, transmitidos “pela própria pessoa a quem se refere, através da expressão corporal na presença imediata daqueles que a recebem” (GOFFMAN, 1975, p. 53).

Outra análise feita pelo autor é sobre os símbolos construídos socialmente. Há, de acordo com ele, o “símbolo de status ou prestígio” e o “símbolo de estigma”. Sendo assim, os “símbolos de prestígio podem ser contrapostos a *símbolos de estigma*”, trazendo “signos” que evidenciam “a atenção sobre uma degradante discrepância de identidade” (GOFFMAN, 1975, p. 53).

Os estigmas como produtos sociais se estabelecem de forma individual a partir de um determinado grupo. Segundo Goffman,

A situação especial do estigmatizado é que a sociedade lhe diz que ele é um membro do grupo mais amplo, o que significa que é um ser humano normal, mas também que ele é, até certo ponto, “diferente”, e que seria absurdo negar essa diferença. A diferença, em si, deriva da sociedade, porque, em geral, antes que uma diferença seja importante ela deve ser coletivamente conceptualizada pela sociedade como um todo (GOFFMAN, 1975, p. 134).

Ao vivenciar esse processo de estigmatização, muitos catadores, como já apresentamos, buscam não declarar abertamente a atividade profissional que desenvolvem. Ao longo do tempo em que mantivemos aproximação com esses trabalhadores, em diferentes locais além do analisado nessa pesquisa, tivemos essa percepção, principalmente

com os que não dependem de sair às ruas para coleta, quando são associados ou cooperados em algum empreendimento, o que lhes garante certo sigilo sobre a sua identidade de catador. Isso se evidencia principalmente entre os trabalhadores mais jovens.

Para Goffman (1975), “mesmo que se diga ao indivíduo estigmatizado que ele é um ser humano como outro qualquer, diz-se a ele que não seria sensato tentar encobrir-se ou abandonar o “seu” grupo”. Isto é, se afirma “que ele é igual a qualquer outra pessoa e que ele não o é” (GOFFMAN, 1975, p. 135). Entre os catadores é notório o desejo de ser um “outro”, de não pertencer ao grupo dos “estigmatizados”. De se construir para si novas percepções identitárias.

A sujeição desses estigmas perpassa a consciência de uma nova identidade de classe desses indivíduos. Oliveira (1987) faz uma análise dessa identidade de classe do ponto de vista do trabalho informal, onde situam-se a maioria dos trabalhadores da reciclagem, conforme nós já observamos. De acordo com o autor,

Do ponto de vista lógico-dialético, não há lugar para re-presentação dos portadores dos de trabalhos concretos do “informal”. O que intervém neste caso são outras *sobredeterminações*: os trabalhadores do informal” estão colocados no último degrau do amplo proletariado, mas não são operários, tampouco podem ser assimilados aos capitalistas, pois, embora possuam meios de produção, estes não se mostram no produto, do que decorre que não é capital que se trata. Esta *externalidade* do modo de produção capitalista é que finalmente, os define dentro da estrutura social (OLIVEIRA, 1987, p. 94).

A superação dessa externalidade dentro da estrutura social, na concepção de Oliveira (1987), ocorre quando há a construção de um discurso geral, ou seja, o indivíduo deixa de ser visto em sua particularidade para pertencer a um comum, num processo mais amplo. Nesse caso, o autor aponta que “o algo em comum dos movimentos sociais é a pedra de toque da construção desse geral” (OLIVEIRA, 1987, p. 120).

A identidade, segundo Bogo (2010), também se estabelece a partir das contradições. É a percepção do que somos para o que não somos enquanto sujeitos. De acordo com o autor, a superação de algumas identidades para o estabelecimento de novas formas, corresponde “a negação e a morte de outras, como é o caso da trajetória marcada por experiências feitas ao longo da vida social, em que os feitos tornam-se memória individual ou coletiva”, se constituindo então o apagamento dessas identidades no decorrer do tempo (BOGO, 2010, p. 56).

Nessa dialética, conforme Bogo (2010), “as identidades constituídas, de uma forma ou de outra, apresentam expectativas de continuidade histórica a ser realizada”. Ainda,

segundo o autor, “o comportamento social é, em parte, a manifestação daquilo que somos, e em outra parte, a antecipação daquilo que queremos alcançar neste processo de permanente negação das negações” (BOGO, 2010, p. 57 – 58).

As novas identidades buscadas pelos catadores do país se verificam principalmente a partir das mobilizações e articulações desses trabalhadores. Segundo Freitas (2005),

[...] os catadores processualmente vêm conquistando um novo espaço de ocupação urbana, através de uma política de identidade. À medida que se utilizam do trabalho que desenvolvem e se autodefinem como sujeitos coletivos de direitos e, especialmente, como sujeitos de trabalho, forjam uma identidade e redefinem sua posição na sociedade. Já não são mais tratados como marginais, vagabundos, ladrões, mendigos, e tantos outros estigmas, mas com o nome de trabalhador (FREITAS, 2005, p. 221).

Essa nova forma de organização coletiva dos profissionais da reciclagem se configura no aspecto que Certeau (2014) define como *estratégias* e *táticas*. Para o autor, estratégia é a relação de forças que se estabelece pelos sujeitos “de querer e poder”. Segundo ele, a estratégia “postula de um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos ou ameaças” (CERTEAU, 2014, p. 93). Essas estratégias enquanto um “lugar de poder” se articulam a “um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem” (CERTEAU, 2014, p. 96).

As táticas, de acordo com o autor, correspondem aos “procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo” o que representa “às circunstâncias que o instante preciso de uma invenção transforma em situação favorável, à rapidez de movimentos sucessivos de um “golpe”, aos cruzamentos possíveis de durações e ritmos heterogêneos etc” (CERTEAU, 2014, p. 96).

Ao diferenciar ambos conceitos, Certeau (2014) afirma que: “as estratégias apontam para a resistência que o *estabelecimento de um lugar* oferece ao gasto do tempo”. Já as táticas, “apontam para *hábil utilização do tempo*, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas funções de um poder” (CERTEAU, 2014, p. 96).

As novas organizações sociais urbanas se constituem em novas táticas, em microrresistências para a superação da estrutura social, das forças de dominação estabelecidas e das identidades e estigmas historicamente colocados. As organizações associativas e cooperativas de catadores se concebem como estratégias para ascender, da marginalidade, os trabalhadores da reciclagem.

As novas configurações no espaço urbano, segundo Certeau (2014), apontam que a cidade,

[...] serve de baliza ou marco totalizador e quase mítico para as estratégias socioeconômicas e políticas, a vida urbana deixa sempre mais remontar àquilo que o projeto urbanístico dela excluía. A linguagem do poder “se urbaniza”, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico. A cidade se torna o tema dominante dos legendários políticos, mas não é mais um campo de operações programadas e controladas. Sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, transparência racional – impossíveis de gerir (CERTEAU, 2014, p. 161).

Nesse aspecto, os catadores através das articulações com outros movimentos sociais e da organização em empreendimentos solidários, passam a reivindicar seu espaço e o seu reconhecimento no ambiente urbano. Freitas (2005) afirma que,

[...] a presença desses novos personagens transformou a paisagem urbana em um espaço de tal maneira peculiar, que nem as intervenções da prefeitura, nem as práticas de gestão higiênica da miséria, nem a violência policial conseguiram abafar. Trata-se da capacidade de que os pobres têm de, mesmo sendo destruídos de todas as possibilidades, transformar os mais restritos espaços que lhes sobram em formas de resistência e de luta pela vida. Com seu jeito próprio de trabalhar, de recriar, de cultivar modos diferentes de sobreviver com um dinamismo que lhes é próprio, os pobres também constroem “cidades” (FREITAS, 2005, p.73).

As ressignificações identitárias que esses indivíduos buscam, não ocorrem de forma natural e passiva, ao contrário, conforme aponta Bauman (2005), “o campo de batalha é o lar natural da identidade”. Nesse campo de forças, a identidade se apresenta como “uma luta simultânea contra a fragmentação; uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma recusa resolvida a ser devorado” (BAUMAN, 2005, p.83 – 84).

Ao mesmo tempo em que a identidade promove o pertencimento e homogeneização do indivíduo ao grupo e à sociedade, inversamente também promove a separação e a exclusão. Para Bauman, “as batalhas de identidade não podem realizar a sua tarefa de identificação sem dividir tanto quanto, ou mais do que, unir. Suas intenções includentes [...] se misturam com suas intenções de segregar, isentar e excluir” (BAUMAN, 2005 p. 85).

De acordo com Freitas (2005), a identificação excludente que trata os catadores como mendigos, lhe retira a sua identidade enquanto trabalhador. Ainda segundo a autora,

A negação da identidade do catador nega-lhes também a autonomia, neutraliza suas potencialidades, e o destitui de direitos. Vistas como

intolerantes, perigosas e ameaçadoras, suas presenças suscitam temores e tais, precisam ser vigiadas, às presenças suscitam temores e como tais, precisam ser vigiadas, às vezes violentadas e destituídas de direitos (FREITAS, 2005, p. 80).

Por fim, acrescentamos às nossas análises sobre identidade, as contribuições de Bauman (2005), ao dizer que “a luta da humanidade por autoafirmação não parece fácil muito menos uma conclusão inevitável”. O autor aponta que essa tarefa “não é apenas repetir mais uma vez um feito realizado muitas vezes ao longo da história da espécie humana: substituir uma identidade mais estrita por outra, mais exclusiva, e afastar a fronteira exclusão” (BAUMAN, 2005, p. 86).

Entendemos ser esse o caminho pelo qual a sociedade necessita percorrer para efetivar os direitos dos trabalhadores da reciclagem e trazê-los a um patamar de existência que lhes garanta dignidade e reconhecimento pelo que essa atividade promove nos níveis geração de renda e sobrevivência, além dos aspectos da sustentabilidade nos meios de produção.

Diante dos apontamentos teóricos apresentados nesse capítulo, evidenciamos que eles serão balizadores das análises subsequentes que serão desenvolvidas no decorrer desse trabalho.

Esse capítulo buscou analisar as relações entre o cooperativismo, à economia solidária e as atividades de reciclagem e seus impactos no desenvolvimento, assim como compreender a memória e a identidade como elementos importantes para a significação dos sujeitos. Foram fundamentais as contribuições teóricas de diferentes autores para a compreensão desses conceitos e suas implicações, envolvendo a luta pelo direito de reconhecimento e condições adequadas aos trabalhadores da reciclagem, incluindo a própria percepção da identidade que esses trabalhadores têm consigo e com o grupo.

Embora alguns avanços importantes já tenham sido conquistados graças à articulação de movimentos sociais que atuam frente à defesa dos direitos dos catadores, denota-se ainda a insuficiência de políticas públicas mais efetivas para possibilitar uma melhoria na qualidade de vida de um enorme contingente de pessoas, que atualmente, de modo literal, são “catadores de sobrevivência”, que percorrem diariamente as ruas dos mais de 5.500 municípios do território nacional.

Charles Baudelaire, no século XIX, representou tão bem essa população ao compor: “Estes, que a vida em casa enche de desenganos, roídos pelo trabalho e as tormentas dos anos, derreados sob montões de detritos hostis, confuso material que vomita Paris” (O

vinho dos Trapeiros, 1857).

São “Evas”, “Marias”, “Ivones”, “Antônios”, “Pedros” (nomes de alguns catadores que conhecemos) e tantos outros que constroem país afora, suas vivências sob os “monturos” do descarte social, aguardando que a sociedade e o poder público deixem de enxergá-los como “rejeitos” e passem a vê-los como referências importantes, não só de preservação ambiental, mas principalmente como protagonistas de um modelo econômico viável de ressocialização e inclusão no mercado de trabalho.

No capítulo seguinte, abordaremos a política nacional dos resíduos sólidos no Brasil, por meio das legislações específicas sobre esse aspecto, assim como no Estado do Paraná e em Campo Mourão. Também analisaremos as diversas regulamentações sobre o trabalho dos catadores com ênfase na Cooperativa Resíduo Solidário (COOPERESÍDUOS). Buscaremos percorrer a trajetória de organização da cooperativa, assim como apresentar os dados de entrada e saída de recicláveis e valor bruto de venda, a partir de informações coletadas junto à entidade, para compreendermos o funcionamento da cooperativa entre os exercícios 2013 a 2016.

CAPÍTULO 2

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE RECICLAGEM E SEUS DESDOBRAMENTOS EM CAMPO MOURÃO/PR: UMA ANÁLISE DA COOPERESÍDUOS

E lá vai ele, puxando a sua carroça, no cumprimento da humilde profissão que lhe vale o injusto designativo de burro-sem-rabo (SABINO, 2008, p.110).

Como já abordamos no capítulo anterior, a organização dos trabalhadores da reciclagem em associações e cooperativas, através da perspectiva da economia solidária, é uma alternativa para a promoção aos direitos trabalhistas e a melhores condições de trabalho e renda.

A busca pela superação da condição de informalidade, da desnaturalização da invisibilidade social e do não reconhecimento desses sujeitos, tem sido uma pauta importante para a construção de políticas públicas a partir da esfera federal até os municípios.

Dessa forma, esse capítulo irá abordar inicialmente a Política Nacional dos Resíduos Sólidos no Brasil por meio da legislação e das políticas públicas afirmadas nas últimas duas décadas. A seguir apresentaremos esses desdobramentos no Estado do Paraná, por meio da análise das políticas estaduais e do Plano Estadual de Resíduos Sólidos.

Em seguida, faremos uma caracterização do município de Campo Mourão, no aspecto dos resíduos sólidos, a fim de situarmos em qual contexto se estabelece o objeto principal de nossa pesquisa, a cooperativa.

Por fim, iremos analisar a COOPERESÍDUOS a partir de sua constituição e organização interna, observando seus números de entrada e saída de recicláveis e valor bruto de venda, para compreender o funcionamento da cooperativa entre os exercícios 2013 a 2016.

É importante conhecer a dinâmica que envolve o funcionamento da Cooperativa Resíduo Solidário (COOPERESÍDUOS). Compreender o relacionamento da cooperativa com o poder público, com a sociedade, com as entidades que atualmente são parceiras e entre os próprios cooperados.

2.1 A política nacional dos resíduos sólidos no Brasil

As preocupações sobre os resíduos sólidos no Brasil não são uma temática nova nos centros urbanos. Segundo o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), “o serviço sistemático de limpeza urbana foi iniciado oficialmente em 25 de novembro de 1880, na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, então capital do Império”. Na ocasião, o imperador D. Pedro II, através do decreto nº 3024, estabelece o contrato de limpeza e irrigação da cidade, sob a execução de “Aleixo Gary e, mais tarde, por Luciano Francisco Gary, de cujo sobrenome origina-se a palavra gari, que hoje denomina-se os trabalhadores da limpeza urbana em muitas cidades brasileiras” (Manual de Gerenciamento Integrado de resíduos sólidos, 2001, p. 1).

Contudo, os aspectos ambientais e a geração e tratamento de resíduos passam a fazer parte da agenda dos grandes eventos internacionais a partir das conferências de Estocolmo (Suécia, 1972), Toronto (Canadá, 1988) e Genebra (Suíça, 1990). O Brasil sediou a Conferência em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, sendo considerada uma das maiores conferências sobre os debates das questões ambientais, chamada também de Rio-92 ou Eco-92.

Entre as principais discussões realizadas na Eco-92, destacamos o manejo ambientalmente saudável dos resíduos sólidos e aprovação da Agenda 21, documento que reúne uma série de encontros e debates promovidos pelas Nações Unidas sobre o meio ambiente e suas relações com o desenvolvimento.

De acordo com Vilanova Neta (2011), “associada à questão do manejo dos resíduos sólidos está à reciclagem de resíduos”. Ela se constitui como “uma das alternativas para fazer frente ao crescente volume de lixo produzido pela sociedade e contribui para a preservação do meio ambiente” (VILANOVA NETA, 2011, p. 186).

Segundo Vilanova Neta (2011), no país, ainda a reciclagem é um processo incipiente. Para a autora essa atividade “[...] abrange poucos materiais, com destaque para latas de alumínio, enquanto outros materiais continuam a apresentar índices de reciclagem bem mais baixos”. A autora argumenta ainda que a reciclagem é, em grande medida, “[...] resultado das atividades de catadores (autônomos ou organizados em cooperativas) e não o comprometimento mais profundo e generalizado da população e das autoridades” (VILANOVA NETA, 2011, p. 186). Assim sendo, entendemos ser necessário o

comprometimento de toda a sociedade, no que tange a coleta seletiva e a separação dos diferentes resíduos sólidos.

Desta forma, a Constituição Federal de 1988, nos Art. 29 e 30, determina que os municípios devam ter autonomia e independência administrativa, legislativa e financeira no que competem: “I- legislar sobre assuntos de interesse local; II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber”, e ainda o inciso V afirma que ao município cabe: “organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local [...]” (BRASIL, 1988, Art. 30). Nisso também estão inclusos os serviços de coleta e tratamento de resíduos de qualquer natureza.

A partir de então, se interpreta que o município também é responsável pelos serviços de limpeza urbana, assim como da gestão e manejo e dos resíduos sólidos a partir de sua coleta até o seu destino final.

Entre os avanços propostos na legislação federal sobre os resíduos sólidos nos últimos anos, o Ministério do Meio Ambiente destaca o Projeto de Lei 203 de 1991, que dispõe sobre acondicionamento, coleta, tratamento, transporte e destinação dos resíduos de serviços de saúde.

Em junho de 1999, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), estabelece as Diretrizes Técnicas para a Gestão de Resíduos Sólidos. Apesar de sua aprovação pelo conselho, não ocorreu sua publicação.

No ano de 2001, a Câmara dos Deputados propõe a implantação da Comissão Especial da Política Nacional de Resíduos, cujo objetivo era analisar todas as matérias que estivessem relacionadas ao Projeto de Lei 203/91, mas ao final daquela legislatura a Comissão se extinguiu.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial de Saneamento Ambiental, buscando integrar as ações de saneamento ambiental, no âmbito do governo federal. A partir desse Grupo de Trabalho, ocorre a criação do Programa Resíduos Sólidos Urbanos. Ainda em 2003, se realiza a I Conferência Nacional do Meio Ambiente.

O Ministério do Meio Ambiente, em 2004, promove entre os diferentes segmentos ministeriais e secretarias, grupos de discussão para desenvolver a proposta de regulamentação dos resíduos sólidos. Nesse mesmo ano o CONAMA realiza em agosto, o seminário “Contribuições à Política Nacional de Resíduos Sólidos”. Nessa ocasião,

buscou-se a aproximação com a sociedade civil para a formulação de uma nova proposta substitutiva à Proposição Conama 259 de 1999, considerada então defasada.

Em 2005 criou-se o grupo interno na Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos do Ministério do Meio Ambiente, buscando efetivar as contribuições recebidas no seminário do ano anterior, assim como os anteprojetos de lei existentes no Congresso Nacional, e as demais contribuições dos setores envolvidos com gestão de resíduos sólidos.

Nesse mesmo ano foi encaminhado o anteprojeto de lei “Política Nacional de Resíduos Sólidos”. O texto teve a contribuição de diversos Ministérios como das Cidades, da Saúde, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Fazenda.

Ainda em 2005, acontece a II Conferência Nacional de Meio Ambiente. Na ocasião, entre os temas de destaque do evento estavam os resíduos sólidos. Buscou-se consolidar naquele momento, a participação civil na formulação das novas políticas ambientais para o país.

Também foram realizados em níveis regionais, seminários propostos pelo CONAMA e outros órgãos federais e instituições, para debater a temática dos resíduos sólidos. Entre eles o Ministério do Meio Ambiente, das Cidades, Funasa, Caixa Econômica Federal, Confederação Nacional da Indústria (CNI), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (ABES), Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE). Outras entidades também participaram como o Fórum Lixo & Cidadania e Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Lixo. Nesse ano também a Câmara dos Deputados estabelece uma nova comissão especial para tratar do tema.

O governo federal propõe em setembro de 2007, o Projeto de Lei (PL) 1991. O PL institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Entre as diretrizes apresentadas no documento, destacam-se a necessidade de proteção da saúde pública e também do meio ambiente assim como a redução, reutilização e tratamento dos resíduos sólidos, que devem ter destinação correta, sem agredir o meio ambiente.

No PL, também foram debatidos condições que minimizem os níveis de produção e consumo, por meio da promoção da educação ambiental, da mesma forma em que se devem desenvolver novas tecnologias que possam diminuir os impactos ambientais. Nesse

aspecto, cabe o incentivo do uso de novas fontes de recursos de matérias-primas que sejam oriundos do processo de reciclagem de materiais (BRASIL, 2007, Art.2º).

Nessa mesma legislação, também foram contemplados a gestão integrada de resíduos sólidos, levando em conta que as diferentes esferas do Poder Público se articulem entre si em uma cooperação técnica e financeira e a capacitação continuada na área de resíduos sólidos. As aquisições governamentais também devem dar preferência aos produtos recicláveis e reciclados e aponta a necessidade de integração dos catadores de materiais recicláveis em ações que envolvam os fluxos de resíduos sólidos (BRASIL, 2007, Art.2º).

Depois de finalizado, o texto do PL é enviado à Casa Civil, sendo constituído um Grupo de Trabalho (GTRESID) para analisar a subemenda substitutiva proposta pelo deputado Arnaldo Jardim, então relator.

Em 2008 são realizadas audiências públicas entre os envolvidos com a gestão de resíduos sólidos, com o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, membros do GTRESID, com contribuições da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Após esses trabalhos, em 2009, é apresentada em junho, uma minuta do Relatório Final para que as contribuições adicionais fossem anexadas.

O ano de 2010, portanto, se constitui como uma referência importante para a constituição do marco legal da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, durante esse ano ocorreram diversos avanços na legislação, conforme demonstramos no quadro 1.

Quadro 1: Síntese do marco legal da Política Nacional de Resíduos Sólidos em 2010

Data	Descrição
11/03/2010	O plenário da Câmara dos Deputados aprovou em votação simbólica um substitutivo ao Projeto de Lei 203/91, do Senado, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e impõe obrigações aos empresários, aos governos e aos cidadãos no gerenciamento dos resíduos.
07/07/2010	Após ser analisado em quatro comissões no Senado, o projeto foi aprovado em plenário.
02/08/2010	O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em cerimônia no Palácio do Itamaraty, sancionou a lei que cria a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
03/08/2010	É publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 12.305 que institui a Política

	Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências.
23/12/2010	É publicado no Diário Oficial da União o Decreto nº 7.404, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências.
23/12/2010	É publicado o Decreto nº 7405, que institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências.

Fonte: Ministério do Meio Ambiente. Dados organizados pelo autor

A Política Nacional de Resíduos Sólidos “estabelece princípios, objetivos, instrumentos – inclusive instrumentos econômicos aplicáveis - e diretrizes para a gestão integrada e gerenciamento dos resíduos sólidos”, ou seja, indica a responsabilidade “dos geradores, do poder público, e dos consumidores” (BRASIL, 2012, p. 23).

Entre os objetivos estabelecidos pela Lei 12.305/2010, apresentam-se “a ordem de prioridade para a gestão dos resíduos, que deixa de ser voluntária e passa a ser obrigatória: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos” (BRASIL, 2012, p. 23).

A Lei também faz algumas definições importantes a partir da efetivação do Plano. Por coleta seletiva entendem-se todos os resíduos sólidos separados conforme sua constituição ou composição. A destinação e disposição final ambientalmente adequada deve levar em consideração a classificação desses resíduos de acordo com as normas operacionais específicas, evitando possíveis danos ou riscos à saúde pública e impactos ambientais (BRASIL, 2010a, Art. 3º).

O Plano estabelece como gerador de resíduos sólidos qualquer pessoa física ou jurídica, que os produzam por meio de suas atividades, incluindo o consumo. O gerenciamento desses resíduos compreende as ações realizadas nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento, destinação e disposição final ambientalmente adequada, dentro das normativas estabelecidas por meio do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos (BRASIL, 2010a, Art. 3º).

Ainda segundo a Lei, a gestão integrada de resíduos sólidos se estabelece por meio do conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para esses resíduos. Essas ações levam em consideração os aspectos políticos, econômicos, ambientais, culturais e sociais, partindo do pressuposto “do desenvolvimento sustentável” (BRASIL, 2010a, Art. 3º, inciso XI).

Outra categoria importante apresentada no Plano é a logística reversa, de modo que o setor empresarial fica responsável pelos “procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos [...] para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada” (BRASIL, 2010a, Art. 3º, inciso XII).

O plano também evidencia que a sociedade produz e consome a fim de atender suas necessidades, buscando o acesso a melhores condições de vida. Contudo, buscar padrões sustentáveis de produção e consumo aponta para a garantia da “qualidade ambiental e o atendimento das necessidades das gerações futuras” (BRASIL, 2010a, Art. 3º, inciso XIII).

Por essa lei se define reciclagem como um “processo de transformação dos resíduos sólidos que envolvem a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos [...]”, enquanto que os rejeitos se caracterizam como aqueles resíduos sólidos, que após “esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada” (BRASIL, 2010a, Art. 3º, incisos XIV e XV).

O Plano também prevê o “incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis” (BRASIL, 2010a, Art. 8º, inciso IV).

Nesse aspecto, o Decreto 7404/2010, criado a partir da Lei 12.305/2010, em seu Artigo 11º, afirma que “o sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos priorizará a participação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda” (BRASIL, 2010b, Artigo 11º).

O Decreto também apresenta uma seção específica ao tratar dos catadores de materiais recicláveis. Pelo documento, o sistema de coleta coletiva deverá priorizar a participação de cooperativas de recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda. Os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos devem propor programas e ações

para a participação de cooperativas ou associações formadas por pessoas físicas de baixa renda (BRASIL, 2010b, Artigos 40-41).

O artigo 44 desse Decreto prevê também ações do poder público que deverão ser executadas junto aos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Entre elas, a possibilidade de dispensa de licitação para a contratação de cooperativas ou associações de catadores e a capacitação e fortalecimento de cooperativas, buscando a melhoria das condições de trabalho dos catadores (BRASIL, 2010b, Artigo 44).

A lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS também previu a elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, buscando uma ampla mobilização e participação da sociedade civil.

Em 2011, tem início à elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, considerado um dos instrumentos mais importantes da Política Nacional. Por esse documento, se identificam os diversos problemas que são gerados pelos resíduos sólidos, assim como a busca por alternativas de gestão e gerenciamento, ao estabelecer planos e metas passíveis de implementação para a superação da situação atual.

O Plano Nacional de Resíduos Sólidos tem vigência por prazo indeterminado e horizonte de vinte anos, devendo ser atualizado a cada quatro anos. No processo de sua elaboração houveram contribuições por meio de consultas e audiências públicas em níveis regionais e nacional, junto a setores especializados, setor público e à sociedade em geral (BRASIL, 2012, p. 6).

O diagnóstico construído teve como base os dados obtidos nas fontes oficiais de âmbito nacional. Com essa opção, se percebeu a necessidade permanente de se obter um número maior de informações e de novas pesquisas que deverão ser feitas, como uma estratégia que permita uma maior precisão no estabelecimento de metas e políticas públicas na questão dos resíduos sólidos, tais como: “política industrial, agroindustrial, agrícola, de mineração, de resíduos da construção civil, de saúde, na área de portos, aeroportos e passagens de fronteira, além dos resíduos sólidos urbanos” (BRASIL, 2012, p. 6).

Além do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, a Lei 12.305/2010 também prevê que cada estado faça a elaboração de um Plano Estadual de Resíduos Sólidos. Os planos estaduais são um requisito para que os Estados possam ter acesso a recursos do governo federal destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos, assim como a possibilidade de incentivos e financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento que destinem recursos para essa finalidade.

Como na esfera estadual, a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, também é condição para que os municípios tenham acesso a recursos da

União, ou por ela controlados, para a execução de empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos. Da mesma forma, garante acesso a possibilidade de incentivos e financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento que destinem recursos para essa finalidade.

Seguindo aos debates nacionais sobre os resíduos sólidos, também nas últimas décadas se ampliaram os movimentos e eventos em defesa da valorização e reconhecimento dos trabalhadores da reciclagem no cenário urbano.

Em junho de 1998, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), organizou em Brasília, um seminário para debater e apontar alternativas para solucionar o problema da presença de famílias nos lixões do país. A partir do evento, há a criação do programa *Lixo e Cidadania*, através de um Fórum Nacional, cujo objetivo era a erradicação do trabalho de catação por crianças e adolescentes, assim como buscar “alternativas concretas para integrar os catadores adultos em ambientes de trabalho com condições dignas”. O Fórum também discutia “a mudança de padrão de destinação de resíduos sólidos, na perspectiva de erradicar os lixões existentes no país” (GRIMBERG, 2007, p. 15).

Em 1999 foi realizado o I Congresso Nacional dos Catadores de Papel em Belo Horizonte e a partir daí foi criado em 2001, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) no I Congresso Nacional de Catadores de Materiais recicláveis realizado em Brasília. “Esse evento reuniu mais de 1.700 catadores(as) de várias partes do país e resultou no lançamento da Carta de Brasília, documento que expressava as necessidades e demandas da categoria, bem como seus princípios de atuação política” (IPEA, 2013, p.30).

Também em 2001 foi realizado em Brasília o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, participaram do evento aproximadamente 1.600 congressistas, entre catadores, técnicos e agentes sociais de 17 estados. No mesmo evento, promoveram a 1ª Marcha Nacional da População de Rua, tendo 3.000 pessoas participando do ato.

A atividade de catação passou a ser regulamentada como categoria profissional em 2002, quando foi incluída na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO. Segundo a CBO, os catadores de material reciclável, “catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais recicláveis”. Ainda segundo esse documento, “o acesso ao trabalho é livre, sem exigência de escolaridade ou formação profissional” (Classificação Brasileira de

Ocupações, 2010, p.805).

Segundo o IPESA (Instituto de Projetos e Pesquisas Socioambientais), o reconhecimento do catador enquanto categoria profissional foi importante, pois,

[...] era preciso assumir sua profissão e lutar pela sua valorização. Esse processo de autorreconhecimento foi tema das milhares de formações realizadas pelo MNCR em todo o Brasil. Portanto, além de tudo era preciso se reconhecer como parte de um processo. Em muitos relatos era possível perceber que os catadores se viam como o próprio lixo, sua identidade se confundia com isso. A partir do momento em que essa pessoa se percebe como indivíduo pertencente a uma categoria profissional, sua expectativa de vida muda e seus objetivos são colocados em outro patamar (PINHEL, 2013, p.115).

Em 2003, no mês de janeiro, ocorreu em Caxias do Sul, o I Congresso Latino-Americano de Catadores. No evento foram debatidas as propostas de formação profissional dos trabalhadores, a erradicação dos lixões e a responsabilização dos geradores de resíduos.

Segundo Antunes (2011), no ano de 2008 existiam no Brasil cerca de 30 mil catadores associados a cooperativas e associações. Desse total, quase 20 mil estavam localizados entre as regiões Sul e Sudeste onde também predominavam as cooperativas de catadores. Entre os 674 municípios brasileiros que possuem cooperativas de catadores catalogadas, 508 estão nas regiões Sul e Sudeste, concentrando 851 das 1.175 cooperativas que existem no país (ANTUNES, 2011, p. 94).

Para a Procuradora do Trabalho e integrante da Coordenação Colegiada do Fórum Lixo e Cidadania do Paraná, Margaret Matos de Carvalho, a Política Nacional de Resíduos Sólidos “é também uma medida afirmativa de política pública destinada a enfrentar a discriminação estrutural que sofre o grupo social vulnerável de catadores e catadoras de materiais recicláveis” (CARVALHO, 2016, p. 181).

De acordo com a Procuradora, a Política Nacional tem um alcance “para além do âmbito ambiental, abrangendo também o social, o cultural, o econômico, o tecnológico e o de saúde pública”. Dessa forma, o resíduo é “um bem capaz de gerar trabalho e renda e de promover a cidadania, segundo o princípio da visão sistêmica” ao impor “o respeito e a observância dos valores sociais e da dignidade da pessoa humana” (CARVALHO, 2016, p. 184).

Ainda segundo suas observações, “os municípios estão obrigados a promover a contratação das associações e cooperativas de catadores e catadoras de materiais recicláveis, em todas as etapas da gestão”. Para a Procuradora, é dever do poder público direcionar os catadores

para “galpões de triagem ou transbordo, retirando-os das ruas”. Contudo, isso não se configura como a solução final do problema, podendo ser o início de uma situação de invisibilidade desses trabalhadores ao esconder um problema social. “Com a invisibilidade do problema (que, anote-se, já não é visível para muitos), o município passa a usufruir do conforto de realizar todo tipo de negócio com os resíduos sólidos, literalmente “expulsando” os catadores e as catadoras ou “varrendo-os para debaixo do tapete””. Isso, de acordo a sua análise, estaria em contradição com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (CARVALHO, 2016, p. 184).

O Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), nesse aspecto apresentado pela Procuradora, afirma que os municípios devem garantir “apoio institucional para formação das cooperativas, principalmente no que tange à cessão de espaço físico, assistência jurídica e administrativa para legalização” assim como o “fornecimento de alguns equipamentos básicos, tais como prensas enfardadeiras, carrinhos etc” (Manual de Gerenciamento Integrado de resíduos sólidos, 2001, p. 116-117).

Esse apoio deve ocorrer, conforme o IBAM, de modo contínuo, a fim de “suprir carências básicas que prejudicam o bom desempenho de uma cooperativa, notadamente no início de sua operação” (Manual de Gerenciamento Integrado de resíduos sólidos, 2001, p. p. 117-118).

Destacamos aqui a relevância das políticas nacionais sobre os resíduos sólidos e sobre os trabalhadores da reciclagem. A partir dos pressupostos apresentados, analisaremos a seguir, aspectos da legislação e das políticas estaduais sobre essa temática no Estado do Paraná.

2.2 O Plano Estadual de Resíduos Sólidos no Estado do Paraná

De acordo com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA/PR), o Estado do Paraná não possui uma Política Estadual de Resíduos Sólidos.

A gestão de resíduos sólidos no estado do Paraná está a cargo da SEMA, por meio da Coordenadoria de Resíduos Sólidos– CRES, que tem como atribuição estabelecer premissas para formulação de políticas, normas, programas, projetos e ações em consonância com os interesses da sociedade, da Política Nacional de Resíduos Sólidos e dos dispositivos da Lei de Crimes Ambientais. A CRES efetiva sua atuação com as demais coordenadorias da SEMA e com as autarquias da Secretaria.

No quadro 2 destacamos algumas das legislações específicas sobre os resíduos sólidos no Estado do Paraná.

Quadro 2: Marco legal sobre os resíduos sólidos no Estado do Paraná

Marco legal	Súmula
Lei Estadual 12.493/99	Estabelece princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos no estado do Paraná, visando controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais e adota outras providências.
Decreto Estadual 6.674/2002	Regulamenta a Lei nº 12.493/99 e revoga disposições em contrário.
Resolução Conjunta SEMA / IAP / SUDERHSA 01, de 21 de agosto de 2006	Estabelece requisitos, critérios técnicos e procedimentos para a impermeabilização de áreas destinadas a implantação de Aterros Sanitários, visando à proteção e a conservação do solo e das águas subterrâneas.
Portaria IAP 224, de 05 de dezembro de 2007	Estabelece os critérios para exigência e emissão de Autorizações Ambientais para as Atividades de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.
Resolução SEMA 43/2008	Dispõe sobre o licenciamento ambiental para empreendimentos de incineração de RS no estado. As emissões atmosféricas destas atividades devem atender à Resolução SEMA 54/2006.

Fonte: Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA/PR). Dados organizados pelo autor

Em 2001, a SEMA lançou o Programa Desperdício Zero, visando principalmente à eliminação de todos os lixões existentes e à redução de resíduos gerados no estado. O programa objetivava a mudança de atitude e de hábitos de consumo, municipalização da

geração de resíduos, combate ao desperdício, incentivo à reutilização dos materiais e o reaproveitamento de materiais por intermédio da reciclagem.

Como já afirmamos, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, a Lei 12.305/2010, também prevê que cada Estado faça a elaboração de um Plano Estadual de Resíduos Sólidos, como requisito de acesso a recursos e financiamentos da União.

No Estado do Paraná, o Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS/PR) encontra-se em processo de revisão. Segundo a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, foi firmado em 22 de dezembro de 2016, um contrato de prestação de serviços para o desenvolvimento do PERS/PR com o Consórcio EnvEx-Engebio, que venceu o processo de licitação através da Concorrência nº 02/2016-SEMA/PR, conforme estabelecido no Convênio com o MMA.

A Secretaria destaca que o PERS/PR é um importante instrumento no processo de planejamento da gestão de resíduos sólidos no Estado. O Plano além de contemplar os resíduos sólidos urbanos, também contemplará os resíduos de saúde, de construção civil, de transporte, de mineração, de saneamento, industriais e agrossilvopastoris.

O Plano terá vigência por prazo indeterminado, fornecendo subsídios para atuação em 20 anos, com revisão periódica a cada quatro anos. Todos os 399 municípios do Estado do Paraná serão contemplados por ele.

Dentre as diversas informações de diagnóstico apresentadas no Plano Estadual, destaca-se a que presença de cooperativas e associações de catadores na execução da coleta seletiva formal do município é verificada em 12,2% dos casos enquanto que as atuações das empresas privadas na operação do serviço ocorrem em 37,6% dos municípios.

Outro dado desse documento é a de que não há nenhum cadastro oficial de associações e cooperativas de catadores e de reciclagem atuantes no Estado. Existe apenas indicativos sobre a situação destas organizações através dos dados Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, de 2010 e o questionário elaborado pela SEMA, em 2011.

O questionário aplicado pela SEMA em 2011 aponta que, dentre os 289 municípios que responderam ao questionário, 213 municípios, (53,4% dos municípios do estado) declararam realizar a coleta seletiva, 116 indicaram possuir algum tipo de organização formal de catadores (associações ou cooperativas), correspondendo a 29,1% dos municípios do Estado (Plano de Gestão Integrada e Associada de Resíduos Sólidos Urbanos do Estado do Paraná, 2013, p. 127).

Segundo informações do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), de 2012, presentes também no Plano Estadual, 214 municípios, ou aproximadamente 53,6% dos municípios paranaenses ainda dispõem seus resíduos sólidos urbanos em locais inadequados.

Assim como Plano Nacional de Resíduos Sólidos, a Lei 12.305/2010 prevê a elaboração dos Planos Estaduais, também determina a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para cada município.

O PERS/PR levantou dados de que, em 2011, através do questionário respondido pelos municípios à SEMA, “161 municípios declararam ter elaborado seu Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos, o que corresponde a aproximadamente 40,1% dos municípios do Estado. Outros 85 municípios declararam na ocasião, estarem elaborando seus planos municipais” (Plano de Gestão Integrada e Associada de Resíduos Sólidos Urbanos do Estado do Paraná, 2013, p. 112).

Em Campo Mourão o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos está em processo de finalização e será encaminhado ao Legislativo do município para aprovação nos próximos meses. Trataremos desse Plano no próximo item desse capítulo.

Faremos a seguir, uma caracterização do município de Campo Mourão, buscando compreender a gestão dos resíduos sólidos através da legislação municipal e prestação de serviços de limpeza pública, assim como uma análise dos desafios dos empreendimentos solidários de separação, comercialização e geração de renda em atividades de reciclagem.

2.3 A política municipal de Campo Mourão na gestão dos resíduos sólidos

Muitos trabalhadores do município de Campo Mourão têm encontrado na coleta de resíduos sólidos recicláveis uma forma de sobrevivência, inúmeros ainda por meio da inserção informal no mercado de trabalho. Além dos trabalhadores associados e cooperados, há os catadores autônomos, que recolhem nas residências e comércio local, diversos tipos de materiais que são vendidos a empresários que compram esses materiais por um preço bastante reduzido, para posterior venda às empresas que fazem o reaproveitamento desses resíduos.

Procuramos levantar as principais deliberações do Executivo municipal ao longo das duas últimas décadas sobre a gestão dos resíduos sólidos em Campo Mourão.

Iniciamos nossas análises a partir da Lei Orgânica do município, promulgada em 05 de Abril de 1990, que no artigo 135, destaca que:

Art. 135. O Município, objetivando o desenvolvimento econômico identificado com as exigências de um ordenamento social justo, incentivará essencialmente as seguintes metas: **I** - implantação de uma política de geração de empregos, com a expansão do mercado de trabalho; [...] **III** - apoio e estímulo ao cooperativismo e outras formas de associativismo, buscando fundamentalmente a defesa dos pequenos empreendimentos industriais, comerciais e agropecuários; [...] **V** - defesa do meio ambiente e dos recursos naturais (CAMPO MOURÃO, 1990, Artigo 135).

No mesmo documento legal, artigo 142, inciso XIII, afirma-se que dentre os objetivos do desenvolvimento urbano encontra-se a “manutenção do sistema de limpeza urbana, coleta, tratamento e destinação final do lixo, inclusive hospitalar” (CAMPO MOURÃO, 1990, Artigo 135).

Embora não haja nos dois artigos supracitados referências explícitas à gestão dos resíduos sólidos, eles dão, junto com a natureza do próprio documento, as diretrizes para as normativas subsequentes que foram sendo estabelecidas nos anos posteriores à sua promulgação.

Através da Lei Complementar nº 003, de 29 de dezembro de 1995, se institui o Plano Diretor de Campo Mourão. No artigo 22 se apresentam as diretrizes para as políticas e ações a serem estabelecidas visando à proteção ambiental. Dentre elas os incisos XIII e XIV afirmam que,

XIII - Sendo os resíduos sólidos urbanos - lixo, um tipo de poluição individual, difusa e atemporal - portanto, de dimensões críticas para a manutenção da qualidade do meio urbano, equacionar as questões referentes à limpeza pública, seguindo as diretrizes: reduzir os volumes de resíduos através de campanhas de conscientização sobre o desperdício de utilidades e materiais, reutilizar prolongando a vida útil dos materiais e reciclar, transformando materiais inservíveis em novas utilidades e mercadorias.

XIV- Incentivar as iniciativas particulares que visem à industrialização pela reciclagem de materiais, buscando dar dimensões econômicas às ações de coleta seletiva de materiais (CAMPO MOURÃO, 1995, Artigo 22, incisos XIII-XIV).

A Lei Complementar Nº 005 de 30 de setembro de 1997 institui, em Campo Mourão, o Código Municipal de Limpeza Urbana. De acordo com ela,

Art. 6. Poderá, a seu critério, o Executivo Municipal adotar a coleta seletiva e a reciclagem de materiais como forma de tratamento dos resíduos sólidos, sendo que o material residual deverá ser destinado ao aterro sanitário. [...]

Art. 49. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com órgãos públicos e entidades que visem garantir a aplicação desta Lei, inclusive para a adoção de coleta seletiva e reciclagem de materiais (CAMPO MOURÃO, 1997, Artigos 6 e 49).

Ao longo dos anos seguintes, por meio das Leis Complementares 006/99, 008/2002, 009/2004 e 011/2005, o código passa por algumas alterações pontuais.

A Lei Complementar Nº 014/2006, de 21 de novembro de 2006, revogou as Leis 005/97 e 011/2005 e instituiu em Campo Mourão, o novo Código Municipal de Limpeza Urbana. Com o novo código, são estabelecidas novas normativas para a gestão dos resíduos sólidos e atividades de reciclagem.

Entre os diversos artigos da Lei, destacamos alguns específicos quanto à reciclagem e a entidades associativas e cooperativas, que passam a ter destaque dentro do novo Código Municipal conforme segue:

Art. 4. Nenhum serviço de limpeza urbana, por quaisquer meios, ou a qualquer título, poderá ser prestado no município de Campo Mourão, sem a prévia anuência do órgão competente.

§ 1º. Os catadores de materiais recicláveis que não estejam trabalhando de forma associada, cooperada ou outras formas correlatas, deverão estar cadastrados pela Prefeitura Municipal;

§ 2º. Observada a legislação aplicável, as Associações ou Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis terão prioridade para celebração de contratos, convênios ou termos de parceria, conforme o caso, com o município sempre que as atividades exercidas gerem benefícios sociais, ambientais e ou econômicos para o município (CAMPO MOURÃO, 2006, Artigo 4).

A Lei também prevê a aplicação de multas quanto ao descumprimento da separação e acondicionamento de resíduos domiciliares e comerciais e passa a estabelecer a obrigatoriedade da coleta seletiva no município. Pelo Código,

Art. 10. Definem-se como Coleta Seletiva ou Diferenciada – Conjunto de procedimentos destinado a recolher, em separado dos demais, os Resíduos Sólidos Urbanos que possam ser reaproveitados quer através da compostagem, quer através da reciclagem. [...]

Art. 15. § 1º. Preferencialmente a coleta seletiva ou diferenciada dos resíduos recicláveis deverá ser feita por cooperativas e / ou associações de catadores, visando à inclusão social destes, observada a legislação vigente e os demais dispositivos deste Código;

§ 2º. Os resíduos provenientes da coleta seletiva ou diferenciada, deverão ficar armazenados, mesmo que temporariamente, em locais abrigados (fechados e cobertos), localizados em pontos previamente aprovados pelo município.

§ 3º. Os veículos ou caminhões que atuam diretamente com a coleta regular dos resíduos domésticos e comerciais, não poderão em hipótese alguma recolher os resíduos recicláveis (CAMPO MOURÃO, 2006, Artigos 10 e 15).

De acordo com as novas regras, os resíduos domiciliares e comerciais devem ser acondicionados de forma seletiva, separando-se os resíduos considerados potencialmente recicláveis dos não recicláveis, onde for implantado sistema de coleta seletiva e diferenciada segundo as orientações da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente para a coleta seletiva.

A Lei Complementar Nº 014/2006, de 21 de novembro de 2006, revogou as Leis 005/97 e 011/2005 e instituiu em Campo Mourão, o novo Código Municipal de Limpeza Urbana.

Em 2010, a Lei nº. 2606, de 09 de setembro, dispõe sobre a reciclagem, reaproveitamento e dá outros destinos aos equipamentos de informática descartados no Município de Campo Mourão.

O Plano Diretor de Campo Mourão reelaborado e aprovado através da Lei Complementar n.º 22/2012, de 23 de março de 2012, apresenta em seu Artigo 17º, as novas diretrizes para a Política de Resíduos Sólidos Urbanos, entre elas,

- I - elaborar e implantar o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos no Município de Campo Mourão definindo os procedimentos a serem adotados quanto ao acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte e destinação final dos diversos resíduos gerados no Município, visando aumentar a vida útil do aterro sanitário;
- II - melhorar a qualidade dos serviços de limpeza pública, em especial da coleta de lixo, da coleta seletiva, e do serviço de varrição de vias e logradouros públicos;
- [...] IV - implantar unidades de recebimento, processamento e comercialização de resíduos sólidos recicláveis provenientes da coleta seletiva indicadas no Plano de Ação e Investimentos, parte integrante desta Lei;
- [...] VII - promover a Educação Ambiental visando à minimização, aproveitamento, reciclagem e destinação final adequada dos resíduos sólidos (CAMPO MOURÃO, 2012, Artigos 17, Incisos I-VII).

Conforme determina o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, a Lei 12.305/2010, é obrigatório aos municípios a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGRS).

Em Campo Mourão o Plano foi elaborado pela empresa DRZ Geotecnologia e Consultoria e divide-se em diversas fases: diagnóstico da situação atual; definição de diretrizes, metas e indicadores; definição das ações prioritárias e apresentação do PMGRS em Audiência Pública.

Participamos no dia 12 de julho de 2017, às 19 horas, na Câmara Municipal de Vereadores de Campo Mourão, da Audiência Pública proposta pela SEAMA e DRZ

Geotecnologia e Consultoria. Após receber contribuições dos presentes na ocasião, o Plano passou por um processo de revisão e alterações necessárias e posteriormente encaminhado para o plenário da Câmara onde foi aprovado e sancionado por meio da Lei nº 3898 de 8 de fevereiro de 2018, pelo prefeito do município.

Segundo o diagnóstico, os diferentes tipos de resíduos sólidos presentes em Campo Mourão classificam-se em: domiciliar, comercial, público, serviços de saúde, agropecuário, entulho e industrial. O volume per capita de resíduos domiciliares no município é de 0,73 kg/hab. por dia.

A coleta convencional é realizada pela empresa “Seleta” por meio do contrato nº 173/2015, sendo de sua responsabilidade os serviços de coleta e transporte de resíduos domiciliares, coleta seletiva e transporte de resíduos sólidos recicláveis, operação, manutenção e conservação do aterro sanitário, varrição de vias e logradouros públicos, comunicação e educação ambiental.

Para organização da coleta foi estabelecida uma setorização do município com dias específicos de recolhimento nas zonas urbana e rural.

De acordo com as informações levantadas no PMGRS, a média mensal de gastos com os serviços de resíduos sólidos é de cerca de R\$ 710.162,97, deste total, 40% corresponde aos serviços de varrição e 34% aos serviços de coleta convencional.

As análises feitas a partir do diagnóstico do PMGRS apontam que entre as carências levantadas estão: o baixo percentual da coleta seletiva; falta de fiscalização da prefeitura sobre os serviços prestados pela contratada na limpeza pública, coleta e gestão do aterro; falta de estrutura adequada aos empreendimentos associativos e cooperativos de reciclagem; existência de pontos de disposição irregular de resíduos sólidos urbanos; falha na aplicação e fiscalização dos grandes geradores de resíduos do município; déficit de arrecadação das taxas para suprir os custos com os serviços de limpeza e coleta; deficiência na manutenção do aterro sanitário que funciona sem licença de operação.

No ano de 2015 o custo com resíduos sólidos foi de R\$ 8.521.955,74 enquanto a receita proveniente da taxa de limpeza pública foi de R\$ 3.402.140,39, sendo a diferença entre receita e despesa de R\$ 5.119.815,40, portanto, deficitário aos cofres públicos segundo o diagnóstico.

O PMGRS também prevê diversas metas imediatas, de curto, médio e longo prazo estabelecendo o cálculo de possíveis valores para implementação. Também preconiza ações de ampliação de programas e serviços, entre eles o Programa de Coleta Seletiva e o

“Programa Pró-Catador”, buscando o cadastro de catadores formais e informais, com capacitação técnica, melhoria da estrutura física nos espaços de separação de recicláveis e atenção à saúde e dignidade dos trabalhadores.

O Plano também prevê ações de adequação da legislação municipal a partir da sua aprovação e da efetivação de uma Política Municipal de Resíduos Sólidos que atenda as carências e demandas do município, assim como destaca a necessidade de ações mais amplas e eficientes de fiscalização pelo poder público.

Para a compreensão da dinâmica dos resíduos sólidos em Campo Mourão, apresentamos a tabela 1, com a proporção entre 2013 a 2016, mês a mês, da coleta de lixo e da coleta seletiva, através do volume recolhido pela empresa Seleta, responsável por ambos os serviços no município, conforme informações fornecidas à SEAMA.

Tabela 1 - Proporção entre coleta de lixo e coleta seletiva entre 2013 a 2016 mês a mês

MÊS DE REFERÊNCIA	2013		2014		2015		2016	
	COLETA LIXO (ton)	COLETA SELETIVA	COLETA LIXO (ton)	COLETA SELETIVA	COLETA LIXO (ton)	COLETA SELETIVA	COLETA LIXO (ton)	COLETA SELETIVA
	95,46%	4,54%	96,30%	3,70%	95,94%	4,06%	95,62%	4,38%
JAN	2.183,67	87,150	2.128,34	89,730	2.257,20	106,200	2.147,20	103,46
FEV	1.742,72	70,760	1.768,07	67,030	1.904,95	79,120	1.993,91	94,76
MAR	1.837,01	73,605	1.785,14	66,440	2.001,22	79,370	2.024,90	81,45
ABR	1.942,78	73,660	1.942,08	70,760	1.877,18	79,990	1.962,05	77,78
MAI	2.026,74	66,460	1.909,39	71,570	1.940,35	81,700	1.948,28	89,87
JUN	1.867,92	76,090	1.821,44	61,670	1.967,23	76,580	1.834,79	86,36
JUL	2.103,83	95,078	1.901,47	66,970	2.003,74	87,500	1.872,44	92,14
AGO	2.126,21	76,800	1.887,61	67,720	2.023,44	74,900	1.927,28	87,46
SET	1.990,37	67,100	1.997,79	69,480	1.908,25	85,770	1.803,88	79,49
OUT	2.054,72	79,456	2.025,76	74,200	2.022,97	88,700	1.846,69	78,41
NOV	1.779,09	81,280	1.779,09	81,280	1.911,88	83,840	1.834,11	81,53
DEZ	1.995,87	119,840	1.702,10	83,870	2.305,44	109,820	1.946,35	107,22
TOTAL	23.650,93	1.125,18	22.648,28	870,710	17.960,48	1.033,49	23.141,88	1.059,93
MÉDIA/MÊS	1.970,91	93,76	1.877,35	72,56	1.496,70	86,12	1.928,49	88,32
MÉDIA/DIA	65,70 t/dia	3,12 t/dia	62,58 t/dia	2,41 t/dia	49,89 t/dia	2,87 t/dia	64,28 t/dia	2,94 t/dia

Fonte: Município de Campo Mourão/SEAMA – Dados organizados pela Agenda 21 Local de Campo Mourão

Observamos que a quantidade recolhida na coleta convencional de lixo e na coleta seletiva se manteve com poucas variações durante os quatro últimos anos. A partir desses dados analisamos que o volume da coleta seletiva continua bastante inferior e ainda boa parte do material depositado no aterro sanitário é passível de reciclagem.

Segundo dados da décima edição do estudo Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil, realizado pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), 64 milhões de toneladas de resíduos foram gerados em 2015, destes, 24 milhões seguiram para destinos inadequados, como lixões. Outras 6,2 milhões de toneladas não foram sequer coletadas. Em média cada brasileiro gerou 383 kg de lixo por ano, ou seja, aproximadamente 1,5 kg por dia.

Conforme o mesmo estudo da Abrelpe, no Estado do Paraná o lixo gerado foi de 8.507 toneladas/dia, o lixo coletado foi de 7.771 toneladas/dia e a destinação final adequada de 5.433 toneladas/dia. A coleta per capita foi de 0,860 Kg/hab/dia.

Na tabela 2, acompanhamos esse volume de coleta de acordo com o contingente populacional total de Campo Mourão, por pessoa/dia, durante os quatro últimos exercícios – 2013 a 2016.

Tabela 2 - Proporção entre coleta de lixo e coleta seletiva entre 2013 a 2016 no Município de Campo Mourão - Síntese

	2013		2014		2015		2016	
	COLETA LIXO (ton) 95,46%	COLETA SELETIVA 4,54%	COLETA LIXO (ton) 96,30%	COLETA SELETIVA 3,70%	COLETA LIXO (ton) 95,94%	COLETA SELETIVA 4,06%	COLETA LIXO (ton) 95,62%	COLETA SELETIVA 4,38%
TOTAL	23.650,93t	1.125,18t	22.648,28t	870,710t	17.960,48t	1.033,49t	23.141,88t	1.059,93t
MEDIA/MÊS	1.970,91t	93,76t	1.877,35t	72,56t	1.496,70t	86,12t	1.928,49t	88,32t
MÉDIA/DIA	65,70 t/dia	3,12 t/dia	62,58 t/dia	2,41 t/dia	49,89 t/dia	2,87 t/dia	64,28 t/dia	2,94 t/dia
PER CAPITA/DIA	754g/hab	36g/hab	713g/hab	27g/hab	565g/hab	32g/hab	723g/hab	33g/hab
POP. TOTAL	91.648 hab		92.300 hab		92.930 hab		93.547 hab	
POP. URBANA (95%)	87.066 hab		87.685 hab		88.283 hab		88.869 hab	

Fonte: Município de Campo Mourão/SEAMA – Dados organizados pela Agenda 21 Local de Campo Mourão

O volume coletado nesse período acompanhou o crescimento da taxa populacional do município. A quantidade per capita em Campo Mourão encontra-se abaixo da média

do Estado e do País. Porém, como já observamos anteriormente, de acordo com os dados apresentados, constatamos o baixo percentual da coleta seletiva também na proporção per capita.

Na tabela 3, apresentamos um estudo gravimétrico conforme as setorizações feitas para a coleta convencional e seletiva em Campo Mourão. Esse estudo é realizado a fim de mensurar, quantificar e analisar o lixo produzido em um determinado local.

Tabela 3 – Estudo gravimétrico realizado em 2016 para elaboração do PMGRS pela empresa DRZ Geotecnologia e Consultoria

RESÍDUOS	LAR PARANÁ %	ASA LESTE %	CENTRO %	TOTAL %	PROPORÇÃO %	GERAÇÃO/DIA ton/dia
MATÉRIA ORGÂNICA	25,00	31,39	43,61	100%	32,72	21,03
REICLÁVEIS	21,48	20,25	58,27	100%	21,71	13,95
REJEITOS	17,24	42,76	40,00	100%	45,56	29,30
TOTAL					100%	64,28

Fonte: Município de Campo Mourão/SEAMA – Dados organizados pela Agenda 21 Local de Campo Mourão

As análises desses dados nos permitem perceber que a quantidade de resíduos recicláveis depositados no aterro sanitário é de 13,95 t/dia. Da mesma forma, se houvessem políticas efetivas para a gestão da matéria orgânica, teríamos apenas 29,30 ton/dia, ou seja, menos da metade do total sendo depositado no aterro, o que sem dúvida, prolongaria ao dobro seu tempo útil.

Na região central do município circulam a maior parte dos quase 40 catadores informais existentes atualmente em Campo Mourão. Esses catadores fazem a coleta dos recicláveis depositados nas vias antes da passagem do caminhão da coleta seletiva.

Levando-se em consideração que os dados do estudo gravimétrico realizado não contabilizam informações da coleta seletiva, mas apenas da coleta convencional, ainda há na região central, mesmo com a presença de catadores informais, uma demanda reprimida de 58,27% de resíduos recicláveis que vão para o aterro. É a região que menos separa adequadamente seus resíduos conforme esses números.

A partir dos dados apresentados, iremos, no próximo item desse capítulo, analisar a Cooperativa Resíduo Solidário (COOPERESÍDUOS) em Campo Mourão. A Cooperativa é

um dos empreendimentos de reciclagem existentes no município e possibilita a geração de trabalho e renda aos seus cooperados, sendo objeto de nosso estudo subsequentemente.

2.4 Cooperativismo, trabalho e renda: uma análise da Cooperativa Resíduo Solidário (COOPERESÍDUOS)

Desde 2003, Campo Mourão conta com a existência da Associação dos Trabalhadores com Materiais Recicláveis e Prestação de Serviços Vila Guarujá (ASSOCIGUÁ).

Foi à primeira tentativa de formalização dos catadores no município, que se dedicavam às atividades de catação em um terreno na Vila Guarujá, utilizado como lixão a céu aberto, desativado desde 2002. Cerca de 30 catadores trabalhavam em condições precárias e insalubres, coletando dentre os detritos, materiais que pudessem ser comercializados com as diversas empresas que compravam esses materiais a preços bastante reduzidos. Apesar da existência da Associação, muitos catadores ainda persistiram em continuar como autônomos nas atividades de coleta.

Para tentar organizar muitos desses catadores e buscar melhores condições de trabalho e conseqüente ampliação de renda, foi criada a Cooperativa Resíduo Solidário (COOPERESÍDUOS), a partir de uma iniciativa do Fórum Permanente da Agenda 21 Local de Campo Mourão, juntamente com outras entidades e o poder público municipal.

A ideia da cooperativa surge em 2009, como uma alternativa de trabalho para os catadores que recolhiam materiais e visto que a ASSOCIGUÁ já se encontrava em seu limite máximo de separação em sua unidade, sendo necessário propor o aumento da coleta seletiva no município sendo necessário organizar um novo empreendimento de economia solidária para operar de acordo com as novas demandas,

[...] considerando a existência da ASSOCIGUÁ desde setembro de 2003, atualmente operando em um barracão de 450 m² situado na região do Lar Paraná (lado oeste da cidade de Campo Mourão) desde 2007, foi proposto que a nova unidade fosse instalada no lado oposto da cidade com o intuito de destinar a ela, os materiais recicláveis coletados na região norte e leste da cidade. Para tanto, foi realizado um cadastro de catadores e pessoas interessadas na atividade, moradores da região norte e leste da cidade de Campo Mourão, resultando na formação de um grupo de dezoito pessoas de baixa renda, todos assistidos pela rede de assistência social do Município, sendo a maioria, ex-moradores da antiga Favela São Francisco de Assis, transferidos para o Conjunto Habitacional José Richa

(RELATÓRIO de atividades da Cooperativa Resíduo Solidário, 2014).

A Cooperativa Resíduo Solidário (COOPERESÍDUOS), foi criada em 05 de dezembro de 2011, com vinte sócios fundadores integrantes do Projeto Poda Solidária e da nova unidade de processamento de recicláveis. Contudo, a cooperativa entra em operação somente em 5 de maio de 2012 (RELATÓRIO de atividades da Cooperativa Resíduo Solidário, 2014).

Esse empreendimento conta até hoje com o acompanhamento do Fórum Permanente da Agenda 21 Local de Campo Mourão, criado pelo decreto municipal nº 3384/2005, em 15 de dezembro de 2005.

Para uma melhor compreensão do funcionamento da COOPERESÍDUOS, entrevistamos a presidente do Fórum da Agenda 21 Local e sócio fundadora da COOPERESÍDUOS, Lídia Tomoco Miyagui Mizote. De acordo com Mizote (2017), a ideia da cooperativa,

[...] nasceu dentro do Fórum Permanente da Agenda 21, quando sentimos a necessidade de criar uma segunda unidade com um formato diferente da que já existia, que era a Associguá. Desde 2007, quando a Agenda 21 começou a elaborar um projeto participativo, começamos a levantar dados sobre a coleta de lixo e sobre a coleta seletiva. Na época percebemos que o percentual da coleta seletiva representava muito pouco, era algo de 1%. Era muito incipiente. Havia muito material que precisava ser separado, que estava indo para o aterro sanitário, comprometendo a vida útil dele. Nós tivemos inicialmente a tentativa de mudar o modo operante da Associguá, pra ver se conseguíamos um resultado melhor (MIZOTE, 2017).

Segundo Mizote (2017), em 2009, quando estava terminando o contrato de concessão do serviço de limpeza pública, o município devia lançar um novo edital de contratação para esse serviço. A partir daí, houve a oportunidade de ampliar a coleta seletiva, porque ela acontecia apenas uma vez por semana nos bairros passando a ocorrer duas vezes por semana, buscando aumentar o volume de materiais.

Diante disso, Mizote (2017) afirma já havia na época o projeto “Poda Solidária” do horto municipal, que realizava o aproveitamento dos resíduos de poda. Também se discutiu então, a possibilidade da criação de uma cooperativa focada no aproveitamento de qualquer natureza.

Assim sendo, se começa a ser pensado o formato de uma cooperativa, e não de uma associação. De acordo com Mizote (2017), a cooperativa juridicamente teria uma atuação mais forte no mercado. Diante disso, foi realizado um levantamento das pessoas que

poderiam fazer parte desse empreendimento. É importante destacarmos, que naquele período, buscou-se realizar um diálogo com todos os catadores de rua para explicar a proposta.

Contudo, Mizote (2017) aponta que inicialmente houve grande resistência por parte dos catadores, conforme fica evidenciado nas seguintes transcrições: “os catadores falavam “ah não, trabalhar todo dia no barracão, [...] isso não é pra mim” ou “tem que trabalhar durante o dia todo, cumprir horário, eu saio, todo dia 06:30 da manhã, 08:30 horas já estou de volta”. Ao questionar a respeito do que faziam durante o resto do dia, ela obteve a seguinte resposta: “Ah, eu descanso, ué. Trabalho 2 horas por dia, e o resto eu descanso”. (MIZOTE, 2017).

Diante disso, Mizote (2017) percebeu que não teria pessoas suficientes para trabalhar no barracão, havendo dificuldades para encontrá-las. Assim sendo, uma das agentes ligada ao Projeto Brasil, teve a ideia de convidar moradores da antiga Favela São Francisco de Assis, que tinha sido transferida para outra região da cidade, num total de 142 famílias. Dessa forma, um grupo de mulheres se interessou em fazer parte da cooperativa. “Nós iniciamos um processo de capacitação, não mais de sensibilização, pra formação da cooperativa”, afirma Mizote (2017).

Dessa maneira Mizote (2017), destaca que esse grupo começou a participar de reuniões, tendo por objetivo prepará-los e também explicar os fundamentos do trabalho coletivo solidário. Para tanto, foram desenvolvidas dinâmicas de grupos para que os mesmos aprendessem a ajudar uns aos outros, procurando incutir uma concepção cooperativista em todos os envolvidos. Porém, ocorreram muitas dificuldades em encontrar uma entidade disposta a ceder um modelo de estatuto para a cooperativa.

Assim sendo, a Coamo que apoiava a constituição da cooperativa contribuiu com sua assessoria jurídica, colocando-a a disposição para a formalização do empreendimento, que foi registrado ao final de 2011. Já em maio de 2012, teve início as atividades.

De acordo com a Ata da Assembleia de Constituição de Cooperativa Resíduo Solidário (2010, p. 2), a cooperativa objetiva:

[...] proporcionar aos seus cooperados o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro, mediante o esforço pessoal e direto, e o aprimoramento da atividade profissional através de uma organização coletiva destinada ao processamento, industrialização, comércio e prestação de serviços voltada ao aproveitamento e reciclagem de resíduos sólidos urbanos e rurais.

Segundo dados do Relatório de Atividades da Cooperativa Resíduo Solidário do

ano de 2014, uma das dificuldades encontradas na fase de implantação, estava relacionada a encontrar um espaço que atendesse às demandas estruturais da nova cooperativa e também às relacionadas às condições financeiras para o pagamento da locação de um imóvel para essa finalidade, adiando o início de suas atividades.

Porém, foi por meio da Secretaria da Ação Social do município que foi determinada a locação de um barracão com área coberta, com 1.200 m², localizado à Rua Marins C. Pereira, 751, Jardim John Kennedy, com recursos oriundos da Justiça Federal no período de maio de 2012 a abril de 2013, para que os cooperados conseguissem alcançar autonomia financeira para autossustentação do empreendimento.

Quando iniciou suas atividades, a cooperativa não dispunha de nenhum equipamento próprio. Com instalações e ferramentas improvisadas, os trabalhadores também fruía de uma prensa hidráulica cedida por uma empresa de compra de resíduos recicláveis, o que os colocava em uma situação de dependência.

De acordo com o mesmo relatório, em 2009, por meio de uma parceria entre o município e a Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC), houve a inclusão da COOPERESÍDUOS em uma lista de beneficiários do Programa de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Estado do Paraná. Através desse convênio a cooperativa receberia a doação de um conjunto de equipamentos necessários para dar início em seu funcionamento.

Destarte também houve o acompanhamento de voluntários da Agenda 21 Local, que ao analisar os registros de venda entre os meses de janeiro a abril de 2013, identificaram que o condicionamento do uso do equipamento cedido pela empresa privada representava uma perda de aproximadamente 30% do valor de venda no mercado local, reforçando assim a necessidade da aquisição de equipamentos próprios.

Os dados do Relatório das atividades da Cooperativa Resíduo Solidário (2014) destacam as parcerias entre a Agenda 21 Local com o Instituto Águas Paraná que possibilitou “a doação de uma prensa hidráulica vertical de 18 toneladas, uma balança digital com capacidade de pesagem de 1.000 kg e 3 mesas separadoras de aço”. Essa doação ocorreu por meio do Programa Ecocidadão desenvolvido pelo Governo do Estado com convênios entre o PROVOPAR e SANEPAR. Os equipamentos foram oficialmente à cooperativa em junho de 2013, em uma cerimônia com representantes do poder público do Estado e do município de Campo Mourão. (RELATÓRIO de atividades da Cooperativa Resíduo Solidário, 2014).

Porém, nos primeiros anos de funcionamento da cooperativa houve a necessidade de adaptação dos cooperados a um regime de trabalho coletivo e solidário que até então eram desconhecidos pela maioria dos trabalhadores. Também se fez necessário algumas adequações, tendo em vista que havia grande dificuldade na disciplina e ajustamento à frequência diária, permanência nos horários determinados e na divisão das atividades. Alguns cooperados, por não se adaptarem à nova rotina, foram afastados e novos trabalhadores começaram a fazer parte da cooperativa para suprir a demanda do grande volume de materiais recicláveis entregues pela coleta seletiva.

Segundo Mizote (2017), houve a necessidade de estabelecer regras: “eles têm regimento interno. Se não cumpre, [...] a pessoa recebe um boletim de ocorrência. Se acumular três boletins [...] é motivo pra ganhar suspensão ou até a exclusão do quadro”. Eles criaram regras de convivência e de trabalho e que passaram a seguir. Mizote (2017) afirma que “é algo que foi amadurecendo, no sentido deles se organizarem e levarem mais a sério” (MIZOTE, 2017).

De acordo com Mizote (2017), o convênio com a Fundação Rotary Internacional possibilitou uma contribuição de aproximadamente 33 mil dólares para a compra de equipamentos como uma prensa horizontal, uma prensa vertical, empilhadeira, elevador de carga, e 16 carrinhos *big bag*.

Outro elemento a ser elencado se refere às condições precárias de higiene e de saúde. Diante disso, a Coamo disponibilizou uma parceria para fazer a desratização do barracão mensalmente e gratuitamente. Também por meio do Rotary Club de Campo Mourão foi realizada a manutenção do portão da cooperativa com o intuito de mantê-la sempre fechada. Houve também recursos oriundos da Justiça Federal e de outros parceiros, contribuído assim para a reforma da cozinha e de espaço para refeitório, que os cooperados não dispunham, após vários anos de funcionamento da cooperativa.

Para Mizote (2017), a participação das senhoras rotarianas e esposas de rotarianos contribuiu com o processo de sensibilização por meio de “um trabalho social junto aos cooperados, pra tentar melhorar o dia a dia deles. Mensalmente elas fazem um café solidário. Levam alguma coisa que elas sabem fazer e compartilham esse saber”. É importante destacar a preocupação com as saúde dos trabalhadores pelas rotarianas, por exemplo, ao organizar “[...] um kit de primeiros socorros. Às vezes acontece algum acidente, corte de mão, pé, perna, e eles precisam fazer um atendimento rápido. Claro que quando a situação é grave levamos para o pronto socorro” (MIZOTE, 2017).

Mizote (2017) deixa evidente em sua entrevista, a necessidade com esses cuidados, tendo em vista, que “[...] são pessoas muito simples. As próprias senhoras irão fazer agora uma orientação sobre como limpar o ferimento, utilizar a gaze esterilizada, esse tipo de coisa” (MIZOTE, 2017).

Participamos no mês de julho, de um café solidário realizado pelas senhoras rotarianas. Segundo Dirce Akemi Sasahara Azuma, uma das organizadoras desse momento, o Grupo de Senhoras de Rotarianos conta com 36 mulheres que, mensalmente, organizam o café solidário. Cada uma contribui com alguma doação e todos os meses vão até a cooperativa para realizarem a atividade. Esse evento, nas narrativas dos cooperados que entrevistamos, é considerado algo bastante significativo.

Mizote (2017) destaca que um dos grandes desafios da COOPERESÍDUOS atualmente é a construção de um barracão próprio.

O que nós estamos pleiteando hoje é o terreno para a construção de um barracão com uma estrutura adequada, com rampa, com esteira, mesa de triagem, espaço suficiente para entrada e saída dos caminhões com balança, inclusive rodoviária, pra podermos dar esse salto. [...] É por isso que estamos há muito tempo brigando pelo terreno para a Cooperativa. Infelizmente é assim, muda a gestão e aí se começa a conversa tudo de novo. Cada vez que muda a equipe se começa lá do início, com toda história, justificando tudo novamente (MIZOTE, 2017).

Diante disso, Mizote (2017), enfatiza que ter uma sede própria para a cooperativa representaria um grande avanço na autonomia dos cooperados podendo contribuir significativamente com os lucros no empreendimento, tendo em vista que o atual barracão não atende às demandas necessárias para o desempenho das atividades. Assim sendo, Mizote (2017) descreve a atual situação do barracão: “[...] é grande, só a estrutura é baixa e o contra piso é muito fraco. Se colocar a empilhadeira lá, arrebenta tudo, não aguenta” (MIZOTE, 2017).

Segundo Mizote (2017), há a necessidade de um barracão mais amplo, com um piso reforçado, tendo a condição de empilhamento de materiais em alturas maiores. Uma balança de pesagem também representaria para a cooperativa um avanço significativo em suas operações. “Entrou o caminhão pesa, saiu o caminhão pesa novamente para ter um controle tanto da coleta seletiva quanto da compra e venda de materiais” (MIZOTE, 2017).

Mizote (2017) afirma que a estrutura ideal deveria conter também sala administrativa, sala de reuniões ou de treinamento, refeitório, empilhadeira motorizada, rampas de carga e descarga com local adequado, dentre outras benfeitorias necessárias para

o bom funcionamento da cooperativa. Essa estrutura possibilitaria à cooperativa a capacidade “[...] de processar 10, 15 ou 20 toneladas por dia. Mais sem isso, não tem condições. No máximo eles vão fazer 3 toneladas se trabalhar desde cedo até de tardezinha” (MIZOTE, 2017).

Outra dificuldade enfrentada pela cooperativa é o volume de resíduos que vem diminuindo nos últimos anos. De acordo, com Mizote (2017), parte desse cenário se explica pela presença dos catadores autônomos nas ruas do município e da falta de fiscalização por parte do poder público. O trabalho desses catadores contribui com o acúmulo de materiais nos quintais das casas, contribuindo muitas vezes para a proliferação do mosquito da dengue.

Para Mizote (2017) há o problema da fiscalização que não é atuante. “São 3 caminhões, não são carros pequenos, que saem na frente, que conhecem a rota da coleta seletiva, que sabem os dias e os horários”. Segundo Mizote (2017), eles recolhem tudo que tem valor, o que compromete a coleta seletiva, prejudicando as duas associações. “Já fizemos essa denúncia no município, à promotoria do meio ambiente, à vara da infância e adolescência, promotoria do trabalho. Mas a fiscalização não acontece” (MIZOTE, 2017).

Mizote (2017) afirma que esse tipo de trabalho não é errado, porém considera irregular, pois o município “[...] está pagando para uma empresa que direciona esse material para as duas cooperativas e é obrigação do município, dentro da Política Nacional de Resíduos, apoiar as associações e cooperativas de catadores” (MIZOTE, 2017).

Diante disso, fica evidente na entrevista com Mizote (2017), a falta de comprometimento por parte do poder público, o que acaba dificultando o processo de reciclagem no município de Campo Mourão. Para resolver esse problema, a sociedade civil acaba tendo que cumprir com as obrigações que são próprias do estado, assim sendo, o setor é deixado de lado.

Mizote (2017) argumenta que tanto a ASSOCIGUÁ quanto a COOPERESÍDUOS, “[...] acabam beneficiando toda a cidade, e principalmente aquelas famílias que estão obtendo trabalho e renda. Isso já justifica toda essa ação [...] das entidades que apoiam à cooperativa” (MIZOTE, 2017). Durante a entrevista fica visível que, como a proposta de implantação da cooperativa surgiu como uma pauta da Agenda 21 Local, houve uma responsabilidade por parte de seus membros, em prestar assessoria junto aos cooperados durante os primeiros anos, cujo propósito era tornar cada cooperado mais independente, o que segundo Mizote (2017), já está ocorrendo.

Todo esse processo de independência dos cooperados contribuiu para uma organização autogestionária, pois cada um dos trabalhadores teve oportunidade de ocupar e realizar diferentes atividades dentro da cooperativa respeitando as suas potencialidades. Por meio de um revezamento de funções entre os cooperados, cada um teve a oportunidade de vivenciar experiências em todos os setores de trabalho na cooperativa. Dessa forma, os trabalhadores puderam conhecer o trabalho de pesagem, vendas, organização da secretaria, controle de presença, coordenador operacional, arrecadação previdenciária, prestação de contas dentre outras atividades.

Segundo Mizote (2017) a cooperativa tem muitas chances de crescer e conseqüentemente, será necessária uma maior qualificação e capacitação dos cooperados. Para tanto, busca orientá-los a respeito dessas necessidades, pois entende que enquanto gestores da cooperativa “[...] vão precisar voltar a estudar, ter conhecimento [...] se capacitar”. Mizote (2017) acrescenta: “[...] “Eu até falei pra eles, não é justo, de repente por essa necessidade, trazerem uma pessoa de fora pra fazer esse papel. Quando vocês conhecem, vocês tocam. É a partir daqui que tiram o sustento da família. Então nada melhor que se capacitem” (MIZOTE, 2017).

A conscientização da sociedade também se apresenta como um fator de desafio. Há um grande volume de recicláveis que são recolhidos diretamente pela coleta convencional assim como inversamente, uma quantidade expressiva de resíduos não recicláveis que são s junto à coleta seletiva. Dessa forma, Mizote (2017), por meio de palestras, conscientiza entidades sobre a importância da separação adequada dos materiais “[...] a gente faz todo aquele trabalho, foca as questões de higiene. Infelizmente tem gente que manda comida podre dentro do reciclável. [...] Não tem cabimento esse tipo de coisa. Fora fralda suja, papel higiênico que acaba indo. Mas assim, tudo isso aí demanda trabalho” (MIZOTE, 2017).

Ao retomar as dificuldades da cooperativa pela existência da coleta e do mercado informal em Campo Mourão, Mizote (2017) apresenta a complexidade desse problema. “A Agenda faz esse papel, estamos fazendo essas articulações, buscando apoio, tentando convencer o município do que é preciso fazer pra ver se a gente consegue melhorar. Mas sem esse apoio do município a não vemos a possibilidade deles crescerem” (MIZOTE, 2017).

Segundo Mizote (2017), o próprio Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos elaborado pelas empresas apresenta equívocos. “Em vários planos está escrito que ela separa o material e doa para um catador. Espere aí, já está errado. Já fica errado porque

você está destinando e não sabe qual a destinação final do teu resíduo, pra onde está indo, nem sabe se pra onde está indo está causando mais problema, não é?” (MIZOTE, 2017).

Outro problema existente no município de Campo Mourão é, de acordo com Mizote (2017), a existência de “pontos” de coleta de materiais que são controlados por alguns catadores e empresários que atuam na área de reciclagem. “[...] Existe uma rede paralela que atua na região central, que a Seleta não cobre a região central. Existem alguns pontos, por exemplo, o ponto da Pernambucana, tem o ponto do Muffato, que é ponto que eles sabem onde gera bastante resíduo” (MIZOTE, 2017).

Esses pontos, conforme Mizote (2017), são negociados entre empresários e catadores se constituindo como “[...] uma rede informal que atua no mercado com as regras próprias”. Esses empresários seriam antigos catadores que, com o passar do tempo, deixaram de coletar materiais nas ruas e passaram a constituir seu próprio negócio. “[...] A maioria foi catador, começou catando papel, teve uma visão maior, conseguiu ganhar dinheiro com isso e construiu o seu barracão. E aí eles exploram o próprio catador em vez de trabalhar em rede” (MIZOTE, 2017).

Em algumas ocasiões, os próprios empresários do setor de reciclagem de resíduos do município, que compram materiais da cooperativa, buscaram estabelecer uma relação de exploração com os cooperados sobre os preços na aquisição do material. A cooperativa busca pesquisar e vender sempre na alternativa do melhor preço. Já houve circunstâncias de conflitos com alguns desses empresários. Mizote (2017) descreve uma dessas ocasiões.

Uma vez vendemos para uma outra pessoa. O cara desceu bravo. Eles me disseram: “Lídia, o cara ficou bravo com a gente, que não sei o que, começou a falar alto”. Falei: “É, pois então vou falar vocês assinaram algum contrato com ele? Vocês são obrigados a vender pra essa pessoa. São livres pra vender pra quiserem. Eu vou lá pessoalmente”. Peguei as duas meninas e falei: “vamos lá ao escritório dele”. “Ah, não, é que eu tava nervoso”. Falei: “Não! O senhor não tem o direito de chegar lá e ficar falando esse tipo de coisa. Ninguém tem a obrigação de vender” (MIZOTE, 2017).

Para Mizote (2017), essas situações de conflito e tentativas de constranger os cooperados ocorrem porque os empresários que compram os materiais veem nesses trabalhadores indivíduos ingênuos, que por não terem escolarização, podem ser pressionados a aceitar uma relação abusiva de negócios.

Porque eles são pessoas simples. Açam que talvez pelo próprio meio sejam pessoas que sempre sofreram esse tipo de pressão. Eles acabam achando que tem que ser daquele jeito e acabam acatando esse tipo de coisa. É isso que eu tento passar pra eles. Vocês tem liberdade pra escolher pra quem vocês querem vender. Vocês aqui são cooperados e o

objetivo é oferecer a melhor condição. Vocês tem que brigar pelo preço. Cem Reais faz diferença pra todo mundo. (MIZOTE, 2017).

Como proposta de um empreendimento solidário que tem como objeto oportunizar a geração de trabalho e renda no setor de reciclagem, Mizote (2017) afirma que “Temos que manter entre 14 a 15 postos de trabalho. Esse é o compromisso nosso para compensar o pagamento do aluguel”. Esse número de cooperados acaba não aumentando devido à quantidade de materiais que chegam à cooperativa. “Bom seria se a gente pudesse oferecer para 50 pessoas. Mas não tem material. Por isso estamos tentando manter com os 14. Quando está muito apurado e começa aparecer muito material, geralmente final de ano, já chegamos a trabalhar com 18 pessoas” (MIZOTE, 2017).

A jornada de trabalho estabelecida pelo grupo é de 7 horas diárias iniciando às 8 até às 16 horas. Há uma pausa durante a manhã, uma hora de intervalo de almoço e uma pausa durante a tarde. Cada pausa tem quinze minutos para descanso dos trabalhadores. O controle de frequência e assiduidade é registrado por um dos cooperados. As sobras são divididas conforme o número de dias trabalhados pelo cooperado pagas a cada um quinzenalmente conforme o produto das vendas realizadas.

Outra meta estabelecida pela Cooperativa é a contribuição previdenciária por meio do processo de formalização de todos os cooperados ativos como Microempreendedores Individuais – MEI. Desde agosto de 2014 os cooperados são contribuintes do sistema previdenciário.

Durante os momentos de observação na COOPERESÍDUOS percebemos que muitas pessoas colocam na coleta seletiva, possivelmente de modo proposital para aproveitamento dos catadores, roupas, utensílios domésticos, brinquedos e outros objetos em bom estado de conservação. A regra do grupo é a de que a pessoa que encontra, se desejar, fica com o material. Mas entre eles há uma solidariedade em dividir esses materiais conforme a necessidade específica de cada um.

Em um primeiro momento, alguns catadores se sentiam constrangidos ao perceberem nossa presença no momento em que encontravam em meio aos resíduos algo que pudessem aproveitar pra si. Aguardavam que nos afastássemos para que discretamente colocassem o objeto junto aos pertences pessoais.

Atualmente o grande desafio a ser vencido refere-se à redução da quantidade de materiais recicláveis destinados à Cooperativa. Apresentamos na tabela 4, indicadores através dos dados coletados entre os exercícios de 2013 a 2016.

Tabela 4 - Entrada e saída de materiais recicláveis 2013-2016

2013	QTDE COLETA SELETIVA (kg)	QTDE RECEBIDA (kg)	QTDE VENDIDA (kg)	VALOR BRUTO DA VENDA (R\$)	QTDE REJEITO (kg)	QTDE EM ESTOQUE (kg)
TOTAL	967.279	660.023	360.302	124.382,78	299.722	
PORCENTAGEM	100%	68,23%	54,59%	R\$ 0,35	45,41%	
MEDIA/MÊS	80.606	55.002	30.025	10.365,23	24.976	
2014	QTDE COLETA SELETIVA (kg)	QTDE RECEBIDA (kg)	QTDE VENDIDA (kg)	VALOR BRUTO DA VENDA (R\$)	QTDE REJEITO (kg)	QTDE EM ESTOQUE (kg)
TOTAL	870.720	520.470	411.216	147.632,20	48.017	61.237
PORCENTAGEM	100%	59,77%	79,01%	R\$ 0,40	9,22%	11,76%
MEDIA/MÊS	72.560	43.372	34.268	12.302,68	4.001	5.103
2015	QTDE COLETA SELETIVA (kg)	QTDE RECEBIDA (kg)	QTDE VENDIDA (kg)	VALOR BRUTO DA VENDA (R\$)	QTDE REJEITO (kg)	QTDE EM ESTOQUE (kg)
TOTAL	1.033.499	672.136	445.587	156.226,42	57.022	162.526
PORCENTAGEM	100%	65,03%	66,29%	0,35/kg	8,48%	24,18%
MEDIA/MÊS	86.125	56.011	37.132	13.018,87	4.572	13.544
2016	QTDE COLETA SELETIVA (kg)	QTDE RECEBIDA (kg)	QTDE VENDIDA (kg)	VALOR BRUTO DA VENDA (R\$)	QTDE REJEITO (kg)	QTDE EM ESTOQUE (kg)
TOTAL	1.059.930	558.340	389.498	129.584,78	83.929,60	99.752,55
PORCENTAGEM	100%	52,91%	69,76%	-----	15,03	25,61%
MEDIA/MÊS	88.328	46.733	32.458	10.798,73	6.994,13	8.312,71

Fonte: Cooperativa Resíduo Solidário. Dados reorganizados pelo autor

Os primeiros números são os totais anuais de resíduos coletados pela Seleta, empresa prestadora de serviços de coleta seletiva e também convencional no município. Sendo os demais números a quantidade que a Cooperativa recebeu da empresa para realizar a separação, a quantidade que foi comercializada, as receitas conseguidas com o produto das vendas. Segue-se a quantidade de rejeitos resultantes dos materiais que não são recicláveis e a quantidade em estoque do que foi separado, mas não foi comercializado. Em 2013, devido a problemas com a balança, os valores de rejeitos e estoque não estão desvinculados.

Em 2013, a COOPERESÍDUOS recebeu da coleta seletiva 660,023 kg de materiais (55 toneladas/mês), sendo triados e comercializados 360.302 kg de materiais recicláveis

(30 toneladas/mês). A renda anual resultou em R\$ 124.382,78 (média de R\$ 10.365,23/mês e R\$ 691,01 mês/cooperado aproximadamente).

Já em 2014, a COOPERESÍDUOS recebeu da coleta seletiva 520.470 kg de materiais (43 toneladas/mês), sendo triados e comercializados 411.216 kg de materiais recicláveis (34 toneladas/mês). A renda anual resultou em R\$ 147.632,20 (R\$ 12.302,68/mês e R\$ 820,17 mês/cooperado aproximadamente).

No ano de 2015, a COOPERESÍDUOS recebeu da coleta seletiva 672.136 kg de materiais (56 toneladas/mês), dos quais foram triados e comercializados 445.587 kg de materiais recicláveis (média de 37 toneladas/mês) resultando em uma renda anual de R\$ 156.226,42 (R\$ 13.018,86/ mês e R\$ 867,92 mês/cooperado aproximadamente).

Em 2016, a COOPERESÍDUOS recebeu da coleta seletiva 558.340 kg de materiais (56 toneladas/mês), dos quais foram triados e comercializados 445.587 kg de materiais recicláveis (média de 46 toneladas/mês) resultando em uma renda anual de R\$ 129.584,78 (R\$ 10.798,73/ mês e R\$ 771,33 mês/cooperado aproximadamente).

Comparados os quatro exercícios, percebemos uma diminuição na quantidade de materiais da coleta seletiva entre 2013 a 2014 em média de 10%. Esses números tem uma elevação de aproximadamente 15% em 2015, mantendo-se relativamente estável em 2016, com um leve aumento de 2%.

Na análise da quantidade de materiais recebidos pela cooperativa, observamos uma queda de aproximadamente 21% de 2013 em relação a 2014. Em 2015 esse valor sobe para 22% e tem novamente queda de 16% em 2016.

Em relação à quantidade vendida, ao contrário das análises anteriores, percebemos uma elevação no período de 2013 a 2014 de 12%, com um acréscimo de 7% entre 2014 e 2015 e queda de 12% no exercício de 2016 comparado ao ano antecedente.

Sobre o valor bruto da venda, acompanhando o item anterior, há uma receita superior em 15% entre os exercícios de 2013 a 2014. Em 2015 há um aumento de 5% em relação a 2014 e em 2016 ocorre uma diminuição de 17% desse valor se comparado a 2015.

Analisando a quantidade de rejeitos, descartamos o ano de 2013, visto que os valores estão somados à quantidade em estoque como já mencionamos. Dessa forma, nossas observações partem do ano de 2014 a 2015, percebendo um aumento de 15% na quantidade de resíduos que chegaram à cooperativa, mas que não eram recicláveis. Na comparação entre 2015 e 2016 esse percentual sobe para 32%, ou seja, boa parte do que as

peças colocadas para serem recolhidas pela coleta seletiva, não é ou não está em condições de serem reaproveitadas.

Da mesma maneira como realizamos anteriormente, iniciamos a verificação do estoque a partir de 2014. Na aferição entre os anos de 2014 a 2015 constatamos um aumento de 62% na quantidade de materiais em estoque. Entre 2015 e 2016 esse número caiu em 38%.

A análise desses dados nos permite compreender que há um longo caminho a ser percorrido pela cooperativa na melhoria de sua estrutura de funcionamento, autogestão de seus cooperados e autonomia frente ao poder público. Contudo há de se ressaltar os grandes avanços que o empreendimento vem conquistando nos últimos anos e da importância das parcerias que são estabelecidas para a melhoria na qualidade das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores e de seu empoderamento enquanto sujeitos portadores de direitos sociais.

O fortalecimento dos empreendimentos solidários é a possibilidade para a construção e a apropriação de novas identidades por esses sujeitos, que como já dissemos, são identificados socialmente com o produto do seu trabalho, de modo que o trabalhador da reciclagem é incorporado aos rejeitos urbanos, portanto, descartável.

Esse cenário de invisibilidade, através do alto grau de exclusão e exploração a que são submetidos os catadores do país e que compõe a grande maioria das cidades brasileiras, também é um aspecto similar em Campo Mourão, no Estado do Paraná. A existência da COOPERESÍDUOS é, portanto, um mecanismo fundamental na superação dessa condição.

No próximo capítulo, iremos percorrer a cooperativa a partir do olhar de seus trabalhadores. Pretendemos compreender a construção das identidades que os catadores têm sobre si e suas relações com o trabalho cooperativo. Buscaremos identificar e entender como ocorrem as relações de poder dentro da organização da cooperativa relacionada à gestão participante dos catadores.

CAPÍTULO 3

CATADORES DA SOBREVIVÊNCIA: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS TRABALHADORES DA RECICLAGEM NA COOPERESÍDUOS

*Não digam que fui rebotalho, que vivi à margem da vida.
Digam que eu procurava trabalho, mas fui sempre preterida.*
(Carolina Maria de Jesus)

Como analisamos no capítulo anterior, houve importantes avanços na legislação brasileira, buscando garantir a melhoria nas condições de trabalho de milhares de catadores espalhados por todo o país. Contudo, ainda há um grande caminho a ser percorrido para a efetivação dos direitos fundamentais de homens e mulheres, que são de fato, “catadores da sobrevivência”, em meio aos detritos dos descartes urbanos no extremo da cadeia de reciclagem.

Não diferentemente de outros municípios, em Campo Mourão encontramos uma diversidade de contextos que envolvem esses trabalhadores, sejam eles autônomos, percorrendo as ruas da cidade, ou participando de empreendimentos associativos ou cooperativos.

Ao acompanharmos os cooperados da COOPERESÍDUOS, tivemos como objetivo analisar como ocorrem os processos de identificação destes, enquanto trabalhadores da reciclagem, compreendendo como, através das memórias e das narrativas, se constroem as representações sobre essa realidade.

Para Chartier (2002), essas narrativas se caracterizam como uma compreensão de si e do mundo, por meio das apropriações dos indivíduos que, “tal como a entendemos, visa uma história social dos usos e das interpretações, relacionados às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os produzem” (CHARTIER, 2002, p.68), ou seja, a análise do meio em que essas narrativas são produzidas.

Segundo o autor, as identidades sociais são construídas dentro de uma relação de forças. Por um lado há as representações impostas aos sujeitos, e por outro, a que os indivíduos produzem de si mesmo (CHARTIER, 2002, p.73). É importante, para ele, considerar os discursos dentro de seus próprios dispositivos, nesse caso, observando a conjuntura em que estão inseridos.

Sendo assim, esse capítulo pretende compreender a construção das identidades que os catadores têm sobre si e suas relações com o trabalho cooperativo. Iremos percorrer a COOPERESÍDUOS a partir das impressões narrativas de seus trabalhadores.

Serão utilizadas aqui as entrevistas realizadas com os cooperados. Entre nossas análises, faremos uso dos apontamentos das observações que fizemos nas ocasiões em que ali estivemos durante o ano de 2017. Como uma alternativa de preservar nossos entrevistados e opção metodológica, faremos a substituição do nome dos trabalhadores por abreviações: TR1, TR2, e assim sucessivamente.

O capítulo irá compreender o perfil socioeconômico do conjunto dos catadores que compõe a cooperativa e também verificar como ocorrem as relações de poder dentro dessa organização, relacionadas à gestão participante dos mesmos. Abordaremos também, a relação entre o que os trabalhadores trazem de si, assim como o que eles recebem do grupo, na construção de sua identidade enquanto cooperado.

3.1 Aspectos socioeconômicos dos trabalhadores da COOPERESÍDUOS

Entre os meses de janeiro e julho de 2017, acompanhamos a rotina de funcionamento da cooperativa, buscando estabelecer um vínculo de aproximação com os trabalhadores. Aplicamos junto a eles um *survey* e realizamos entrevistas semiestruturadas com os 14 cooperados que atuavam ali nesse período.

A COOPERESÍDUOS é composta por 86% de mulheres, corroborando com os dados estatísticos, de que em boa parte dos empreendimentos solidários de reciclagem, há um maior percentual da presença feminina.

Segundo o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), atualmente, 70% dos trabalhadores em atividade hoje no Brasil são mulheres. Dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) apontam que quando estão organizadas em cooperativas e associações, a maior parte dessas mulheres é negra ou parda. A explicação para que esse número seja majoritário nesses empreendimentos se justifica pela disciplina de trabalho. De acordo com o MNCR,

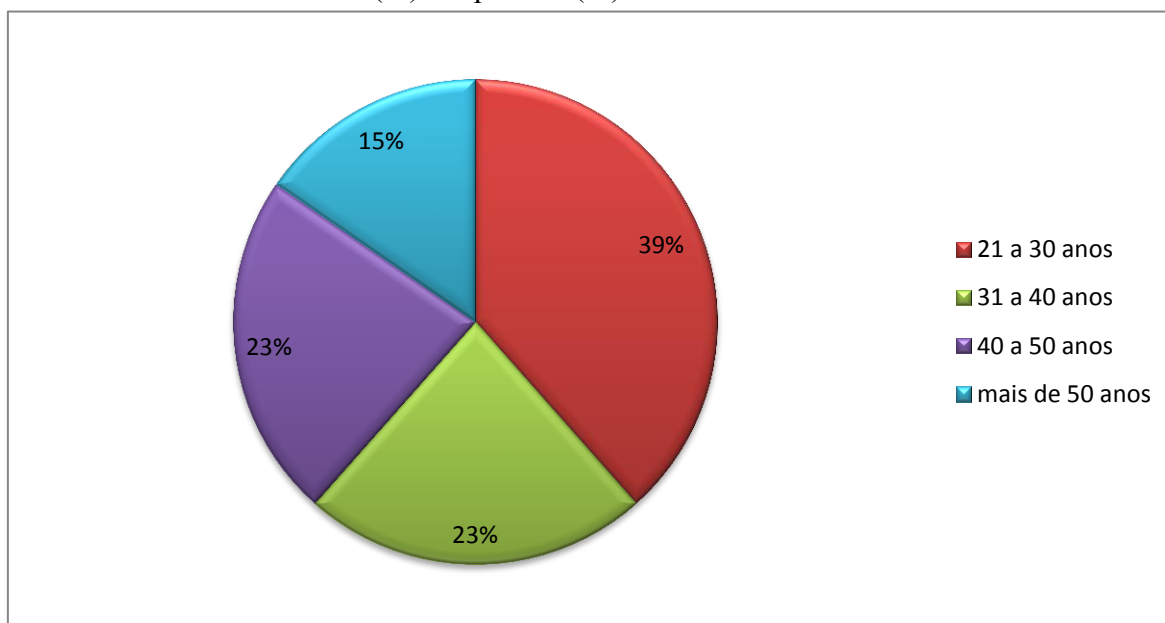
As catadoras, em muitos casos arrimos de família, são verdadeiras lideranças comunitárias que agregam, conciliam e organizam outros trabalhadores em seu entorno. A função de administradora familiar vai de encontro com a necessidade das organizações autogestionárias (cooperativas e associações) que hoje vem sendo incluídas formalmente

nas políticas públicas e fomentadas pelos Governos. É recorrente a atuação das mulheres do trabalho de triagem e classificação dos materiais, trabalho que é considerado núcleo principal do processo produtivo das organizações de catadores, por isso também é a função que recebe maior pressão interna dentro do empreendimento, além de ser uma atividade pouco valorizada frente a funções consideradas “mais pesadas” como a operação de maquinário, deslocamento, carregamento e transporte de materiais funções considerados masculinas. É recorrente observar o trabalho feminino sendo pago com valores inferiores aos dos homens (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, 2014).

Na observação realizada na COOPERESÍDUOS, os cooperados do sexo masculino desempenham de fato essas atividades mais pesadas mencionadas acima, assim como as entrevistadas explicam que a predominância do sexo feminino no empreendimento, ocorre pelas exigências de conduta aplicadas na cooperativa através de regulamento e regimento interno, que segundo elas, os homens não se propõem a cumprir.

No Estatuto da Juventude sancionado em 2013, considera-se *jovem* no *Brasil*, todo o cidadão com *idade* entre 15 e 29 anos. Na análise da faixa etária dos trabalhadores da COOPERESÍDUOS, de acordo com o gráfico 1, identificamos que 39% dos cooperados correspondem a esse perfil.

Gráfico 1: Faixa etária dos(as) cooperados(as)



Fonte: *Survey* aplicado pelo pesquisador

Percebemos por meio desses dados, que a maioria dos cooperados está entre a faixa etária de maior dificuldade de ascensão ao mercado de trabalho formal no país. Nesse

aspecto, Pochmann (2000) afirma que devido às desigualdades econômicas demonstradas pelos indicadores de pobreza, analfabetismo e violência, muitos jovens não têm expectativas de sucesso, assim como a economia nacional coloca diversos entraves para a juventude brasileira, dificultando seu acesso ao mercado de trabalho (POCHMANN, 2000, p. 06).

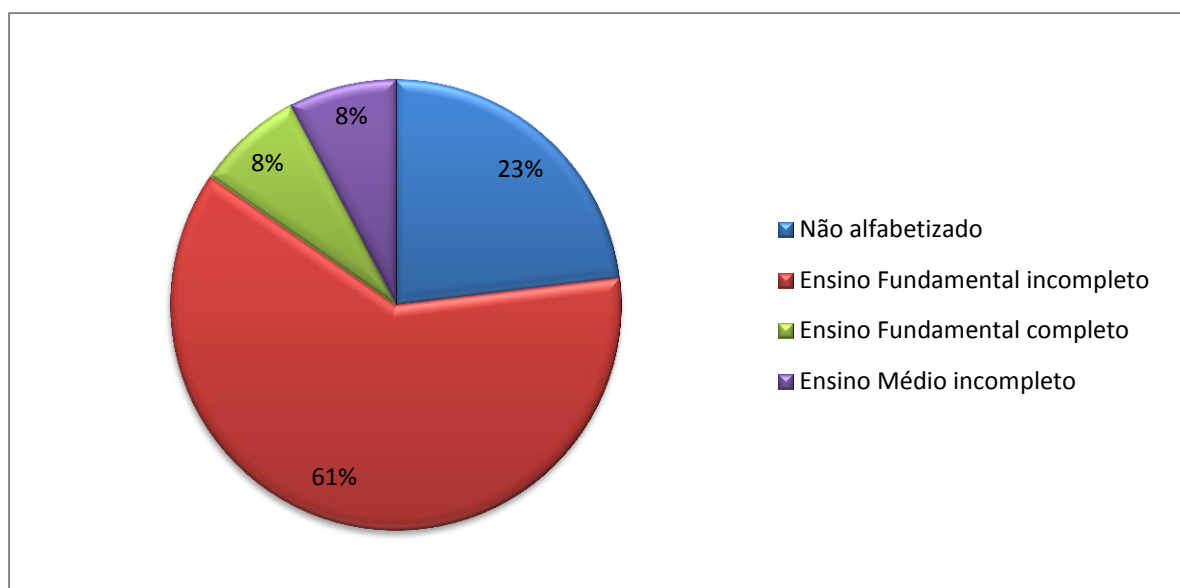
Na observação do gráfico, também identificamos que há entre os cooperados, um grande número com idade superior aos 40 anos, que da mesma forma que os mais jovens, também se encontram em uma faixa etária vista pelos empregadores como “obsoletos” ou “improdutivos”, sendo “justificativas para não investir neles, visto que pouco se acredita no retorno dos custos do seu treinamento, e enfim para afastá-los do trabalho, para que seus erros não prejudiquem a organização” (NERI, 2002, p.10).

Dentre as duas situações apresentadas, tanto dos trabalhadores jovens quanto dos que estão acima dos 40 anos, entendemos ser um reflexo da organização do mercado de trabalho que se tem vivenciado nas últimas décadas no Brasil. Sobre esse aspecto, FREIAS (2010) afirma que há uma grande contradição do mercado por privilegiar pessoas mais jovens que sejam, ao mesmo tempo, experientes. Enquanto isso, pessoas mais velhas “possuem maior experiência acumulada, mas são refutados pelo mercado de trabalho; os jovens estão sendo excluídos das atividades formais de produção e não têm acesso nem ao primeiro emprego” (FREIAS, 2010, p.34).

Como já abordamos no 1º capítulo dessa pesquisa, essa dificuldade em se estabelecer como força produtiva, tem levado a milhares de trabalhadores brasileiros a buscarem alternativas de sobrevivência, sendo a informalidade e em grande parte as atividades de reciclagem, que têm se mostrado como garantia de subsistência.

Assim sendo, dos 14 cooperados entrevistados, 54% declararam que sempre residiram em Campo Mourão, enquanto que 38% está há mais de 20 anos com residência no município e 8% afirmam residir ali entre 10 a 20 anos.

Quanto ao nível de escolaridade, é possível por meio da observação do gráfico 2, identificar que, assim como em outras realidades, entre os catadores da COOPERESÍDUOS esse nível, em sua maioria, é também baixo. Isso demonstra que, “a baixa escolaridade de catadores e catadoras [...] tem implicações no acesso ao mercado de trabalho formal, estimulando a inserção na atividade de coleta de materiais recicláveis, cujas barreiras de entrada são praticamente inexistentes” (Projeto Catadores e Catadoras em Redes Solidárias, 2013, p. 39).

Gráfico 2 : Nível de escolaridade

Fonte: *Survey* aplicado pelo pesquisador

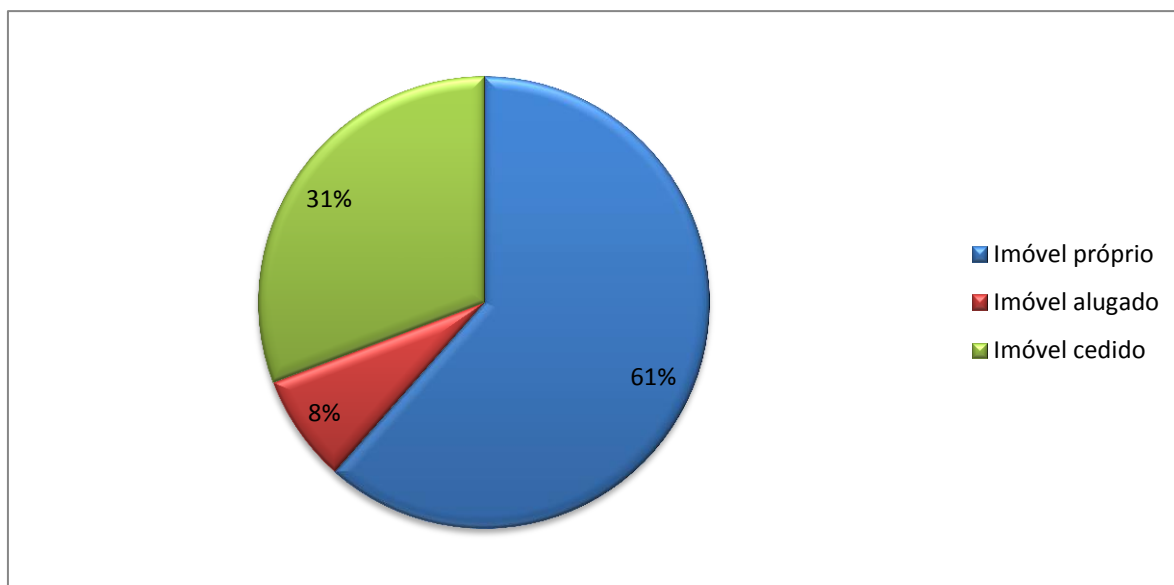
Devido à ausência de escolarização e qualificação profissional adequada, a catação é um mercado de trabalho importante para trabalhadores e trabalhadoras que estão em situação de desemprego. Para Martins et.al.,

A falta de oportunidades de inserção nesse sistema econômico os conduz à marginalização. O perfil evidenciado é o de falta de escolaridade, o desemprego e a necessidade de complementação da renda familiar. Os trabalhadores buscam na coleta de materiais recicláveis uma fonte de renda que seja capaz de manter suas famílias. No entanto, a coleta é vista com maus olhos pela sociedade urbana, que constantemente tenta excluir e afastar esses profissionais, transferindo-os para as cidades e para os bairros periféricos dos grandes centros urbanos como forma de maquiagem realidade (MARTINS, et. al., 2016, p. 88).

Os cooperados explicam que a falta de oportunidades, as condições econômicas precárias e a necessidade de garantir a subsistência pessoal ou familiar, impossibilitou o acesso ou continuidade nos estudos. Entre os trabalhadores mais jovens entrevistados, muitos demonstram o desejo de retomar sua escolarização e reconhecem esse, como o principal caminho para outras oportunidades profissionais.

No aspecto do estado civil dos catadores da cooperativa, 39% declaram-se casados, 16% solteiros, 15% separado/divorciado e 30% mora com companheiro/cônjuge, mas não são casados. Há entre alguns cooperados diferentes tipos de parentesco como esposo/a, pai, mãe, filho/a, irmã/o.

O Gráfico 3 apresenta o tipo de residência dos trabalhadores. Mais da metade mora em imóvel próprio.

Gráfico 3: Tipo de residência

Fonte: *Survey* aplicado pelo pesquisador

Em 2008 aconteceu a transferência da antiga favela São Francisco de Assis para o conjunto habitacional “José Richa”. Esse projeto de desfavelamento transferiu 142 famílias para o extremo da cidade. Deste local é que são oriundos, em sua maioria, os cooperados. Isso também explica o índice de entrevistados que declararam morar em imóvel próprio.

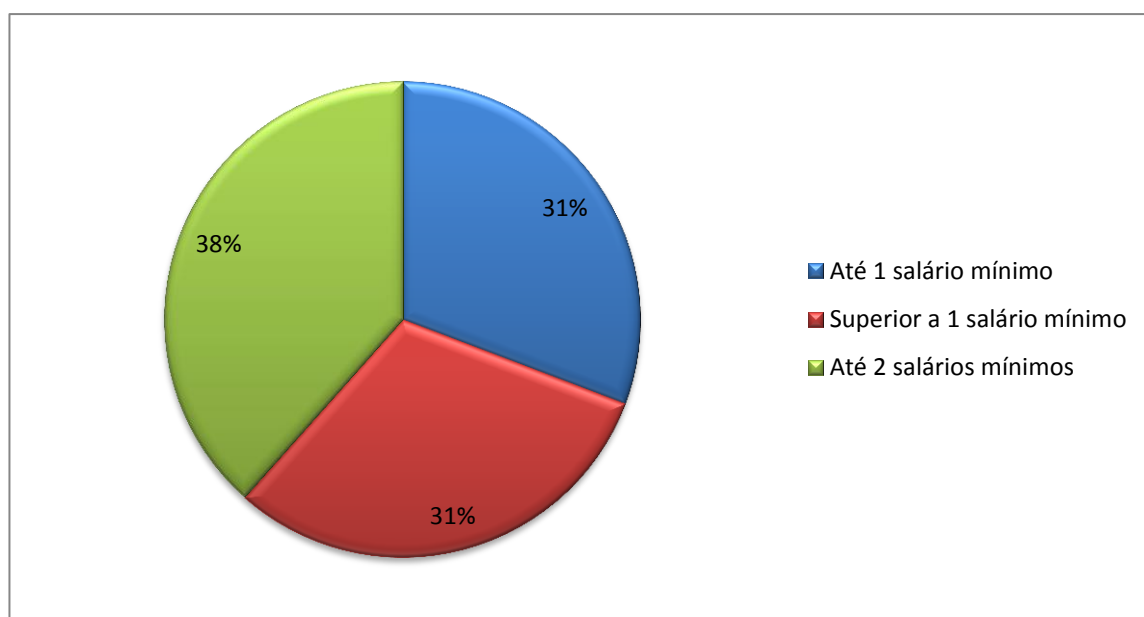
Sobre o número de pessoas que moram na residência, 8% afirmaram que são 2 pessoas, 46% com 3 pessoas, 23% com 4 pessoas e 23% com 5 pessoas ou mais. Entre os dados levantados, identificamos que 77% dos trabalhadores contribuem financeiramente com a renda da casa, tendo também auxílio financeiro de outras pessoas no imóvel. Por outro lado, 23% afirmam serem os únicos responsáveis pelo suprimento financeiro doméstico.

Ao questionarmos os entrevistados sobre quem é a pessoa com maior contribuição na renda da casa, 38% responderam ser o próprio cooperado, 8% afirmaram ser o cônjuge/companheiro, 23% declaram que o cooperado e o cônjuge/companheiro contribuem igual e 31% que os indivíduos economicamente ativos da casa contribuem igual.

Conforme analisamos nos dados da COOPERESÍDUOS no capítulo 2, os cooperados recebem mensalmente valores quase sempre abaixo do salário mínimo. A diminuição do volume de resíduos recicláveis comercializados é o principal fator para que os rendimentos mensais dos trabalhadores sejam baixos.

Ao questionarmos os entrevistados, nenhum deles declarou que exerce alguma outra atividade remunerada além da cooperativa e destes 77% não recebem nenhum tipo de benefício ou participa de programas sociais de transferência de renda. Outros 23% afirmaram receber o Bolsa Família. No gráfico 4, é possível analisar a renda mensal da família dos catadores.

Gráfico 4: Renda Mensal da família



Fonte: *Survey* aplicado pelo pesquisador

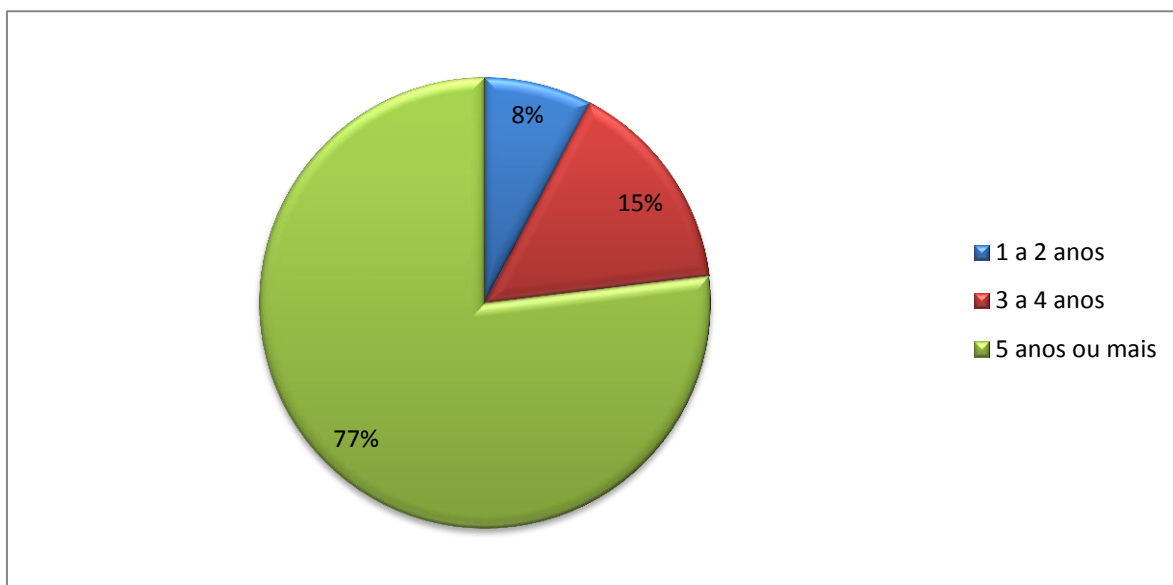
Na observação do gráfico é possível verificarmos que os trabalhadores possuem uma renda mensal significativamente baixa. Os valores adotados pelo Banco Mundial para definir a linha de pobreza é de US\$ 5,5 por dia (para países emergentes de renda média-alta, categoria a qual inclui o Brasil). Na análise dos valores de renda mensal dos cooperados, com o número médio de 3 pessoas por domicílio, pelo exercício financeiro de 2016, os trabalhadores teriam um rendimento per capita próximo da linha de pobreza.

Nesse aspecto, Dagnino e Johansen (2017) afirmam que diante do grande número de trabalhadores da reciclagem no Brasil e da sua relevância na economia, na sociedade e no meio ambiente,

[...] não deixa de ser uma contradição o fato de que, ao mesmo tempo em que o termo “sustentabilidade” está na cabeça de todos, nos discursos e também na legislação, os profissionais que trabalham com a reciclagem no dia a dia continuam apresentando piores condições de vida se comparados à população total, além do forte estigma social por estarem nesse setor de atividade (DAGNINO; JOHANSEN, 2017, p.124).

Embora os cooperados reconheçam que são pouco remunerados diante da atividade profissional que exercem, 61% dos entrevistados dizem estar muito satisfeitos em trabalhar na cooperativa e 39% satisfeitos. Nenhum deles afirmou estar insatisfeito ou pouco satisfeito. No gráfico 5, apresentamos o tempo de atuação na cooperativa.

Gráfico 5: Tempo de atuação na cooperativa



Fonte: *Survey* aplicado pelo pesquisador

Observamos que a rotatividade de trabalhadores na COOPERESÍDUOS é muito pequena, sendo que a maioria participa como cooperado desde a abertura do empreendimento.

Procuramos identificar quais são as condições de acessibilidade dos trabalhadores para comparecer à cooperativa. 80% dos entrevistados utilizam transporte coletivo urbano, e os demais, veículo próprio ou bicicleta. Nos dados coletados, descobrimos que 62% deles não possuem nenhum tipo de veículo, 23% possuem automóvel e 15% motocicleta.

Por meio dos dados apresentados nesse item, foi possível analisar que o perfil socioeconômico dos catadores que compõem a COOPERESÍDUOS se assemelha ao que se observam de modo geral, nos dados estatísticos sobre os milhares de trabalhadores brasileiros que sobrevivem da atividade de catação sejam quanto ao gênero, nível de escolarização, faixa etária, renda familiar ou condições de vida.

Na seção subsequente, iremos investigar o funcionamento da cooperativa conforme a construção das narrativas dos catadores, buscando compreender a organização do trabalho cooperativo pelo viés desses trabalhadores.

3.2 Trabalho cooperativo e relações de poder: a construção de vínculos entre os cooperados

O número de catadores que trabalham em empreendimentos associativos ou cooperativos no Brasil ainda é bastante pequeno se comparado aos que atuam de maneira autônoma, como carrinheiros, pelas ruas dos centros urbanos. As associações e cooperativas são uma forma de organizar esses trabalhadores, buscando diminuir a exploração e a informalidade a que estão submetidos, em um universo de precarização do trabalho.

São nesses espaços de economia solidária, como já abordamos no primeiro capítulo, que esses trabalhadores buscam a ressignificação da atividade com resíduos sólidos recicláveis. Entre as limitações inerentes a essa organização, está o nível de escolaridade bastante baixo, somado muitas vezes a pouca experiência no mercado formal de trabalho, dificultando a realização das questões técnicas e burocráticas que envolvem o gerenciamento dos empreendimentos associativos e cooperativos.

É importante também evidenciar que as associações e cooperativas se estabelecem por meio de um constructo de relações de poder que agem externa e internamente a elas. Para Foucault (2015), o poder,

[...] deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (FOUCAULT, 2015, p. 284).

Para o autor, o poder deve ser entendido como uma conexão flutuante, que não está em uma instituição e em ninguém, contudo, enquanto saber, se constrói em uma relação de formas e conteúdos. Foucault ainda vai além ao identificar dois fatores, que para ele,

funcionam como dispositivos no exercício do poder, sendo eles a vigilância e a punição. São nesses dispositivos em que o poder é exercido socialmente. Segundo ele,

O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles (FOUCAULT, 2015, p. 367).

Embora partindo de uma teoria mais distinta de Foucault, mas não totalmente incompatível a ele, outro clássico das Ciências Sociais, Pierre Bourdieu (2005), procurou analisar esse conceito por meio do que chamou de “poder simbólico”, que seria, segundo o autor, “necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido”. De acordo com Bourdieu, o poder simbólico “é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2005, p. 7-8).

Ambos os autores, embora advindo de uma análise ontológica e epistemológica diferentes, contribuíram para as análises sobre os sujeitos e as relações de poder por meio de perspectivas de dimensões sociológicas micro ou macro. Foucault (2015) parte do estudo do sujeito para refletir sobre a dominação entre os indivíduos, enquanto Bourdieu (2005) analisa essa dominação por meio das estruturas sociais. Ambos buscam representar a relação entre os sujeitos e existência das formas de dominação seja com o controle dos corpos nas conexões interpessoais ou grupais ou por meio dos símbolos existentes nas estruturas.

É necessário, por meio da apreensão desses conceitos, entender o espaço das cooperativas e associações, especialmente no caso da COOPERESÍDUOS, lócus de análise dessa pesquisa, como locais em que se produzem discursos e dispositivos que manifestam as relações de força, transmitem significados e carregam a identidade desses catadores.

As relações de poder e força podem ser exteriores, como na relação com o poder público de Campo Mourão ou com os próprios catadores autônomos, como demonstram os entrevistados, ou interiores, por meio da convivência entre os trabalhadores, na gestão da cooperativa e na aplicação de normas de trabalho e conduta.

Buscando conhecer o cotidiano das atividades da COOPERESÍDUOS, realizamos uma observação participante a fim de compreender o funcionamento e estrutura organizacional que ali era executado. Essa metodologia foi importante para promover uma

aproximação com os cooperados no intuito de construir uma dialogicidade entre pesquisador e pesquisados, assim como perceber nas narrativas dos entrevistados os “não-ditos” (ORLANDI, 2003, p. 82).

Entrevistamos primeiramente a Trabalhadora 1 (TR1), que atualmente ocupa a função de coordenadora e vice-presidente da cooperativa, além de ser a responsável pelas vendas. Segundo ela, já está há 5 anos como cooperada e é a única responsável pelo sustento da casa e dos dois filhos.

Ao perguntarmos sobre os problemas enfrentados atualmente pela cooperativa, TR1 diz: “O problema maior que eu acho, como eu mexo com venda, é tipo o preço. É que tem muitos catadores na rua que se atravessam na frente do caminhão da Seleta, aí vem muito pouco material pra cá” (TR1, 2017).

Não só TR1, como os demais entrevistados, apontam essa diminuição como um grande problema e o principal desafio da COOPERESÍDUOS. Esses apontamentos são evidenciados também nos dados apresentados no capítulo anterior sobre o volume de materiais recebidos nos últimos anos.

Em relação às dificuldades que a catadora enfrenta como coordenadora, ela afirma que a falta de escolarização é um fator importante.

Tem muita papelada que a gente tem que fazer, que o contador tem que fazer pra nós. Eu penso dessa maneira. A gente precisa de outras pessoas pra nós fazermos a coisa andar. Pra começar o estudo é pouco, não sei mexer no computador. Nós estava aprendendo'. Eu estava fazendo um curso lá com a Lídia. Tipo assim, eu acho o que é difícil é isso, o ensino (TR1, 2017).

Mesmo diante das dificuldades burocráticas na gestão da cooperativa, ela se considera orgulhosa de estar à frente do empreendimento. A cooperada se lembra da superação das dificuldades iniciais que foram enfrentadas, até a atual estrutura que hoje os trabalhadores dispõem. Entre os problemas, ela cita a dependência da prensa, que era emprestada do comprador de materiais, o que colocava os cooperados em uma relação de dependência, muitas vezes considerada abusiva pelos mesmos.

Atualmente as vendas ainda são feitas para esse mesmo comprador, mas conforme TR1, é realizada uma cotação de três preços e ele continua sendo o empresário que paga o melhor valor para os resíduos.

Sobre a estrutura inicial da cooperativa, a catadora diz que: “quando começou não tinha nem a mesa, era uma mesinha de madeira improvisada e uns 40, 50 beguinho só. Daí

conforme a gente foi vendendo a gente foi girando, ai às vezes vai mais, às vezes vai menos. Bom de lá pra cá mudou meio bastante” (TR1, 2017).

Em relação à separação dos materiais pela população, TR1 aponta que já foi bastante inadequada. “Vinha mais lixo do que material, hoje não, está bem, pelo tanto que vem, vem mais material do que lixo, eles estão se conscientizando bem” (TR1, 2017). Assim como a entrevistada, outros cooperados também descreveram situações em que vieram junto aos resíduos animais mortos, restos de alimentos, materiais orgânicos, lixo úmido de todos os tipos, lixo sanitário e até uma serpente viva dentro de um recipiente de vidro. Para a coordenadora, isso atrapalha bastante, mas a população já está mais consciente.

Ao ser questionada sobre as normas e regras de trabalho e conduta entre os cooperados, TR1 diz:

Tem regras. Porque se não tiver regras o negócio não vai. Por exemplo, nós colocamos uma regra de falta de três dias, você vai para a diária. Então a pessoa que falta dois dias e meio, não vai para a diária. Se nós tirar R\$ 50,00 a diária, eles vão tirar metade do que nós vamos. Colocamos essa regra para a pessoa ter um pouco de responsabilidade, porque às vezes por ser um serviço assim, que não tem muita rigidez, a pessoa se sente por conta, vem à hora que quer, sai à hora que quer. Aí não tem como. Você acaba colocando outra pessoa no lugar. A pessoa também não fica. Então a gente decidiu com o grupo e está dando certo (TR1, 2017).

O controle de frequência na cooperativa é feito pela secretária, também catadora, que registra diariamente a entrada e saída de cada trabalhador em um caderno. A cada quinze dias, quando é feito o pagamento, as anotações são utilizadas para definir os valores que cada um recebe de acordo com os dias trabalhados.

Perguntamos a TR1 sobre os possíveis conflitos existentes no ambiente de trabalho entre os cooperados. Ela afirma:

A gente conversa. Faz reunião. Quando está precisando de um chamativo ai nós chamamos a Lídia, porque tem horas que eles dizem não vou fazer esse serviço aqui, vou fazer só outro, ou eu não vou catar papelão. Eu vou só escutandinho. Daí fazemos uma reunião pra dar uma chamada geral pra quem for, ficar esperto, e funciona (TR1, 2017).

Os trabalhadores reconhecem na pessoa de Lídia uma idealizadora da COOPERESÍDUOS e uma liderança bastante atuante na gestão do empreendimento. Ficou evidente na maioria das entrevistas que ela se constitui como uma importante voz na tomada de decisões e resolução de problemas internos.

Sobre as eventuais punições aplicadas aos cooperados que não cumprem às determinações do regimento interno, TR1 nos conta que:

Na assinatura de três boletins de ocorrência é suspenso do serviço, porque se deixar por conta sai sem falar nada. A gente aqui é um grupo. Quando precisa sair tem que avisar alguém. Que nem esses dias uma menina se queimou. Meio dia pegou a mochila e saiu, a outra que estava aqui perguntou pra ela, o fulana onde você vai? Ela não respondeu. Eu perguntei se ela tinha falado, me disseram que ela nem tinha respondido, aí eu falei amanhã quando ela voltar o boletim de ocorrência vai estar aqui pra ela assinar. Mas ela tinha ido pagar uma conta e voltou. Eu falei que qualquer um precisa respeitar as regras, até eu. Não é porque a gente mexe com papel que não vai respeitar. A gente não é registrada nem nada, mas cada um tem um CNPJ. Cada um aqui paga o MEI (TR1, 2017).

O MEI a que a catadora se refere, é o Microempreendedor Individual, onde o trabalhador autônomo torna-se microempreendedor. Foi por meio da Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, que se criou a condição do trabalhador informal se legalizar para passar a ter benefícios como aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, auxílio doença e salário maternidade. Todos os cooperados da COOPERESÍDUOS aderiram ao sistema MEI como garantia de formalização de suas atividades profissionais.

Entrevistamos também o Trabalhador 2 (TR2) que além de cooperado, é o presidente da cooperativa. Ele nos conta que antes de fazer parte do empreendimento, já desenvolvia atividades com reciclagem. “Catei na rua também, com uma brasilinha velha. Minha mulher e minha cunhada catavam também. Minha cunhada tinha na casa dela um depósito dela lá, daí eu comecei a trabalhar com ela” (TR2, 2017).

O catador está na cooperativa desde a sua abertura em 2011. TR2 relembra das grandes dificuldades que já enfrentou antes de trabalhar com reciclagem. Cortador de cana, mal tinha condições para sobreviver. Ele diz que a vida hoje melhorou bastante.

Quando eu cheguei em Campo Mourão, entrei na COAMO. Os primeiros meses eram quinzenais pra receber. Daí nós comia manga. De noite buscava manga. Levantava com fome e a mulher perguntava o quê que tem pra nós comer? Eu dizia: comer manga. Daí o piá tava pequenininho. Eu dizia o que tem aí vocês fazem pra vocês. Eu me viro lá na roça. Corto cana e chupo cana. As salada de almeirão que eu acho lá eu como. Era muito difícil. Hoje aparece os cesteiro na porta da casa, vendem, prolonga os prazos pra você pagar as cestas. Antigamente não tinha isso, se quisesse tinha que trabalhar, se não, não tinha o que comer. Hoje em dia você tem na porta. Ali demora um mês, dois pra eles virem receber. Você não fica sem comer. Antes você tinha que comprar de pacotinho. Agora você compra um pacote cheio de arroz (TR2, 2017).

Sobre como é trabalhar na COOPERESÍDUOS, TR2 afirma que a renda mensal dele já foi melhor. De acordo com ele, “quando tem bastante serviço aí é melhor. [...] Até que dá pra tirar um dinheirinho bom”. Em outros anos o catador afirma ter obtido renda de mil reais em quinze dias e lembra: “quando deu dois mil quilos todo mundo ficou feliz naquele dia, mais daí de uns tempos pra cá, foi enfraquecendo um pouco” (TR2, 2017).

Perguntamos a ele qual seria a razão dessa diminuição do volume de resíduos, e assim como os demais, TR2 aponta a “concorrência” com os catadores autônomos. Todavia, ele se apresenta compassivo aos catadores ambulantes, como também já tinha sido anteriormente.

Muitos catadores na rua também que nós mesmo não podemos tira o sustento deles. Eles [o poder público] queriam fazer um projeto pra todo mundo vir trabalhar aqui. Os catadores da rua vir aqui também. Mas tem uns que não querem, não se adequam. Acham melhor catar na casa deles. Guardam pra vender por conta deles. Porque a gente mesmo não pode pagar o preço que eles pagam lá e se for pra eles vender pra nós aqui, tipo vai pagar um pouco a menos, e eles não querem. Querem ter lucro. Pra nós tirar deles também não dá. Melhor eles acharem alguém pra quem vender a contento (TR2, 2017).

Em relação à função de presidente que exerce, indagamos quais os maiores desafios enfrentados. TR2 declara que procura manter a ponderação. “Nem tudo agrada todo mundo. Eu não gosto de falar nada de ninguém. Minha filha também tá misturada. Se eu falar, tô falando dela também. Tenho que ficar quieto também nesses assuntos” (TR2, 2017).

Ser presidente, segundo ele, lhe traz algumas dificuldades como: “falar com os outros, mandar nos outros, pra mim se torna difícil. Você fala: fulano faço isso. Tá vendo que tem que fazer, passa por cima, mas não pega. O que é mais difícil é isso aí”. Na ocasião ele revela seu desejo de abdicar do cargo: “até falei pra Lídia, não quero ser presidente nada não. Ficar mandando os outros aí. Cada um sabe o que tem que fazer” (TR2, 2017).

Grávida de 7 meses na ocasião da entrevista, a Trabalhadora 3 (TR3), nos conta que até duas semanas atrás, vinha para a cooperativa de bicicleta. Aguarda a chegada do segundo filho, agora, segundo ela, um menino. Acompanhando a rotina de trabalho da catadora, percebemos sua dificuldade em executar algumas atividades, sendo auxiliada pelas demais colegas. Ela reconhece que o ambiente é insalubre e pode ser prejudicial a sua gestação. Declara que irá se afastar do trabalho nos próximos dias, mesmo sem licença médica ou salário maternidade, que segundo TR3, irá receber “só depois que o nenê

nascer. Eu me programei já, guardei um dinheiro para os dois meses que vou ficar afastada, até receber o INSS, se é que eu consiga receber, porque esse INSS eles demoram um pouquinho pra gente” (TR3, 2017).

A cooperada de 56 anos, Trabalhadora 4 (TR4), nos diz ser analfabeta. “Nunca estudei. Apreendi a escrever o meu nome através desse serviço aqui”. Somente ela trabalha em sua casa. O marido, ex-catador, recebe um auxílio-doença. A filha mais nova, que também mora com a família, também é doente. A renda do benefício “é pra comprar os remédios pra ele, e pra menina” (TR4, 2017).

A catadora afirma que trabalha na COOPERESÍDUOS desde sua abertura em 2011. “Foi através da lista de nomes que eles estavam fazendo para completar as pessoas para poder abrir à cooperativa. A Promoção Social que fez uma lista pra ver se conseguia, graças a Deus que conseguiu” (TR4, 2017). O trabalho principal que ela desempenha é o de separação dos resíduos na mesa. Antes de ser cooperada, trabalhava como catadora nas ruas.

O antigo carrinho que acompanhava TR4 é guardado ainda como uma lembrança dos tempos de catação na rua. “Eu tenho o carrinho ainda, está com a minha irmã. Eu entrei trabalhar aqui dai eu emprestei pra ela, só que eu não me disponho dele, eu tenho dó dele. Foi o meu servicinho que eu ganhava o meu ganha pão de cada dia. Então eu tenho dó de me dispor dele” (TR4, 2017).

A Trabalhadora 5 (TR5) assim como TR4, também era catadora nas ruas de Campo Mourão antes de vir para a COOPERESÍDUOS. Com 26 anos, estudou somente até o 6º ano do Ensino Fundamental. Sobre a diferença entre o trabalho das ruas e da cooperativa, ela aponta que,

Na rua você não tem tanta certeza do que você vai ganhar. Quando está chovendo você não pode sair com o carinho. Como é que vai sair de baixo de chuva. Aqui não né. Pelo menos além de você ter um serviço fixo, você pode contar com dinheirinho a cada 15 dias. Você trabalha sossegado, livre de sofrer um acidente na rua (TR5, 2017).

A jovem diz que na cooperativa ela se sente reconhecida e que além da renda mensal, há outros benefícios. “As pessoas reconhecem a gente. [...] Através da Lídia também conhecemos bastante pessoas que estão vindo ajudar a gente. Consegui até participar de um curso de computação para poder mexer com os papeis porque eu não sabia mexer com o computador” (TR5, 2017).

Outra cooperada, a Trabalhadora 6 (TR6), também comenta sobre esses benefícios: “tem dentista, oculista, ginecologista, duas colegas fizeram laqueadura através da cooperativa. O que a gente precisar a gente consegue” (TR6, 2017).

É possível perceber nas narrativas dos cooperados, que o acesso a outros serviços, como na área da saúde, por exemplo, por meio da cooperativa, serve como um atenuante para o baixo valor de renda mensal obtido com os trabalhos de reciclagem no empreendimento.

O Trabalhador 7 (TR7), com 39 anos, tem apenas o 3º ano do Ensino Fundamental de escolarização, o cooperado também já atuou na reciclagem como carrinheiro nas ruas do município. Há pouco mais de um ano na cooperativa, achou inicialmente que não acostumaria com a rotina de trabalho. Atualmente é um dos responsáveis por abastecer a mesa com os materiais para a separação.

Segundo TR7, a maior dificuldade pelo qual passou na COOPERESÍDUOS, foi à época em que os materiais depositados pelo caminhão da coleta seletiva ficavam ao ar livre. “Quando não tinha cobertura, nós tínhamos que trabalhar na chuva, no sol. Agora a está tudo bem, não tem mais essa dificuldade” (TR7, 2017).

Também entrevistamos a Trabalhadora 8 (TR8). Filha de uma catadora, aprendeu desde muito cedo o ofício da catação. Ainda quando criança, acompanhava a mãe nas atividades de coleta pelas ruas de Campo Mourão. O material recolhido era separado em casa para ser posteriormente vendido. Sem concluir o Ensino Médio, a cooperada conta porque não conseguiu prosseguir com os estudos.

Eu parei de estudar para poder trabalhar. [...] Antes de começar a trabalhar aqui, eu já trabalhei num lava-car. Eu chegava muito tarde em casa, daí não dava pra mim ir para o colégio. Chegava muito cansada também. Aí eu peguei e desisti um pouco por causa disso. Mas já me chamaram para voltar estudar (TR8, 2017).

Já a Trabalhadora 9 (TR9), de 22 anos, também fala sobre sua escolarização: “Nunca estudei. Eu só sei escrever o meu nome, mas bem mal”. Há dez anos em Campo Mourão, a cooperada nunca trabalhou com reciclagem até estar na cooperativa. Era costureira em uma empresa de fabricação de roupas. Seu desejo é poder se alfabetizar. “Eu tenho vontade de voltar a estudar, eu só sei escrever o meu nome. Isso eu sei. Não sei fazer conta, esse tipo de coisa assim” (TR8, 2017).

A catadora reconhece que a falta de instrução é um fator limitador para não ter outras oportunidades de trabalho. Desta forma, TR9 afirma na entrevista que, “gostaria

assim de trabalhar em um serviço que registrasse. Como eu não tenho estudo, pra gente é difícil de arrumar um serviço, sabia? Pra quem não tem estudo é difícil. Ai você vai assim, ai perguntam: estudou? Não. Daí né? (TR9, 2017)”.

Por intermédio das narrativas apresentadas, foi possível analisar as relações de trabalho e as percepções dos cooperados sobre as atividades que desenvolvem na COOPERESÍDUOS. Evidenciamos as dificuldades apontadas por esses trabalhadores como as questões de renda insuficiente, a baixa escolarização e os desafios que se impõe a eles na busca das condições básicas de sobrevivência.

Percebemos que o espaço da cooperativa se constitui também como um campo de forças e um local de resistência por parte de seus integrantes. O gerenciamento e a manutenção do funcionamento desse empreendimento perpassam os desafios da capacitação e qualificação adequada dos cooperados e também da dependência de recursos do poder público, que não atua adequadamente para fortalecê-lo.

No próximo item desse capítulo, abordaremos a construção das identidades dos catadores na atividade de reciclagem por meio das identificações que indivíduos fazem de si, e das que são construídas enquanto grupo. Pautaremos nossas análises na utilização das entrevistas realizadas com os cooperados.

3.3 Trabalho cooperativo e a construção de identidades: “eu não sou um trabalhador do lixo”

Chegamos ao encaminhamento da pesquisa na problemática que deu origem a essa investigação: que identidades são construídas pelos catadores da COOPERESÍDUOS nas atividades com resíduos sólidos por meio da relação com o cooperativismo? Por meio das entrevistas com os catadores da cooperativa, buscamos analisar nas narrativas, como esses trabalhadores se identificam com a atividade da reciclagem. O que representa a eles ser um profissional que atua com resíduos sólidos em um empreendimento de economia solidária.

Ao longo dos capítulos anteriores, abordamos que de maneira geral, no país, a atividade catação é vista como um subemprego pela sociedade, embora tenha havido um aumento nas duas últimas décadas, das políticas públicas para inclusão e formalização dos trabalhadores. Muitas vezes a identidade desses indivíduos acaba se moldando ao produto do seu trabalho, principalmente por uma determinação social.

Nas análises construídas no 1º capítulo, procuramos compreender como as identidades são ressignificadas pelos sujeitos ou pelos grupos, no que Castells (1985) denomina “identidade de resistência”. Ao buscar esse reconhecimento enquanto categoria profissional, seja por meio da organização de empreendimentos associativos e cooperativos, ou em movimentos sociais como o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), se estabelecem novas “estratégias” e “táticas” (CERTEAU, 2014), na superação da estrutura social e das forças de atuação sobre esses trabalhadores.

De acordo com Williams (2011), é possível romper com os processos hegemônicos que são incorporados, organizados e vividos socialmente. São nas “formas alternativas” e “opositoras” que novas práticas e significados podem ser estabelecidos. Para o autor, nenhuma hegemonia é absoluta. “[...] Suas próprias estruturas internas são muito complexas e devem ser renovadas, recriadas e defendidas de forma contínua; pelo mesmo motivo podem ser constantemente desafiadas e, em certos aspectos, modificadas” (WILLIAMS, 2011, p. 52).

Não diferente de outros trabalhadores da reciclagem do país, os cooperados da COOPERESÍDUOS buscam também, a sua maneira, romper com as relações de força que os marginaliza. É possível dizer, que há também um movimento externo de alguns segmentos sociais do município, que se envolvem para que isso aconteça.

Concordamos com Bosi (2015), ao afirmar que os catadores são uma categoria profissional com menos recursos políticos e culturais, o que atrapalha a superação das suas dificuldades e a sua organização. Para o autor, contudo, esses trabalhadores, “continuam se apertando entre os poucos espaços que encontram, tentando abri-los na esperança de que tais lugares se tornem horizontes para eles” (BOSI, 2015, p. 167).

É nesse possível horizonte que os cooperados buscam o seu reconhecimento profissional, e principalmente, a dissociação de sua atividade com conceito de “lixo”. É importante destacar que nas suas narrativas, é evidente que estar associado ao trabalho com lixo incomoda esses trabalhadores. Percebemos aqui uma questão identitária que se manifesta, sobretudo, porque o termo carrega consigo a conotação de inservível, de algo sujo, sem importância.

No *survey* aplicado, perguntamos aos cooperados se já haviam sofrido algum tipo de discriminação/preconceito, em qualquer momento, por ser um trabalhador da reciclagem. Dentre as respostas obtidas, 15% responderam afirmativamente e 85% que não

sofreram. Dos catadores que afirmaram ter passado por algum tipo de situação, percebemos que se referem a sua atividade como autônomo, nas ruas do município de Campo Mourao, antes de fazerem parte da cooperativa.

Na rua, esses trabalhadores não só se sentiam, como estavam mais vulneráveis a sofrer algum tipo de violência e principalmente, se encontravam expostos aos olhos da sociedade. Já na cooperativa, há de certa forma um “anonimato” desses catadores e uma sensação de proteção enquanto desenvolvem seu trabalho.

Outro questionamento que fizemos, foi se algum deles presenciou ou sabia de algum colega da cooperativa, que em algum momento, havia sofrido discriminação/preconceito por ser um trabalhador da reciclagem. Dentre as respostas, 17% dos entrevistados declararam que sim e 83% disseram que não. Dentre os que afirmaram, foi possível perceber que se tratava de situações vividas pelos familiares que trabalhavam como autônomos na reciclagem.

Para aprofundarmos nossa investigação sobre a identidade desses catadores, fizemos a eles o seguinte questionamento: “Você se declara como um trabalhador da reciclagem?”. Todos responderam que sim. Seguimos questionando: “Você sente vergonha/constrangimento por ser um trabalhador da reciclagem?”. Todos os entrevistados disseram que não. Mudamos na sequência essa indagação para: “Seus colegas sentem vergonha/constrangimento por ser um trabalhador da reciclagem?”. Neste quesito, 77% responderam que não e 23% responderam que sim.

Diante desses números que pareciam ser incoerentes, buscamos nas narrativas dos cooperados uma resposta para esses dados. Ficou evidente que ninguém quis declarar que sente vergonha ou constrangimento pela atividade que desenvolve, mas que os colegas percebem uns nos outros esse sentimento.

Na entrevista realizada com a TR1, que é a coordenadora da cooperativa, perguntamos o que representava ser uma trabalhadora da reciclagem. Ela afirma:

Eu me sinto orgulhosa, porque eles falam: vai lá e procura a TR1 porque é ela que tá no comando. [...] Se eu estou na coordenação e na vice-presidência, é porque tem alguém que acha que eu sou responsável. [...] Nunca me imaginei fazendo isso não, porque eu não tenho nem a 5ª série terminada. Não imaginaria não (TR1, 2017).

Diante disso, torna-se evidente em sua narrativa, que a catadora sente um empoderamento pessoal ao ser responsável pelas questões administrativas e burocráticas e estar como uma liderança diante do grupo de cooperados.

Para TR1, existe preconceito com os trabalhadores da reciclagem, pois a mesma afirma que isso é demonstrado no olhar e no tratamento que os catadores recebem de algumas pessoas. Contudo, aponta que, “a gente é como um trabalhador qualquer. Como um serviço normal”. Também faz questão de afirmar: “tem muita gente que fala que a gente mexe com o lixo. Eu falo que nós trabalhamos com resíduos sólidos. Já tirou do lixo. Agora não falam mais: vai lá onde está o lixo. Eles falam: vai lá onde tem os resíduos sólidos. Mudou até o nome um pouco” (TR1, 2017).

Quanto à predominância de mulheres na cooperativa, TR1 traz a seguinte justificativa: “Eu acho que a mulher se interessa mais por esse trabalho. [...] Porque já teve vários homens que passaram por aqui. [...] Eles entram, [...] aí vem uma quinzena, tipo assim, fizemos uma venda na sexta, na segunda não aparece mais. [...] A mulher é mais tihosa” (TR1, 2017).

Ao falar sobre seus projetos de vida, a catadora se mostra resignada: “Eu acho que já tá bom do jeito que tá. Não adianta a gente sonhar. Sonhar a gente não consegue. A gente tem que ter o pé no chão” (TR1, 2017). TR1 nos conta que gostaria de atuar em outra profissão. No entanto, reconhece que não tem oportunidades e que a baixa escolarização dificulta novos espaços de trabalho.

O cooperado TR2, que também é o presidente da cooperativa, sofre com problemas relacionados à coluna que o fizeram ser demitido do último emprego, em uma empresa de construção civil. Na COOPERESÍDUOS, mesmo com os problemas de saúde, é o responsável por abastecer as mesas com materiais para separação. Para ele, ser um trabalhador da reciclagem é muito importante. “Pra mim é tudo, essa é minha vida. Tem gente que ignora, eu não” (TR2, 2017).

O catador afirma que não sente nenhum constrangimento em atuar profissionalmente com reciclagem, mas relata que isso acontece entre os demais cooperados.

Eles falam TR2, nós precisamos sair catar na rua. Eu saio tranquilamente. Eu minha filha, as outras aí saem. Nem todos daqui vão. Nas festas que tem, eventos, esses negócios aí, nós pega e vai. [...] Somos em 14 tudo aqui. Só que vai daqui é só 6. O resto tem vergonha de queimar a cara lá. Catar latinha. Nós vamo representar à cooperativa. [...] Eu me orgulho até de ser um trabalhador da cooperativa. Não tô fazendo nada de errado. Eu acho né, tem uns que ignoram. [...] Se eu tirar dez real daqui tá bom. Sei que já vai um pacote de arroz pra casa. Minha mãe falava assim: se você ganhar pra um pacote de sal já está bom, porque aquele sal você não vai comer tudo de uma vez, né? Vai dar pra bastante dia (TR2, 2017).

Os eventos que ele se refere são promovidos muitas vezes pela COAMO e também os cooperados participam da Festa do Carneiro no Buraco, que ocorre anualmente em Campo Mourão. Neles, os catadores recolhem materiais durante o evento, que possam ser recicláveis. Como há obrigatoriedade do uso do uniforme da cooperativa, muitos trabalhadores optam por não trabalhar nessas ocasiões.

O TR2 nos conta que já sofreu preconceito quando trabalhava como catador nas ruas do município.

Uma vez nós tava catando eu e minha mulher na rua. Eu trabalhava na firma lá. Chegava cinco horas, cinco e pouco. Aí eu tinha e tenho uma bicicleta e uma carretinha. Eu engatava aquela carretinha atrás da bicicleta. Saía eu e a mulher catar latinha de noite. Aí chegamos numa casa lá pra baixo. O homem xingou nós. Nós não falamos nada. A minha mulher disse: não fale nada. Eu disse: então tá bom. Ele disse que não era nem pra nós chegar ali, nem tá mexendo. Nós tínhamos acabado de chegar. Ele disse: se mandem dai, você vem aqui só arregaçar as sacolinhas, virar o lixo. Nós falamos que tinha acabado de chegar ali. Ele disse: não quero saber, se mandem daí. Pegamos e viramos a bicicleta e fomos embora (TR2, 2017).

O cooperado espera muito melhorar de vida, todavia, sente-se satisfeito em trabalhar na COOPERESÍDUOS. Em suas palavras: “aqui tá bom. Enquanto eles quiserem, eu aqui fico tranquilo” (TR2, 2017).

Para a Trabalhadora 3 (TR3), a reciclagem é um ofício de família. Pai, mãe, irmãos, tios, também atuam como catadores. Bem diferente da rotina de recepcionista, em um consultório odontológico, que ela tinha antes de vir para a cooperativa, TR3 enfrenta as atividades de separação de materiais com certo bom humor, mesmo gestante.

De acordo com TR3, o trabalho é gratificante, “porque não é tipo não só a mim que está me ajudando o dinheiro que sai aqui. Ajuda lá fora outras pessoas”. A catadora alega que não há reconhecimento dessa atividade por uma parte da sociedade e acrescenta: “a gente que mexe aqui, a gente tá mantendo a cidade limpa. [...] Não tenho vergonha de falar pra ninguém que eu trabalho aqui” (TR3, 2017).

Embora a cooperada não sinta constrangimento com o seu trabalho, cita que isso ocorre entre seus colegas, principalmente na participação em eventos. “Tirando cinco, o resto, ninguém sai pra trabalhar fora. Eles têm vergonha. Principalmente quando a gente vai cobrir as festas”. Nessas atividades ela afirma que há reações diversas do público presente. “Tem gente que é tranquilo. [...] Nunca ninguém chegou e falou assim: ah vocês

não passa aqui. Tem gente que olha com nojo”. Ela considera essa participação importante para a cooperativa. “Até a gente fala que se nós não tivesse saído, nós não tinha as ajudas que temos aqui, porque foi a partir de nós começar a sair fora e a mostrar nosso serviço. Tinha gente que nem conhecia, nem sabia que nós existia” (TR3, 2017).

Conforme TR3, o uso de uniforme é obrigatório nos eventos em que participam, para identificação dos trabalhadores. “A gente até usa uniforme, avental. Se precisar colocar chapéu, a gente põe. Que nem a festa que a gente vai nesse final de semana agora, a gente tem que trabalhar de uniforme e avental, então de boa” (TR3, 2017).

Perguntamos a catadora quais seriam seus projetos de vida e expectativas para o futuro, e ela diz que se encontra satisfeita. Seus maiores objetivos eram voltar a trabalhar, adquirir sua casa própria e ser mãe de mais um filho. Ao conseguir alcançar esses desejos ela comenta: “não parei para pensar nos meus sonhos. [...] Eu acho que é até injusto pensar em outras coisas, em sonhar de novo” (TR3, 2017).

A Trabalhadora 4 (TR4), em sua entrevista, nos fala que o trabalho na cooperativa é muito importante em sua vida e está muito satisfeita com as atividades que desenvolve. Sempre participando dos eventos em que os cooperados são convidados a estar, ela comenta que inicialmente tinha vergonha de ir. “Quando a dona Lídia vinha e falava: precisa trabalhar em tal lugar. Há, mas nós temos vergonha Lídia. Nós vamos de sapatão [coturno]. Tá certo que é o uniforme da cooperativa que nós vamos”. Ao comparecer para trabalhar nesses eventos, TR4 afirma que atualmente já superou o sentimento de vergonha. “As pessoas recebem a gente tão bem. A gente tá passando com as bacias, era só engano, as pessoas já vinham ali colocando as coisas” (TR4, 2017).

Quando questionada sobre seus projetos de vida e expectativas futuras, TR4 destaca que seu maior objetivo era o pagamento da casa própria.

Eu nem sei sabe, eu pensava: a minha casa eu tenho. [...] As pessoas vinham e perguntavam: como que você vai pagar a tua casa? Naquela época era eu e o meu marido trabalhando na reciclagem. Eu dizia: com o suor do meu trabalho. E graças a Deus eu consegui. Eu pegava o Bolsa Família, daí paguei a minha casa com esse dinheiro. Quando eu terminei de pagar a minha casa, o meu marido conseguiu o benefício e cortou o Bolsa Família. Falei: ah, está bom. Agora eu estou trabalhando e ele tem o dinheiro dele pra pagar os remédios. A minha casa eu já paguei. É a única coisa que eu pensava. Tá certo que não aumentei, mas está bom né? (TR4, 2017).

Em relação a exercer outra profissão, TR4 respondeu que sua maior dificuldade é não ser alfabetizada. “Até que eu gostaria né? Mas essa profissão está muito boa, sabe. A

gente não vai conseguir porque não tem estudo. Pra trabalhar tem que preencher um currículo (TR4, 2017).

A Trabalhadora 5 (TR5), antes de vir para a cooperativa, trabalhava em safras agrícolas sazonais e depois, foi para as ruas de Campo Mourão recolher materiais para vender nas empresas de reciclagem. Filha de catadores, ela diz sentir orgulho da atividade que desenvolve como cooperada. De acordo com TR5, atualmente ainda há bastante discriminação da sociedade com esses trabalhadores. “Tem uns ainda que valorizam o serviço de quem cata na rua, agora tem outros que não dão a mínima. [...] Eu acho que tem que ser mais demonstrado, mais valorizado pelas pessoas. Porque as pessoas não dão valor para quem mexe com material reciclável” (TR5, 2017).

Quando questionada sobre se sentir discriminada por ser catadora, TR5 diz que isso ocorre às vezes nos eventos em que os cooperados participam. “Quando nós vamos lá nessas festinhas. Mas eu não ligo”. Já quanto aos colegas que se sentem envergonhados em trabalhar com a reciclagem, a catadora afirma: “Tem uns aí que tem. Mas está trabalhando aqui. Eu acho que no caso, não deveria se sentir envergonhado né? Porque é através da vergonha que eles estão levando o dinheirinho deles pra casa (TR5, 2017).

A cooperada nos conta que gostaria de atuar um dia como enfermeira. Sua maior expectativa é conseguir ter sua própria casa. Ela diz que embora tenha grandes dificuldades com a disciplina de Matemática, tem vontade de retomar os estudos. “Mais pra frente quando as minhas meninas estiverem maiorzinhas, que não precise ficar dependendo dos outros pra ficar com elas, ai eu vou voltar a estudar sim” (TR5, 2017).

O Trabalhador 7 (TR7), antes de vir para a COOPERESÍDUOS, trabalhou nas ruas como catador. Ele afirma que se sente orgulhoso de ter essa profissão e que a vida melhorou bastante depois de vir para a cooperativa. “Se não fosse esse serviço aqui, eu estava catando na rua e na rua hoje em dia não está dando nada, é muito papeleiro” (TR7, 2017).

O cooperado conta que gostava muito de trabalhar nas ruas, mas que como carrinheiro, sofreu muita discriminação e preconceito pela atividade que exercia. Segundo TR7, houveram muitas situações em que enfrentou agressões verbais durante esse período, conforme afirma:

No meu caso já aconteceu de muitas mulheres xingarem a gente. Muitas pessoas deixam as sacolinhas de qualquer jeito. Não é todo mundo que faz isso, que nem no meu caso, o que dava pra eu pegar eu pegava. Um dia uma senhora me xingou. Eu disse que não era culpado, porque nem todo mundo faz isso (TR7, 2017).

Dentre todas as circunstâncias que enfrentou nas ruas, o que mais marcou a lembrança do catador, foi uma abordagem policial que sofreu por suspeita de furto. Ele conta que foi parado por dois policiais que queriam que ele descarregasse todo o seu carrinho para mostrar que em meio aos materiais coletados, não havia nada que fosse roubado. Sobre isso ele conta:

Teve uma vez que até a polícia quis revirar o meu carrinho na rua achando que tinha coisa roubada, por causa de duas papeleiras que iam fazer coisas erradas. Eu falei pra eles: pode revirar o carrinho, aqui não tem nada roubado. Eu vivo do meu suor, eu não vou catar papel pra ficar na rua. Porque não tem nada roubado. Eu falei mesmo, porque não tinha nada roubado. Eu sempre catei papelão, o que tiver ai é tudo é tudo ganhado do meu suor. Dai um olhou pro outro e disseram: o rapaz deve estar falando a verdade. Mas claro que eu tava falando a verdade. Os caras iam revirar o meu carrinho se não tinha nada (TR7, 2017).

Por intermédio da irmã, TR7 entrou na cooperativa em 2015, deixando seu carrinho para trás. O trabalhador afirma que os ganhos como catador autônomo eram maiores, mas que na cooperativa, tem uma relação de amizade e companheirismo muito grande com os outros cooperados. A COOPERESÍDUOS passou a representar para ele um local de trabalho abrigado da chuva e do sol, com a garantia de recebimento quinzenal dos valores referentes ao material comercializado nesse período.

A Trabalhadora 8 (TR8), considera que a atividade com resíduos sólidos realizado na cooperativa é muito relevante e que ainda a sociedade não faz a distinção correta dos conceitos de lixo e material reciclável. “A gente faz um pouco a diferença, porque nem todo mundo tem coragem de vir trabalhar com reciclável. As pessoas julgam muito porque falam que é lixo, mas na verdade não é lixo, porque tudo que é reciclável pode ser utilizado novamente” (TR8, 2017).

A catadora afirma que muitas vezes, por discriminar e não compreender o trabalho dos trabalhadores da reciclagem, o material que chega até a cooperativa não vem de forma adequada. “Vem muito lixo na reciclagem, as pessoas às vezes acham que você trabalha com lixo, não é lixo” (TR8, 2017).

Para a Trabalhadora 9 (TR9), o trabalho na cooperativa foi uma oportunidade de garantir sua sobrevivência. Ela relata enfrentou algumas dificuldades de adaptação inicialmente, por não saber a classificação correta dos materiais. A solidariedade e o companheirismo dos demais cooperados foram significativos nesse processo. Apesar de se sentir orgulhosa com essa atividade, não se sente confortável em trabalhar nos eventos em

que são convidados. Sobre isso, TR9 declara: “quando a gente vai trabalhar nas festas, catar latinha, tem muita gente que olha na gente com uma cara assim, parece que com nojo da gente, sei lá” (TR9, 2017).

A Trabalhadora 10 (TR10), iniciou suas atividades com reciclagem na cidade de Curitiba, junto com o marido e os filhos. Ao retornar para Campo Mourão, onde já havia morado, a catadora foi trabalhar como doméstica. Há dois anos tornou-se cooperada e trabalha junto com as demais colegas, na mesa de separação. TR10 conta de durante os últimos meses o único rendimento financeiro doméstico era o que conseguia na cooperativa. O marido desempregado, conseguiu há poucas semanas, um trabalho temporário de três meses em uma safra agrícola.

Embora declare estar satisfeita em estar na COOPERESÍDUOS, ela afirma que já foi criticada por outras pessoas por estar ali.

Ah sei lá, não sei como te explicar. Eu acho que tem gente que não acha que é serviço né? [...] Muitas vezes eu falo, pra quem não entende, que isso não é lixo, mas pra mim é um serviço normal. [...] Mas não me atinge em nada. Porque quem trabalha em todos os serviços é digno. Claro que não é um serviço fácil como você vê, mas é um serviço. É daqui que a gente tira o sustento da gente (TR10, 2017).

Sobre seus projetos e expectativas para o futuro, a catadora revela que sua grande preocupação é melhorar sua condição financeira. Sendo a maior responsável pelo sustento familiar, ela teme pela garantia de sua sobrevivência. Com 49 anos e apenas o Ensino Fundamental Incompleto, ela reconhece que as chances de conseguir uma melhor colocação no mercado de trabalho são pequenas.

Por meio das narrativas dos trabalhadores da COOPERESÍDUOS, foi possível analisar que existe uma identidade de pertencimento ao grupo, da mesma forma que há uma “identidade de catador” enquanto sujeito, que recebe influências da mesma forma que influencia também os demais.

Os catadores compreendem que a sua profissão é permeada por conotações de marginalidade e segregação. Ao mesmo tempo em que há essa compreensão, surgem os mecanismos de resistência dentro dos discursos pessoais e coletivos, como uma reação a essas conotações, a fim de se impor uma nova percepção social sobre a atividade de catação.

Há uma identidade própria em ser cooperado, diferente daquela construída junto aos carrinhos que percorrem as ruas por meio do trabalho autônomo. A cooperativa se

revela como um espaço de empoderamento pessoal que garante não só a sobrevivência, mas também benefícios que são conquistados no dia-a-dia como foi declarado pelos entrevistados.

Existem os mecanismos de controle internos, aos quais esses trabalhadores foram se adequando ao longo do tempo em que estão ali. A cooperativa se constitui como um lugar de relação de poder também. Nas decisões tomadas, os trabalhadores se dizem se sentir representados e ouvidos pelos demais. Os cooperados, ao seu jeito, construíram seus mecanismos de controle e organização do empreendimento, buscando, de forma solidária, garantir que o grupo se torne homogêneo e os projetos coletivos sejam alcançados.

Esse capítulo buscou percorrer a COOPERESÍDUOS por meio das narrativas que vem do “lixo”, onde os “catadores da sobrevivência” buscam em meio à diversidade de resíduos sólidos que chegam todos os dias ali, encontrar formas de garantir sua sobrevivência, saindo do processo de informalidade, tendo a garantia de direitos trabalhistas. Acima de tudo, a cooperativa se coloca como uma alternativa de economia solidária diante da organização do mercado e do capital.

Superar o discurso do trabalho com lixo enquanto rejeito, tem sido uma prevalência não só dos catadores cooperados, mas também de agentes externos que buscam o fortalecimento desse empreendimento. Ao trazer consigo as implicações da marginalidade da atividade de catação, esses trabalhadores, ao declarar: “não sou um trabalhador do lixo”, querem ressignificar sua existência e a sua profissão, por meio de uma nova identidade individual e de classe alterando o estigma de invisibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gostaríamos de tecer algumas considerações ao término dessa pesquisa, a partir do que nos levou até ela: o jovem que em 2015, em uma pequena associação de catadores, hoje já extinta, que não quis ser identificado em uma foto como trabalhador da reciclagem, por temer a exposição de sua imagem diante de seus colegas que desconheciam o ofício que ele exercia.

Aquele momento se tornou o gérmen de uma investigação que procurava analisar como os catadores construía a sua identidade individual e de grupo, por meio de um empreendimento associativo/cooperativo e quais narrativas existiam nas histórias de vida que se forjavam em meio aos detritos urbanos.

Embora o lócus de pesquisa não tenha sido o mesmo que motivou o desenvolvimento inicial dessa dissertação, ao escolhermos a Cooperativa Resíduo Solidário (COOPERESÍDUOS), em Campo Mourão/PR, como objeto de nossas análises, a problemática preliminar foi a impulsora na escolha da metodologia adotada na construção de todas as etapas investigativas que se sucederam a partir desse contexto.

Inicialmente, procuramos nos cercar de um arcabouço teórico que nos auxiliasse na compreensão de algumas categorias e conceitos importantes como cooperativismo, economia solidária, reciclagem, memória e identidade. Diversos autores, no decorrer do primeiro capítulo, auxiliaram-nos a perceber esses conceitos, não como algo estanque e objetivo, mas como construções subjetivas, que juntas deram conta de um referencial importante que norteou o texto ao longo dos capítulos seguintes.

Conhecer e analisar o marco legal que se estabeleceu ao longo das duas últimas décadas no Brasil, no estado do Paraná e em Campo Mourão, resultou, no segundo capítulo, em uma percepção de como as políticas públicas foram sendo construídas, até mesmo por meio da iniciativa de movimentos sociais e organizações de catadores, para tornar esse ofício reconhecido enquanto profissão, e mais do que isso, aprofundar a pauta de discussões sobre as condições que esses trabalhadores estavam submetidos no processo de marginalização e exclusão do mercado de trabalho formal.

A constituição da COOPERESÍDUOS em 2009, por meio da iniciativa da sociedade civil organizada e do poder público do município de Campo Mourão, foi uma alternativa encontrada para a retirada de trabalhadores da situação de insalubridade a que

estavam expostos no antigo lixão e também nas ruas com seus carrinhos, buscando materiais que pudessem ser comercializados e resultassem em condições de renda e sobrevivência.

A cooperativa passa a ser vista como um espaço de resistência em duas posições. Por um lado, os catadores autônomos que se recusavam a fazer parte do empreendimento por conta das regras a serem cumpridas e da renda dividida entre os seus cooperados, cujo valor seria muitas vezes inferior ao que o trabalho como carrinheiro nas ruas resultaria. Por outro lado, há a resistência dos trabalhadores da cooperativa, tendo que enfrentar a insuficiência de atuação do poder público para fortalecer o trabalho dos cooperados, a falta de consciência de parte da população em não separar e destinar adequadamente seus resíduos domiciliares e a concorrência com os catadores autônomos, que recolhem parte dos materiais que possivelmente seriam encaminhados à cooperativa por meio da coleta seletiva.

O perfil dos cooperados entrevistados corroborou com o resultado de outras pesquisas acadêmicas já realizadas sobre a mesma temática, contudo, em outros contextos, assim como com os dados estatísticos de pesquisas desenvolvidas por órgãos públicos oficiais de levantamento de informações.

Por meio desse perfil, identificamos a baixa escolaridade, a ausência de qualificação profissional, condições de renda insuficientes para atender as demandas básicas de subsistência e a pouca perspectiva de melhoria das condições pessoais de vida, levando esses trabalhadores a não ter ou fazer pequenas projeções para o futuro.

Contudo, mais do que dados quantitativos ou dados a serem projetados em gráficos e tabelas, que foram também relevantes, essa pesquisa procurou analisar o que representa para esses catadores ser um trabalhador da COOPERESÍDUOS, quais narrativas e vivências se apresentam por meio dos fragmentos de memória coletados no decorrer das nossas entrevistas.

A cooperativa se constitui como um espaço de segurança em diversos aspectos: seja como um empreendimento que garante renda familiar mensal, na formalização das relações de trabalho, na proteção contra as circunstâncias que as ruas apresentam na atividade de catação autônoma, ou também como um local em que a identidade de trabalhador da reciclagem não se encontra exposta ao escrutínio do restante da sociedade.

Esses trabalhadores se declarando ou não como catadores, participando com seu uniforme de cooperado nos eventos ou optando por não participar dos mesmos, constroem

a seu modo, a sua identificação com a atividade que desenvolvem. Contudo, para todos eles, é evidente que essa atividade ainda é vista como degradante pela sociedade e que ser um catador representa também carregar consigo o estigma da marginalização, do preconceito e da miscigenação da representação do indivíduo com o objeto de seu trabalho, tido como inservível e descartável dentro do imaginário social.

Ficou evidente que há também um aspecto identitário a ser observado, que é a afirmação dos entrevistados em dizer que o trabalho de reciclagem é distinto do trabalho com o “lixo”, no caso, o rejeito. Essa afirmação carrega consigo a construção de uma identidade de utilidade. Diferente do lixo/rejeito que é inservível, o resíduo sólido reciclável é importante como gerador de novas fontes de recurso de matéria-prima. Dessa forma, definir e distinguir seu trabalho com materiais recicláveis é trazer para si, enquanto catador, a conotação de uma atividade relevante e significativa.

A redução do volume de materiais da coleta seletiva que chegam diariamente até a cooperativa, tem sido um aspecto de apreensão por parte dos cooperados, que dependem de uma quantidade maior para comercialização e conseqüentemente de renda a ser dividida entre os trabalhadores. Os dados analisados no capítulo 2, apontam que nos últimos anos esse volume tem se reduzido significativamente, o que não só impede ganhos maiores desses trabalhadores, como não permite que novos cooperados possam ser admitidos no empreendimento.

Ao observar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Campo Mourão, de 0,757 (dados de 2010), percebemos que o município se classifica como “alto desenvolvimento” de acordo com os parâmetros do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ocupando a 420ª colocação no ranking nacional dos municípios e a 25ª posição no ranking estadual de municípios.

Contudo, esses números ocultam a realidade de vida de centenas de catadores associados, cooperados ou autônomos, que vivem com uma renda mensal muito próxima e, alguns casos, até abaixo da linha de pobreza, revelando uma concentração de renda muito grande em Campo Mourão.

Mais do que reconhecer a importância dos trabalhadores da reciclagem da COOPERESÍDUOS ou de qualquer outro contexto, é necessário romper com os paradigmas de exclusão que a profissão atualmente representa. Os avanços nas políticas públicas tem sido importantes, mas ainda não são suficientes para dar conta do grau de

informalidade, da baixa renda e das precárias condições de vida que se encontram esses catadores.

Mais de seis meses sem que a prefeitura realizasse o pagamento do aluguel do barracão da cooperativa; a recusa do poder público em fazer a ligação da rede de água, obrigando os cooperados a consumi-la de um poço artesiano existente no local durante meses, até que um vizinho cedesse uma ligação de água compartilhada; a não desapropriação de um terreno já designado para construção da sede própria da cooperativa, com a justificativa de alguns setores do poder público de que área seria “nobre demais” para abrigar um empreendimento de reciclagem, tem sido alguns dos desafios e dificuldades enfrentados por esses trabalhadores desde 2009 até o momento em que ali fizemos nossa pesquisa.

A sociedade civil tem desenvolvido um trabalho de apoio significativo na COOPERESÍDUOS, principalmente por meio de voluntários e do Fórum Local da Agenda 21 de Campo Mourão, do qual pudemos participar de algumas reuniões mensais durante o ano de 2017. Os catadores reconhecem a importância dessas parcerias e dos serviços que conseguem acessar por conta dessa assessoria recebida.

Essa pesquisa, ao analisar a cooperativa, buscou compreender as relações de poder que nela são estabelecidas, assim como perceber as identidades que são construídas pelos catadores enquanto indivíduos e como grupo.

Além disso, essa dissertação abre novas possibilidades a serem investigadas, que aqui não foi possível contemplarmos, dadas as limitações e aos recortes que fizemos, no contexto da reciclagem em Campo Mourão, seja por meio do estudo entre a COOPERESÍDUOS e a ASSOCIGUÁ, ou com os mais de 40 catadores autônomos que percorrem diariamente as ruas do município, buscando materiais que possam ser vendidos aos empresários locais, para garantir sua sobrevivência. A seara de pesquisa se apresenta bastante profícua a novos pesquisadores que escolham contribuir com essa temática.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21 Local de Campo Mourão: do projeto ao processo. Lídia Tomoco Miyagui Mizote (org.). Campo Mourão/PR: Município de Campo Mourão, 2008.

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral. **História**, São Paulo, n. 14, p. 125-136, 1995.

ANTUNES, Dalea Soares. Gestão dos serviços de saneamento. In: **Atlas de saneamento básico 2011**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011, p. 81-103.

ATA da Assembleia de Constituição da Cooperativa Resíduo Solidário. Campo Mourão, 22 de junho de 2010.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública:** uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BARROS, Vanessa Andrade de. PINTO, João Batista Moreira. Reciclagem: trabalho e cidadania. In: KEMP, Valéria Heloisa. CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. (Org.). **Catadores na cena urbana:** Construção de políticas socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BAUDELAIRE, Charles. **O Vinho dos Trapeiros.** 1857. Disponível em: <https://mostraolixo.wordpress.com/artes/literatura/o-vinho-dos-trapeiros-charles-audelaire/> Acesso em junho de 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. **Tempos líquidos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes.** São Paulo: Expressão popular, 2010.

BOSI, Antonio de Pádua. **História dos catadores no Brasil.** São Paulo: Verona, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em junho de 2017.

_____. **Projeto de Lei (PL) 1991.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. 11 de setembro de 2007. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=D6861455857CF92C127252B42D170A25.proposicoesWebExterno2?codteor=501911&filename=PL+1991/2007. Acesso em junho de 2017.

_____. **Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010a.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em junho de 2017.

_____. **Decreto 7.704 de 23 de dezembro de 2010b.** Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7404.htm. Acesso em junho de 2017.

_____. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos.** Ministério do Meio Ambiente. Brasília, agosto de 2012.

_____. **Linha do Tempo.** 2017. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/politica-nacional-de-residuos-solidos/linha-do-tempo>. Acesso em junho de 2017.

CALDERONI, Sabetai. **Os bilhões perdidos no lixo.** 4.ed. São Paulo: Humanitas Editora/FFLCH/USP, 2003.

CAMPO MOURÃO. **Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990.**

_____. **Lei Complementar nº 003, de 29 de dezembro de 1995.** Institui o Plano Diretor de Campo Mourão.

_____. **Lei Complementar Nº 005 de 30 de setembro de 1997.** Institui em Campo Mourão o Código Municipal de Limpeza Urbana.

_____. **Lei Complementar Nº 014/2006, de 21 de novembro de 2006.** Institui em Campo Mourão o novo Código Municipal de Limpeza Urbana.

_____. **Decreto Municipal nº. 3.637/2007.** Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e aprovação dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

_____. **Lei nº. 2606, de 09 de setembro de 2010.** Dispõe sobre a reciclagem, reaproveitamento e dá outros destinos aos equipamentos de informática descartados no Município de Campo Mourão.

_____. **Lei Complementar n.º 22/2012, de 23 de março de 2012.** Institui o Novo Plano Diretor de Campo Mourão.

_____. **Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGRS).** Versão Preliminar. Campo Mourão, 2017.

_____. **Lei nº 3898, de 08 de fevereiro de 2018.** Institui o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGRS).

CANDAU, Joel. **Memória e identidade.** São Paulo: Contexto, 2016.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2005.

CARNEIRO, Palmyos Paixão. **Cooperativismo**: o princípio cooperativo e a força existencial-social do trabalho. Belo Horizonte, FUNDEC, 1981.

CARVALHO, Margaret Matos de. A política nacional de resíduos sólidos, os catadores e as catadoras de materiais recicláveis, as parcerias público-privadas e a recuperação energética de resíduos sólidos. Uma breve reflexão. In: **Tendências em direitos fundamentais**: possibilidades de atuação do Ministério Público. Volume 1. Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília: CNMP, 2016.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFGRS, 2002.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

CLASSIFICAÇÃO Brasileira de Ocupações: **CBO 2010**. Brasília: MTE, SPPE, 2010.

DAGNINO, Ricardo de Sampaio; JOHANSEN, Igor Cavallini. Os Catadores no Brasil: características demográficas e socioeconômicas dos coletores de material reciclável, classificadores de resíduos e varredores a partir do censo demográfico de 2010. In: **Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

DEMAJOROVIC, Jaques. LIMA, Márcia. **Cadeia de reciclagem um olhar para os catadores**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, São Paulo: Edições Sesc SP, 2013.

EIGENHEER. Emílio Maciel. **Coleta Seletiva de Lixo** n. 3. Rio de Janeiro: In-Fólio, 1999.

FRANCO, Augusto de. **Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. Brasília: Instituto de Política/ Millennium, 2000.

_____. **Pobreza e desenvolvimento local**. Brasília: ARCA Sociedade do Conhecimento, 2002.

FREIAS, Kátia Cristina Coutinho de. **O RH e a empregabilidade após os 40 anos**. 2010. Monografia. Especialização em Gestão de Recursos Humanos. Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro, RJ.

FREITAS, Maria Vany de Oliveira. **Entre ruas, lembranças e palavras**: A trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte. Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

FOUCAULT. Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

_____. **Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo, Editora e Livraria Paulo Freire, 2009.

GAIGER, Luiz Inácio. As emancipações no presente e no futuro. In: GAIGER, Luiz Inácio. (org). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GONÇALVES, Pólita. **A Reciclagem Integradora dos Aspectos Ambientais, Sociais e Econômicos**. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2003.

GONÇALVES, Raquel de Souza. **Catadores de Materiais Recicláveis: trajetórias de vida, trabalho e saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ENSP, 2004.

GONÇALVES, Rúbia Cristina Martins. **A voz dos catadores de lixo em sua luta pela sobrevivência**. 2005. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, CE.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

GRIMBERG, Elisabeth. **Coleta seletiva com inclusão social: Fórum Lixo e Cidadania na cidade de São Paulo. Experiência e desafios**. São Paulo: Instituto Pólis, 2007.

HAESBAERT, Rogério. LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Etc, espaço, tempo e crítica**. N° 2, VOL. 1, p. 39-52, jul-set 2007. Disponível em http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_2_4.pdf. Acesso em junho de 2017.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n° 2, p. 15-46, jul./dez. 1997. Disponível em <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361/40514>. Acesso em junho de 2017.

_____. **Identidade na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HEIDEN, Anke Iracema Von Der. **Cooperativas de reciclagem de lixo e inclusão social: o caso do município de Itaúna, MG.** 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Minas Gerais, Fundação Educacional de Divinópolis, MG.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Situação Social dos Catadores e Catadoras de Material Reciclável e Reutilizável.** Brasília, 2013.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada.** São Paulo: Abril Educação, 2013.

JUNCÁ, Denise Chrysóstomo de Moura. Vida de cata-dor: outras palavras sobre o lixo. **Cadernos do CEAS** (Salvador), Salvador, v. 193, n.193, p. 61-68, 2001.

KAPRON, Sérgio. Economia popular solidária: política pública para o desenvolvimento. In: PINTAUDI, Silvana Maria. (org). **Economia solidária: um setor em desenvolvimento.** São Paulo: Prefeitura de Rio Claro, 2002.

LIMA, Maria Isabel Rodrigues. **Economia solidária e vínculos.** São Paulo: Ideias & Letras, 2013.

MAIA, Isa. **Cooperativa e prática democrática.** São Paulo Cortez, 1985.

MANUAL de Gerenciamento Integrado de resíduos sólidos. José Henrique Penido Monteiro. [et al.] Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

MARTINS, Ingrid Gomes. et. al. Reciclando as relações de gênero: a divisão sexual do trabalho em cooperativas de catadoras e catadores, e o papel de lideranças femininas na política pública de resíduos sólidos no Distrito Federal. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES Fernanda Lira. (org.) **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional.** Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

MORETTO, Amilton. POCHMANN, Marcio. A estratégia paulistana de inclusão social. In: POCHMANN, Marcio. (org). **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Cortez Editora, 2002.

MOVIMENTO Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. **Mulheres são maioria entre Catadores de Materiais Recicláveis.** 21/03/2014. Disponível em <http://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas> Acesso em maio de 2018.

MULS. Leonardo Marco. Desenvolvimento Local, Espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. **Economia.** Brasília, DF, v.9, n.1, p.1-21, jan/abr 2008.

NERI, Anita Liberalesso. Envelhecer bem no trabalho: possibilidades individuais, organizacionais e sociais. In: **A Terceira idade.** Serviço Social do Comércio, ST-Gerência

de Estudos e Programas da Terceira idade. Ano 1 n. 1. Set. 1988. São Paulo: SESC-GETI, 1988. P. 7-27.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares, In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

OLIVEIRA, Francisco de. **O elo perdido classe e identidade de classe**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2003.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PARANÁ. **Lei 12493 de 22 de Janeiro de 1999**. Estabelece princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos no estado do Paraná, visando controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais e adota outras providências. Disponível em:

http://celepar7.pr.gov.br/sia/atosnormativos/form_cons_ato1.asp?Codigo=1042. Acesso em junho de 2017.

_____. **Decreto Estadual 6.674/2002** - Regulamenta a Lei nº 12.493/99 e revoga disposições em contrário. Disponível em:

http://www.ciflorestas.com.br/arquivos/lei_decreto_6.6742002_20741.pdf. Acesso em junho de 2017.

_____. **Resolução Conjunta SEMA / IAP / SUDERHSA 01, de 21 de agosto de 2006**. Estabelece requisitos, critérios técnicos e procedimentos para a impermeabilização de áreas destinadas a implantação de Aterros Sanitários, visando à proteção e a conservação do solo e das águas subterrâneas. Disponível em:

<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=148492&codItemAto=908743>. Acesso em junho de 2017.

_____. **Portaria IAP 224, de 05 de dezembro de 2007** - Estabelece os critérios para exigência e emissão de Autorizações Ambientais para as Atividades de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Disponível em:

http://celepar7.pr.gov.br/sia/atosnormativos/form_cons_ato1.asp?Codigo=2025. Acesso em junho de 2017.

_____. **Resolução SEMA 43/2008** - Dispõe sobre o licenciamento ambiental para empreendimentos de incineração de RS no estado. As emissões atmosféricas destas atividades devem atender à Resolução SEMA 54/2006.

_____. **Plano de Gestão Integrada e Associada de Resíduos Sólidos Urbanos do Estado do Paraná**. Junho de 2013. SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

PINHEL, Júlio Ruffin (org). **Do lixo à cidadania: guia para formação de cooperativas de**

catadores de materiais recicláveis. São Paulo: Editora Peirópolis, 2013.

PINTO, João Roberto Lopes. **Economia solidária: de volta à arte da associação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

POCHMANN, Marcio. **A batalha pelo primeiro emprego: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro**. São Paulo: Publisher, Brasil, 2000.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, vol. 1, n° 2, 1996. Disponível em https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819739/mod_resource/content/1/PORTELLI,%20Alessandro%20E2%80%93%20A%20Filosofia%20e%20os%20fatos.pdf. Acesso em junho de 2017.

PRIGOGINE. Ilya. **O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza**. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

PROJETO catadores e catadoras em redes solidárias. **Sistematização da experiência e diagnóstico socioeconômico e demográfico**. Volume 1. Setembro 2013. FGV Projetos: Rio de Janeiro, RJ, 2013.

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RELATÓRIO de atividades da Cooperativa Resíduo Solidário. Campo Mourão, 13 de agosto de 2014.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROMANI, Andréa Pintanguy de. **O Poder Público Municipal e Organizações de Catadores: Formas de Diálogo e Articulação**. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA/CAIXA, 2004.

RIO, João do. Pequenas profissões, In: **A alma encantadora das Ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

RIOS, Cristiane Margarete. **Lixo e Cidadania: um estudo sobre catadores de recicláveis em Divinópolis – MG**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Minas Gerais, Fundação Educacional de Divinópolis, MG.

SABATÉ, Alberto Mario Frederico. A economia do trabalho. In: PINTAUDI, Silvana Maria. (org). **Economia solidária: um setor em desenvolvimento**. São Paulo: Prefeitura de Rio Claro, 2002.

SABINO, Fernando. Burro-sem-rabo. In: SABINO, Fernando. **As melhores crônicas de Fernando Sabino**. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2008, p.109-110.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul. SOUZA, André Ricardo de. (org). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, André Ricardo de. Um instantâneo da economia solidária no Brasil. In: SINGER, Paul. SOUZA, André Ricardo de. (org). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**: epistemologia e metodologia operativa. 6 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

VEIGA, Sandra Mayrink. FONSECA, Isaque. **Cooperativismo**: uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.

VILANOVA NETA, Maria Amelia. Manejo de resíduos sólidos. In: **Atlas de saneamento básico 2011**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011, p.185-216.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade**. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

_____. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

Entrevistas

MIZOTE. Lídia Tomoco Miyagui. Entrevista concedida a Jorge Nei Neves. Campo Mourão, 10 de fevereiro de 2017.

TRABALHADORA 1. Entrevista concedida a Jorge Nei Neves. Campo Mourão, 21 de julho de 2017.

TRABALHADOR 2. Entrevista concedida a Jorge Nei Neves. Campo Mourão, 21 de julho de 2017.

TRABALHADORA 3. Entrevista concedida a Jorge Nei Neves. Campo Mourão, 21 de julho de 2017.

TRABALHADORA 4. Entrevista concedida a Jorge Nei Neves. Campo Mourão, 21 de julho de 2017.

TRABALHADORA 5. Entrevista concedida a Jorge Nei Neves. Campo Mourão, 21 de julho de 2017.

TRABALHADORA 6. Entrevista concedida a Jorge Nei Neves. Campo Mourão, 21 de julho de 2017.

TRABALHADOR 7. Entrevista concedida a Jorge Nei Neves. Campo Mourão, 21 de julho de 2017.

TRABALHADORA 8. Entrevista concedida a Jorge Nei Neves. Campo Mourão, 21 de julho de 2017.

TRABALHADORA 9. Entrevista concedida a Jorge Nei Neves. Campo Mourão, 21 de julho de 2017.

TRABALHADORA 10. Entrevista concedida a Jorge Nei Neves. Campo Mourão, 21 de julho de 2017.

ANEXO 1**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS CATADORES DA COOPERESÍDUOS**

1. Nome completo:
2. Há quanto tempo está na cooperativa?
3. Qual a função que exerce na cooperativa?
4. Como você iniciou seus trabalhos na Cooperativa?
5. Antes de ser cooperado, qual sua profissão anterior?
6. Quais os aspectos positivos/negativos do trabalho na cooperativa?
7. Que dificuldade enfrenta no seu dia-a-dia no trabalho da cooperativa?
8. Como você se sente/se vê como um trabalhador da reciclagem?
9. Como você acha que as pessoas veem os trabalhadores da reciclagem?
10. Você já sofreu discriminação/preconceito por ser um trabalhador da reciclagem? Quando/Como?
11. Você já presenciou ou soube de algum colega da cooperativa que sofreu discriminação/preconceito por ser um trabalhador da reciclagem? Quando/Como?
12. Você sente vergonha em ser um trabalhador da reciclagem?
13. Seus colegas sentem vergonha em serem trabalhadores da reciclagem?
14. Gostaria de atuar em outra profissão? Qual? Por quê?
15. Qual seu maior sonho/desejo?